

# DIAGNÓSTICO

ACERCA DE FILANTROPIA E RAÇA NO BRASIL

DO CENTRO DAS LUTAS ÀS MARGENS DOS RECURSOS

**Realização:**

Núcleo  
**Pesquisa e  
Memória**  
DA MULHER NEGRA

**FUNDO  
AGBARA**

**Investidores**

**if** **imaginable**  
futures

**FUNDAÇÃO**  
José Luiz  
Egydio Setúbal

**Investidor institucional**

**BEJA**  
**INSTITUTO**

**DIAGNÓSTICO ACERCA DE  
FILANTROPIA E RAÇA NO BRASIL:**  
do centro das lutas às margens  
dos recursos.

## FICHA TÉCNICA

### Planejamento, Execução e Coordenação

Fundo Agbara e NUPEMN

### Diretora executiva do Fundo Agbara

Aline Odara

### Gerente de pesquisa

NUPEMN - Fundo Agbara

Luana Braga Batista

### Coordenação de Pesquisa

NUPEMN - Fundo Agbara

Iracema Souza

### Analista de Pesquisa

NUPEMN - Fundo Agbara

Débora Paixão

Marianna Assis

### Assistente de Pesquisa

NUPEMN - Fundo Agbara

Eliane Sá Amorim Berredo

### Idealização da Pesquisa

Aline Odara e Julia Mota

### Pesquisadores Agbara

Iracema Souza

Marianna Assis

Luana Braga Batista

Débora Paixão

Aline Odara

### Entrevistadores-Pesquisadores

Agda Marina Ferreira Moreira

Dandara Maria Martins Fonseca

Débora dos Santos de Jesus

Deucinara Oliveira da Silva

Elcimar Dias Pereira

Evelin Maria de Carvalho

Francisca Regilma de Santana Santos

Gabriela Feitosa Menezes

Juliana Cíntia Lima e Silva

Marina Figueiredo Ribeiro Silveira

Murillo José de Aguiar Araújo

Quezia Elaine da Silva Tavares

Samily Maria Moreira da Silva e Silva

Silvana da Silva Santana de Almeida

### Aconselhamento

Valdecir Pereira do Nascimento

Suelaine Carneiro

Wagner Luciano da Silva

### Colaboradores - Tratamento de Dados

Maria Beatriz da Silva Camelo

### Investidores

Fundação José Luiz Egydio Setubal (FJLES)

Imaginable Futures

Instituto Beja

### Assistente de Comunicação

Fundo Agbara

Lamarck Correia

### Projeto Gráfico e Diagramação

Tainá Lima

### Conselho Deliberativo - Fundo Agbara

Anna Haddad

Camila Haddad

Bela Gil

Dona Jacira

Érica Malunguinho

Gilberto de Lima Costa (Giba)

Jandaraci Araújo

João Paulo Pacífico

Luana Ozemela

Maju Coutinho

Maria Sylvia

Mariel Reyes

Marina Motta

Rejane Zwanga

Suelaine Carneiro

Talita Matos





“Quando eles falam, é científico;  
quando falamos, não é científico.  
Quando eles falam, é universal;  
quando falamos, é específico.  
Quando eles falam, é objetivo;  
quando falamos, é subjetivo.  
Quando eles falam, é neutro;  
quando falamos, é pessoal.  
Quando eles falam, é racional;  
quando falamos, é emocional.  
Quando eles falam, é imparcial;  
quando falamos, é parcial.  
Eles têm fatos, nós temos opiniões.  
Eles têm conhecimentos, nós temos experiências.  
Não estamos lidando com uma ‘coexistência  
pacífica de palavras’ mas com uma  
hierarquia violenta, que define quem pode falar e  
quem pode produzir conhecimentos”.

**Grada Kilomba em “Decolonizing Knowledge”**  
(2015, tradução própria).




# O FUNDO AGBARA

O Fundo Agbara é o primeiro fundo de mulheres negras no Brasil. Iniciativa de impacto social fundada em setembro de 2020, tem como objetivo fortalecer mulheres negras e suas comunidades por meio do apoio a projetos e iniciativas que promovam igualdade étnico-racial e justiça econômica, social e climática. Com foco em propostas que estruturam um Brasil com a população negra emancipada e com bem viver assegurado, o fundo trabalha especialmente com organizações de base lideradas por mulheres negras, atuando como um meio de resistência contra a exclusão e as desigualdades enfrentadas por essa população no Brasil. O Fundo Agbara se coloca como um espaço de acolhimento, resistência, e fortalecimento, incentivando uma sociedade mais justa e equitativa.

# O NUPEMN

A criação do Núcleo de Pesquisa e Memória da Mulher Negra tem por objetivo sistemar, produzir e difundir dados e informações que contribuam para a Equidade Racial e Equidade de Gênero, bem como resgatar e preservar a memória da população negra, a fim de subverter esse importante dispositivo de poder utilizado ao longo dos últimos quatro séculos enquanto ferramenta de submissão e subalternização das vidas negras, em ferramenta de reconstrução das nossas narrativas, reconstituição da autoestima do povo negro, possibilitando e emancipação psicossocial, e a promoção da justiça econômica e climática para o bem-viver da população negra.





**A PESQUISA**

# **DIAGNÓSTICO ACERCA DE FILANTROPIA E RAÇA: DO CENTRO DAS LUTAS ÀS MARGENS DOS RECURSOS**

A filantropia no Brasil, ao longo de sua história, tem se mostrado insuficiente para promover mudanças significativas no enfrentamento das desigualdades raciais e dos efeitos do racismo. Em vez de atuar como um instrumento de transformação estrutural, muitas vezes reproduz o racismo sistêmico ao relegar organizações e lideranças negras à posição de meras beneficiárias de iniciativas. Estas, em geral, são voltadas para a superação de desigualdades socioeconômicas de forma genérica, sem considerar as especificidades raciais e os impactos do racismo.

Organizações e lideranças negras têm um papel essencial na promoção de mudanças locais e estruturais. No entanto, a filantropia tradicional raramente as reconhece como protagonistas ou destina recursos suficientes para fortalecer suas iniciativas. Mesmo a chamada filantropia por justiça social, embora avance em compromissos com mudanças sistêmicas, muitas vezes continua presa a idéias universalistas que evitam a redistribuição significativa de recursos. Isso perpetua um cenário no qual os grupos mais afetados pelas desigualdades históricas — como as populações negras — permanecem marginalizados.

É fundamental compreender que a promoção da equidade racial não se limita à geração de oportunidades formais, mas exige uma redistribuição intencional de recursos e poder. Isso ocorre porque o acesso às oportunidades e as desvantagens sociais se distribuem de forma desigual, afetando de maneira desproporcional homens negros e mulheres negras em todas as fases da vida.

Além disso, é necessário reconhecer que a riqueza que sustenta a filantropia brasileira tem raízes no legado de escravização de pessoas negras e indígenas. Essa exploração histórica está diretamente ligada à concentração de riqueza e à perpetuação de desigualdades que ainda hoje impactam essas populações. Portanto, repensar as práticas filantrópicas exige um olhar crítico sobre suas origens e sobre como têm contribuído — ou não — para a transformação das estruturas do racismo e da pobreza.

As organizações negras desempenham um papel central na conquista de direitos e na luta pela equidade racial no Brasil. Historicamente, foram elas que lideraram avanços fundamentais, como a ampliação do acesso à educação básica e superior pública, a implementação de ações afirmativas, políticas de saúde com recorte racial e o debate público sobre os impactos do racismo. Essas conquistas têm sido fruto de esforços tanto no âmbito nacional quanto no internacional.

Não há como promover equidade racial de forma efetiva sem a participação ativa dessas organizações na formulação de políticas e na alocação de recursos. Mais do que destinatárias de apoio financeiro, elas precisam ser reconhecidas como protagonistas na construção de estratégias e soluções para os desafios cotidianos, são elas que possuem as respostas e as soluções imediatas para as crises.

Para que a filantropia e o investimento social privado sejam verdadeiramente transformadores, é necessário priorizar o fortalecimento de lideranças negras e grupos que possuem expertise nas demandas sociais das comunidades onde atuam. Isso inclui direcionar recursos de forma estratégica, garantindo que sejam utilizados para potencializar iniciativas que promovem justiça, equidade e liberdade.

Os dados mostram que, mesmo diante de barreiras significativas — como a dificuldade de acesso a financiamento e a falta de confiança por parte dos investidores —, as organizações negras continuam comprometidas com a transformação social. Por meio de esforços pessoais e coletivos, essas organizações não apenas assistem às populações mais vulneráveis, mas também provocam a consciência crítica sobre o papel dessas comunidades na construção de uma sociedade mais justa, buscando emancipação e autonomia do seu povo.

Repensar a filantropia no Brasil significa romper com práticas da branquitude e vícios coloniais que ignoram as desigualdades raciais e adotar uma postura ativa na redistribuição de recursos e no fortalecimento de lideranças negras. Esse movimento é um passo em direção à reparação histórica, além de uma estratégia essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. Para isso, é fundamental colocar as organizações negras no centro das discussões e decisões sobre alocação de recursos, reconhecendo sua capacidade única de promover mudanças estruturais duradouras.

**Boa leitura!**





# INTRODUÇÃO

# DAS MARGENS AO CENTRO: POR UMA FILANTROPIA QUE INVISTA RECURSOS NAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS EM UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

*Como “amefricanas<sup>1</sup>, sabemos bem o quanto trazemos em nós a marca da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas.”*  
(Luiza Bairros, 1999)<sup>2</sup>

O Brasil possui um conjunto robusto de organizações da sociedade civil negras que atuam de forma comprometida para erradicar o racismo e as desigualdades raciais, respondendo diretamente às demandas das populações e territórios que representam. Elas constroem diariamente possibilidades mais equitativas e socioambientalmente justas de bem-viver. A filantropia, com seu poder financeiro e político, tem o potencial de ser um agente decisivo de transformação social e reparação histórica por meio do investimento nessas organizações.

A doação é uma realidade muito presente entre brasileiras e brasileiros. Em 2022, de acordo com o levantamento do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) sobre a doação de indivíduos, 84% dos brasileiros acima de 18 anos realizaram algum tipo de doação em dinheiro, bens, alimentos e/ou trabalho voluntário. Este resultado representou um avanço em relação a 2020, ano em que foi declarada a pandemia de Covid-19, quando o número era de 66% de doadores e em relação ao percentual anterior à pandemia, que era 77% em 2015. Em relação aos que doaram dinheiro para iniciativas socioambientais, tais como organizações não governamentais (ONGs), campanhas emergenciais, campanhas de TV e obras sociais, os doadores institucionais eram 52% em 2015, 41% em 2020 (período da pandemia) e 48% em 2022, indicando certa retomada de

---

<sup>1</sup> “Amefricanidade é então conceituada como um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretção, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica. [O valor metodológico desta categoria] está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo.” (GONZALEZ *apud* BARROS, 1999)

<sup>2</sup> A citação faz referência a uma fala da Lélia Gonzalez, intelectual e ativista negra do Movimento Negro Unificado.

crescimento diante do momento pós pandêmico. A maioria dessas doações ocorreram de forma espontânea, conforme declararam 76% dos respondentes da pesquisa. Entretanto, carece de remodelamento das práticas de doação e do investimento direto dos recursos nas mãos das verdadeiras protagonistas da transformação social.

A relação da população brasileira com a doação é favorável, mesmo entre aqueles que não fizeram doação no ano do levantamento. A perspectiva sobre a doação entre os brasileiros não doadores é positiva e crescente. Fazer doações é algo que 95% dos não doadores consideram que podem vir a fazer no futuro, embora, no momento em que foram questionados, não tenham realizado doação alguma. Este percentual tem aumentado ao longo dos últimos anos, sendo 57%, em 2020, e 40% em 2015. Há, ainda, o entendimento de que o ato de doar representa uma forma de fazer a diferença, pois acreditam que a responsabilidade com a solução dos problemas socioambientais é compartilhada entre a população, as empresas e o Governo (IDIS, 2023).

A cultura de doação não está verdadeiramente enraizada no âmbito do investimento social privado, pois prevalece a execução de projetos próprios em detrimento do financiamento a organizações e iniciativas de terceiros, embora a diferença entre ambos tenha sofrido diminuição no período mais recente. De acordo com o Censo GIFE, em 2022, 55% das organizações respondentes caracterizam-se mais como executoras, enquanto 43% possuem o perfil mais financiador. O investimento social igualmente distribuído entre iniciativas próprias e de terceiros esteve presente em 1% das organizações. Entretanto, neste mesmo ano, foi registrada a menor distância entre ambos os perfis, de 12 pontos percentuais, quando, em 2020, a diferença entre executores e financiadores alcançou a marca de 25 pontos percentuais.

Associada à maior preferência pela execução de projetos e iniciativas próprias, por diferentes aspectos, o investimento social privado enfrenta dificuldades de confiança e de relacionamento com as organizações da sociedade civil para a realização do financiamento. Destacam-se dentre as apontadas: a dificuldade de monitoramento e avaliação das ações (50%); fragilidade na gestão e/ou baixa capacidade das organizações que buscam apoio (47%); dificuldade de encontrar organizações que atuam nos contextos, territórios ou causas apoiadas pelas organizações financiadoras (41%); e a dificuldade de estabelecimento de relações de confiança com as organizações e identificação de organizações que lhe sejam confiáveis e transparentes (11%) (GIFE, 2023). Desse modo, fica evidente a necessidade de aproximação entre as organizações da sociedade civil brasileira e o

investimento social privado para que os diálogos sejam estabelecidos e a cultura de doação se fortaleça dentro do ISP, a fim de que o investimento possa ser realizado no lócus da transformação social, onde as questões sociais são mais pungentes e urgentes.

A filantropia, quando bem direcionada, pode contribuir para a promoção de uma sociedade com justiça racial, de gênero e econômica; livre dos problemas socioambientais e da (re)produção das desigualdades sociais. Ao longo da história, essas práticas têm exercido um papel necessário no apoio às iniciativas e organizações que atuam na linha de frente das situações contextuais e emergenciais, tal como observado durante a pandemia de Covid-19 (ELAS+, 2021) e no enfrentamento às questões climáticas emergentes (AMORIM VOGAS; FRANÇA, 2024).

Esta atuação tem sido incipiente, dada a expressão das demandas, ao mesmo tempo que importante através do apoio e investimento a iniciativas e organizações que atuam pela promoção de melhores condições de vida para as diferentes populações, lutando por direitos, fazendo incidência na sociedade e na política e atuando em defesa da vida em seus territórios - no campo ou na cidade. Em vista disso, ao investirem nessas organizações e iniciativas, os investidores sociais têm atuado em suas agendas estratégicas no campo do ISP, do *Environment Social Governance* (ESG) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao contribuírem para o fortalecimento das iniciativas e organizações civis que possuem largo engajamento e experiência no campo de intervenção social.

Na esfera das questões raciais, algumas fundações filantrópicas já desempenharam um papel fundamental através do investimento na produção acadêmico-científica e, em menor proporção, no apoio a organizações, lideranças e iniciativas de produção de conhecimento negras para o impulsionamento das discussões e debates acerca do racismo e suas implicações na sociedade<sup>3</sup>. No âmbito da pesquisa científica, as produções foram fundamentais para a mensuração das desigualdades raciais persistentes na sociedade brasileira e, assim, questionaram o mito da democracia racial, além de incorporarem importantes elementos aos debates impulsionados pelos movimentos negros sobre as ações afirmativas e a reivindicação de políticas públicas para a redução das desigualdades. No que tange ao apoio pontual aos movimentos, estiveram mais

---

<sup>3</sup> ARTES, Amelia; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. O Programa de Bolsas da Fundação Ford: 12 anos de atuação no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 44, n.3, 2019; TELLES, Edward. As fundações norte-americanas e o debate racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, p. 141-165, 2002.

restritos ao investimento em experiências de trocas políticas com movimentos sociais de África, Caribe, Estados Unidos e outros. (TELLES, 2002)

Para uma cultura de doação eficaz, é preciso ter em conta a necessidade de fortalecimento e delineamento do investimento no campo da transformação social, tendo em vista que, para a promoção de mudanças que rompem com as estruturas históricas de concentração de poder e riqueza na sociedade brasileira, investir recursos financeiros em iniciativas e organizações que de fato estejam transformando vidas e realidades nos distintos contextos raciais e socioeconômicos do país é indispensável. Faz-se preciso, ainda, amadurecer o entendimento de que as questões que se mantêm estruturantes na sociedade se interseccionam e, assim, complexificam e agudizam os contextos situacionais.

Evidências demonstraram que, a despeito do impacto coletivo da pandemia de Covid-19 sobre o conjunto da população, houve predominância de situações graves em alguns grupos. As pessoas mais vitimadas fatalmente pela pandemia citada, tanto pelo perfil da mortalidade quanto pelos agravantes sociais e econômicos ocorridos no período são, majoritariamente, pessoas negras<sup>45</sup>. Assim como, quem são as mais vulnerabilizadas pelos eventos climáticos extremos e as que mais enfrentam violências em suas atuações de defesa pelos territórios são populações negras e periféricas<sup>6</sup>.

As organizações negras têm um papel importante para a democracia brasileira através do fortalecimento da participação da sociedade civil e do engajamento político das pessoas negras; pela atuação em territórios periféricos, tradicionais e quilombolas; e pela garantia de direitos para a população negra. Atuam cotidianamente na proposição de novos caminhos para a sociedade a partir das mobilizações sociais e do apoio humanitário e reparatório, diante das mazelas produzidas historicamente pelas desigualdades sociais e os contextos emergentes derivados das questões climáticas e dos efeitos duradouros da pandemia de Covid-19. No entanto, essas organizações não recebem ou não arrecadam recursos proporcionalmente menores ao montante de dinheiro empregado pelo conjunto da filantropia e do investimento social privado no país (Gráficos 26 e 29).

Em termos globais, a situação não é muito diferente. Apenas 0,1% - 0,35% das doações de fundações foram globalmente para mulheres negras, meninas e pessoas trans; e 5% do financiamento de Direitos Humanos foi para mulheres negras, meninas e pessoas trans. Do ponto de vista do tipo de financiamento, a

---

<sup>4</sup> [Mapa-da-Desigualdade-Especial-Covid-2021.pdf \(nossasaopaulo.org.br\)](#)

<sup>5</sup> [pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/](#)

<sup>6</sup> [Compromisso Brasileiro da Filantropia sobre Mudanças Climáticas - GIFE.](#)

maior parte de seu financiamento é específica para projetos, responderam 75% dos grupos feministas negros; enquanto 59% das organizações feministas negras nunca recebeu financiamento para o desenvolvimento das suas atividades; 53% dos grupos feministas negros afirmaram não ter fundos disponíveis para o ano fiscal seguinte; e, por fim, 81% das organizações feministas negras não possuem recursos financeiros para atingir seus objetivos (Black Feminist Fund, 2023, p.07).

É notório que os princípios orientadores da distribuição de recursos pela filantropia e investimento social privado que tem privilegiado investimentos em áreas específicas em detrimento da compreensão múltipla e integrada compartilhada pelas iniciativas e organizações de mulheres negras. Por exemplo, a área “educação”, na qual 74% dos investidores fizeram doações em 2022 (de acordo com o censo GIFE 2022/2023) e também foi a área com maior volume de recursos aportados, totalizando quase 2,0 bilhões de reais no mesmo ano. A desigualdade na distribuição dos recursos é tão alarmante que o segundo foco prioritário foi “inclusão produtiva, empreendedorismo e geração de renda”, no entanto, o montante em valor investido foi de 280 milhões de reais, o que corresponde a 14% do investimento em educação.

A questão racial foi apontada principalmente (55%) de forma transversal, em vez de ser tratada diretamente pelos investidores sociais em seus projetos e programas. Isso significa que, embora as questões raciais estejam incorporadas em algumas práticas, elas não são o foco principal da iniciativa. Além disso, este dado não remete a ações e projetos voltadas à promoção da equidade racial, tendo em vista que o público beneficiário ser majoritariamente negro está diretamente atrelado às condições socioeconômicas nas quais estão inseridas as pessoas negras. Enquanto os setores como “defesa de direitos, cultura de paz e democracia” e “desenvolvimento local, territorial e/ou comunitário” representaram 9%, já “desenvolvimento institucional de OSC e movimentos sociais” totalizaram 4%. No quesito territórios de ação direta, comunidades quilombolas, indígenas e áreas de assentamento, esses setores ocuparam os três últimos lugares, com 10%, 7% e 3%, respectivamente. (Censo GIFE 2022/2023)

Desafios semelhantes são enfrentados pelos fundos independentes que trabalham em prol da equidade racial e de gênero, atores importantes para o financiamento das organizações e iniciativas negras. A publicação do Black Feminist Fund (2023, p. 8) aponta que “apesar do crescimento nos últimos anos no número (e orçamentos) de fundos feministas negras, nossa pesquisa constatou que essas instituições ainda podem atender apenas entre 12 - 40% da demanda que recebem por financiamento de grupos feministas negros.” Esses que são

fundamentais para que algum financiamento chegue às organizações negras e, além disso, possuem um modo interseccional de trabalho, garantindo o investimento de recursos às mulheres negras.

No Brasil, as experiências dos fundos independentes, integralmente comprometidos com a equidade racial e de gênero, são marcadas por preocupações e desafios com o financiamento direcionado para as causas. Conforme destaca Aline Odara, Diretora Executiva do Fundo Agbara, primeiro fundo filantrópico de mulheres negras do país, em “Pedagogia feminista negra: primeiras aproximações” (2022), salienta que “diferentemente de organizações políticas (partidárias ou não) e sociais formadas por pessoas brancas, os movimentos negros não recebem investimentos de grandes corporações ou empresários, nem incentivo governamental”. Destaca, ainda, que “os próprios movimentos, a fim de suprirem necessidades materiais que viabilizem suas atividades, se auto financiam. [...] financiar suas lutas, como também fomentar projetos e empreendimentos de suas comunidades” (p. 87-88).

Giovanni Harvey, Diretor Executivo do Fundo Baobá para a Equidade Racial, reitera sobre o papel dos fundos independentes negros: “nosso desafio é ampliar a capacidade da sociedade civil, através da filantropia e do investimento social privado, de investir nesta agenda e qualificar a compreensão de todos os agentes envolvidos para que a questão racial deixe de ser vista como um valor agregado aos investimentos feitos em educação.” (HARVEY; GOMES; MARTINS, 2021, p.16)

Diante desse contexto, o Fundo Agbara, por meio do Núcleo de Pesquisa e Memória da Mulher Negra (NUPEMN), apresenta o Diagnóstico sobre Filantropia e raça no Brasil: no centro das lutas às margens dos recursos. Para, assim, incidir no campo da filantropia e do investimento social privado sobre a necessidade de ampliação do investimento de recursos financeiros nas organizações negras do país e de aprimoramento das formas de doação a partir da descentralização dos recursos, de maneira que possam atender as demandas que essas organizações possuem para que desenvolvam seus trabalhos para a transformação social.

O objetivo do estudo é analisar como tem acontecido a distribuição dos recursos da filantropia e do investimento social privado, e o acesso por parte das organizações negras. E, para alcançar o objetivo principal, serão atendidos aos seguintes objetivos específicos:

**a) Construir um retrato das características das 834 organizações negras brasileiras colaboradoras da pesquisa (perfil das lideranças, aspectos**

**institucionais, territoriais, formas de organização, formas e estratégias de atuação, entre outros);**

**b) Analisar como se dá a relação das organizações negras com o acesso aos recursos financeiros (com atenção às organizações lideradas por mulheres negras);**

**c) Entender como alocação de recursos da filantropia e do investimento social privado para as organizações negras e/ou as pautas de equidade racial e de gênero é realizada;**

**d) Identificar quais os limites e oportunidades para que os recursos da filantropia e do ISP apoiem as organizações negras e, com destaque, para as organizações de mulheres negras.**

Por organizações negras, foram considerados: coletivos e organizações de pessoas onde a maioria das lideranças (ao menos 51%) seja composta por pessoas negras (pretas ou pardas) e que tenham em vista – ainda que de forma não exclusiva – garantir direitos, acesso, autonomia ou emancipação da população negra em suas diversas práticas.

Para fins de cumprimento dos objetivos da pesquisa, foram adotadas metodologias mistas (quantitativa e qualitativa) para a coleta dos dados, compreendidas nas etapas:

**1. Levantamento bibliográfico da literatura específica sobre o tema e áreas afins;**

**2. Disponibilização de formulário online para preenchimento das organizações negras;**

**3. Mobilização, observação e entrevistas semi-estruturadas em campo (realizadas pelas pesquisadoras de campo, equipe NUPEMN e Diretoria);**

**4. Disponibilização de formulário on-line para lideranças de instituições filantrópicas tradicionais, de Investimento Social Privado e operadores negros do campo;**

**5. Entrevistas semi-estruturadas com profissionais do campo filantrópico e do Investimento Social Privado.**

As informações utilizadas para análise foram autorizadas por todas as(os) interlocutoras(es), mediante consulta e concordância voluntária sobre a participação no estudo e expressa autorização do uso dos dados para fins de pesquisa, de acordo com as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018).

A coleta de dados da pesquisa foi realizada em três etapas:



- **Etapa 1:** no período entre 08 de abril de 2024 e 10 de junho de 2024, foram realizados o trabalho de campo (entrevistas semiestruturadas e observação participantes em 10 estados, a saber, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Pará e Amazonas), visitando 75 organizações negras (dentre elas, organizações periféricas, quilombos e terreiros) e a coleta de informações através do *survey online* para mapeamento das organizações, na qual foram obtidas 834 respostas válidas;
- **Etapa 2:** no período entre 16 de setembro de 2024 e 08 de outubro de 2024, foram realizadas cinco entrevistas em profundidade com filantropos reconhecidos no campo do investimento social, integrantes da nossa rede de financiamento e relacionamento;
- **Etapa 3:** no período entre 6 de agosto e 6 de outubro de 2024, foi realizada a coleta de dados através de *survey online*, junto às organizações que atuam no campo da filantropia e do investimento social privado ou, ainda, que realizam ações socioambientais. Nessa coleta, foram obtidas 22 respostas válidas.

A metodologia de trabalho de campo deu-se a partir da inserção de 15 pesquisadoras(es) dos territórios, oriundos das cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), cuja finalidade consistiu na integração das peculiaridades e especificidades das distintas regionalidades do Brasil no centro da produção dos conhecimentos desta pesquisa.

As pesquisadoras e pesquisadores de campo foram fundamentais para o estabelecimento do contato com as lideranças que foram entrevistadas em campo e que tiveram suas sessões gravadas, mediante autorização, para fins da produção do documentário. Além disso, também foi importante para a criação de relações de confiança com as organizações negras dos diferentes territórios, de maneira que não se sentissem em mais uma experiência de apropriação dos seus saberes por outros, sem qualquer compromisso com a história e o legado que estão construindo para o país.

Para reafirmar nosso compromisso e respeito pelas organizações parceiras envolvidas nesta pesquisa, oferecemos, em parceria com a Rede Comuá, uma jornada formativa 100% gratuita e online, voltada para o fortalecimento institucional de todas as organizações colaboradoras. A formação foi, também, disponibilizada nas redes sociais para garantir que todas as organizações pudessem acessar o

conteúdo, considerando que haveria a impossibilidade de quaisquer organizações acompanharem ao vivo. As temáticas abordadas na jornada formativa incluíram: mobilização em rede, comunicação, desenvolvimento institucional, captação de recursos, mensuração de impacto e, por fim, planejamento estratégico. No total, foram realizados sete encontros, com uma duração média de duas horas cada.

**O CONTEXTO  
DA LUTA  
DAS**



**ORGANIZAÇÕES  
NEGRAS**

A sociedade brasileira é racista, e a escravidão foi o principal alicerce desse processo. O racismo consolidou-se historicamente como uma ideologia, inclusive no meio científico, particularmente no século XIX, quando prevaleceu a crença pseudocientífica de que pessoas brancas seriam naturalmente superiores às negras. Essa concepção é destacada por autores como Carneiro (2015), Almeida (2018) e Theodoro (2022), que apontam as profundas desigualdades sociais e raciais decorrentes dessa ideologia e que, até hoje, estruturam a sociedade brasileira.

O racismo permeia a formação social, econômica e política do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, estendendo-se ao acesso a serviços públicos, especialmente segurança e justiça. A classe média brasileira originou-se das comunidades imigrantes que chegaram ao país e que, em pouco tempo, ascenderam social e economicamente, o que não ocorreu com a população negra, argumenta Theodoro (2022).

A branquitude garantiu para si e para os seus o acesso privilegiado a recursos e oportunidades, enquanto relegou à população negra uma posição secundária e economicamente desvalorizada. Na década de 1940, famílias imigrantes começaram a destacar-se no cenário político, econômico e artístico, consolidando uma mobilidade social positiva que se reflete na representação política e empresarial atual. Em contrapartida, os negros foram empurrados para os piores postos de trabalho e subemprego, residindo em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura e sofrendo com a escassez de serviços públicos (THEODORO, 2022). Essa dinâmica resultou em uma estrutura social hierárquica e racializada, em que a branquitude ocupa uma posição de privilégio simbólico, econômico e social dentro da hierarquia racial brasileira.

As desigualdades sócio-raciais são sentidas de forma especialmente intensa por mulheres negras. As mulheres negras enfrentam múltiplas opressões resultantes da combinação das forças estruturais do racismo e do sexismo, o que as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade econômica, social e política. A autora ressalta que a desigualdade no Brasil não é apenas econômica, mas também atravessa as dimensões racial e de gênero. Segundo Carneiro (2011), a opressão de raça e gênero é constitutiva da formação do país, e tais categorias precisam ser analisadas de forma conjunta. As mulheres negras, portanto, vivenciam uma dupla vulnerabilidade, sendo marginalizadas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo. A autora também discute como essas opressões estão enraizadas em um sistema patriarcal e capitalista que se beneficia da exploração dos corpos negros, especialmente das mulheres negras. Historicamente, elas foram

relegadas aos trabalhos mais precarizados e à esfera doméstica, sendo frequentemente vistas como “mulas” de uma sociedade que se sustenta na exploração de sua força de trabalho.

Ademais, Carneiro (2011) ilustra a invisibilidade das mulheres negras nas discussões sobre desigualdade e justiça social, evidenciando a ausência de reconhecimento das questões de raça e gênero nas políticas públicas e ainda de modo incipiente nos debates intelectuais. As mulheres negras continuam a ser as mais afetadas pela pobreza, violência, falta de acesso à educação e à saúde, além de enfrentarem discriminação de gênero e racial em várias esferas da vida social. É urgente incluir essas questões nas discussões sobre justiça social, de forma a promover uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

O racismo é histórico e se manifesta em diversas esferas. De acordo com o levantamento realizado por França e Nascimento (2024), com base em dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) e da PNADC (PNAD Contínua), os autores destacam a persistente desigualdade estrutural entre brancos e negros no Brasil com informações da década de 1980 até 2021. Em relação à distribuição de renda, os salários da população negra são consistentemente mais baixos do que os dos brancos. Ao longo de todo o período analisado, a diferença de renda manteve-se elevada, com os negros recebendo menos de 50% do salário médio dos brancos nas décadas de 1980 e 1990, enquanto a renda domiciliar per capita representava cerca de 45%. Nos anos 2000, houve progressos e, em 2010-2011, a desigualdade atingiu seu menor nível, com a diferença de renda entre negros e brancos caindo para cerca de 33%. Contudo, após esse período, a disparidade voltou a crescer, demonstrando a instabilidade dos avanços obtidos pelos negros.

Seguindo com o estudo, o impacto do gênero acentua as desigualdades raciais no mercado de trabalho ao longo do período analisado. Entre os homens, a taxa de participação dos negros começou a cair em 2006, refletindo uma crescente exclusão desse grupo mesmo antes de eventos recentes, como a pandemia. Para as mulheres, as disparidades raciais são evidentes na década de 1990 e se agravaram, indicando que as mulheres negras historicamente enfrentam maiores dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho em comparação às mulheres brancas. A pandemia de Covid-19 intensificou essas desigualdades, impactando especialmente as mulheres negras, que registraram as maiores taxas de desemprego em 2021, evidenciando a vulnerabilidade desse grupo em contextos de crise econômica.

Essa exclusão histórica reflete diretamente em diferentes dados que evidenciam a persistência das desigualdades nos indicadores sociais. O Brasil é um país negro, com maioria da população autodeclarada preta e parda, totalizando 56% da população total, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022; e as mulheres negras, por sua vez, formam o maior grupo populacional, representando 60,6 milhões, o equivalente a mais de 28% diante dos demais grupos por raça e gênero. No entanto, ainda que tenham ocorrido avanços educacionais, com a expansão educacional dos anos 90 e as políticas de ações afirmativas nos anos 2000, vinte e dois anos depois, a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras foi de 6,9%, ainda o dobro da registrada entre as mulheres brancas, que foi de 3,4%. Além disso, a média de anos de estudo para as mulheres negras foi de 11,6, enquanto para as mulheres brancas, de 12,7. (SINAPIR/MIR, 2023)

De acordo com os dados divulgados pelo IPEA (2024), o Brasil, em 2022, contava com mais de 72 milhões de famílias, cuja maioria (51%) era chefiada por mulheres. Essa predominância revela uma dinâmica importante de responsabilidade familiar, mas também aponta para uma maior vulnerabilidade econômica. De acordo com os dados, 69,6% das famílias chefiadas por mulheres negras tinham um rendimento domiciliar per capita de até um salário mínimo, o que evidencia uma significativa desigualdade econômica. Em contraste, apenas 35,4% das famílias chefiadas por homens brancos viviam com essa mesma limitação na renda. Essa diferença revela o impacto das desigualdades raciais e de gênero no acesso a melhores condições econômicas, com as famílias lideradas por mulheres negras enfrentando maiores desafios para superar a pobreza e alcançar a estabilidade financeira.

Seguindo com os dados da referida pesquisa, as mulheres negras enfrentam desafios significativos no mercado de trabalho, refletidos tanto no acesso ao emprego quanto na qualidade das oportunidades disponíveis. Apenas 51,2% das mulheres negras em idade ativa estão empregadas, o que já indica uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Além disso, entre as que conseguem emprego, apenas 43% têm empregos formais, revelando uma predominância de ocupações informais e que não garantem os direitos trabalhistas.

A desigualdade salarial é outra barreira crítica: as mulheres negras recebem, em média, 20,2% menos que os homens brancos, demonstrando a sobreposição de desigualdades de gênero e raça. Em 2022, a desigualdade de renda entre pessoas brancas e negras no Brasil permaneceu significativa, com a renda média das pessoas brancas sendo 87% maior do que a das pessoas negras. A maior

diferença foi observada entre homens brancos e mulheres negras, destacando a interseção das desigualdades de raça e gênero. Os homens brancos viviam em domicílios com uma renda per capita que era o dobro da renda das mulheres negras e suas famílias.

Especificamente, no quarto bimestre de 2022, a renda familiar por pessoa foi de R\$ 1.191,66 para mulheres negras e homens negros tinham uma renda per capita de R\$ 1.283,85. Em contraste, as mulheres brancas possuíam uma renda familiar per capita de R\$2.238,86 e os homens brancos, de R\$2.381,43. Esses números evidenciam as barreiras que as pessoas negras enfrentam em termos de oportunidades econômicas e apontam para as profundas desigualdades estruturais que afetam o acesso a melhores condições de vida e de trabalho para esse grupo, em comparação com os homens brancos.

A taxa de desemprego também é alarmante: enquanto 16,4% das mulheres negras estão desempregadas, essa taxa é de apenas 9,9% entre os homens brancos. Essa discrepância evidencia as barreiras estruturais que as mulheres negras enfrentam não só para conseguir trabalho, mas também para acessar cargos de liderança e posições de maior prestígio, o que limita ainda mais suas oportunidades de ascensão social e econômica.

Conforme pesquisa divulgada pelo Brasil (2023), em 2022, o trabalho doméstico no Brasil empregava 5,8 milhões de pessoas, das quais 92% eram mulheres, e 61,5% dessas mulheres eram negras. Esse dado revela que o trabalho doméstico é a ocupação que mais emprega mulheres no país, especialmente aquelas que são negras, com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. A remuneração das trabalhadoras domésticas no Brasil reflete profundas desigualdades raciais e laborais, apesar de alguns avanços. O processo de valorização do salário mínimo, com aumento real nos últimos anos, teve um impacto positivo nos ganhos da categoria. No entanto, essas trabalhadoras continuam a receber, em média, menos de 90% do salário mínimo vigente.

Além disso, as desigualdades raciais são evidentes nesse cenário. As trabalhadoras domésticas negras recebem aproximadamente 84% do rendimento das trabalhadoras brancas, evidenciando a discriminação racial no mercado de trabalho. Outra importante desigualdade é entre as trabalhadoras com e sem carteira de trabalho assinada. As domésticas sem carteira assinada ganham cerca de 60% do rendimento das que têm carteira assinada, revelando como a formalização do trabalho impacta diretamente a remuneração e as condições de trabalho dessas mulheres. Esses dados mostram que, embora haja progressos, as

trabalhadoras domésticas, especialmente as negras, ainda enfrentam desvantagens significativas em termos de salário e direitos trabalhistas.

As desigualdades de raça e gênero estruturam as relações sociais da sociedade brasileira e expressam-se em distintos indicadores: na distribuição da renda, pessoas brancas ganham 72% a mais que pessoas negras, e homens recebem 29,7% a mais que mulheres, ainda que mulheres negras e brancas tenham maior escolaridade que os homens; no judiciário brasileiro, apenas 1,7% do magistrado é composto por mulheres e homens pretos; e, no sistema político, dos 513 deputados e deputadas eleitos em 2018, apenas 24,36% são negros, sendo 77 mulheres, representando apenas 15% do total dos parlamentares, de acordo com o Mapa da Desigualdade (2022).

Na área da saúde, as desigualdades também são alarmantes. Segundo os dados disponibilizados pelo CEDRA (2023), em 2020, entre as pessoas que fizeram pré-natal de maneira inadequada ou nem sequer realizaram os exames, a proporção de mulheres negras é muito maior, revelando ser 75,9% contra 24,1% de mulheres gestantes brancas. A falta de acesso a cuidados também se reflete em outras frentes como, por exemplo, no número de mulheres de 50 a 69 anos de idade que nunca realizaram mamografia na vida. Do total dessas, a proporção de mulheres negras que nunca realizaram o exame é de 61% e a de mulheres brancas, 39%.

A posição social das mulheres negras constrói-se em uma encruzilhada das opressões de raça, gênero e classe, e esta condição as mobiliza a observar e pensar a atuação dos marcadores de opressão de forma articulada e interconectada, influenciando-se mutuamente. Assim sendo, as discriminações de gênero e raça exercem uma influência estrutural na divisão de classes da sociedade em todos os seus aspectos, desde a distribuição do trabalho, poder e consumo até a formação dos grupos sociais.



# NO CENTRO DAS LUTAS POR JUSTIÇA



# SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO

*Nossa “tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial.”  
(Lélia Gonzalez, 2020)<sup>1</sup>*

As ações organizadas da população negra em território brasileiro datam dos fundamentos da sociedade brasileira no período colonial. Essa atuação tem se consolidado frente a um contexto histórico de perpetuação do mito da democracia racial e das políticas de embranquecimento da população, sendo, portanto, a luta dos movimentos negros fundamental para o descortinar das reais condições de vida, a denúncia das violações e busca por políticas públicas para a população negra. As organizações constroem uma trajetória de lutas pela garantia de direitos à população negra, pelo fortalecimento da democracia, pelo cumprimento dos valores fundamentais da constituição federal, e para a educação da sociedade brasileira sobre as questões raciais e as consequências do legado escravista para a contemporaneidade, tais como o racismo, a discriminação, as desigualdades raciais e a exclusão social. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2019) argumenta que “o Movimento Negro tem um importante papel educador por produzir saberes emancipatórios e também por sistematizar conhecimentos concernentes à questão racial no Brasil”, sendo assim, “produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade”. (*apud* BORGES, 2018, p. 2)

Esta participação tem desenrolado-se através de pilares fundamentais pela garantia dos direitos dos homens e mulheres negras desde a criação das organizações para compra das cartas de alforria para a liberdade dos escravizados, até a autonomia econômica e sobrevivência no pós-abolição, estando ainda à frente de conquistas importantes para a consolidação da democracia brasileira. A participação de negras e negros foi fundamental na Constituinte que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu a igualdade de todos perante a Lei, sem qualquer distinção ou discriminação e os direitos fundamentais e sociais (SANTOS, 2018; PIRES, 2016).

Destacam-se, nessas lutas, um conjunto de garantias para a população negra e reivindicações que se mantém até os dias atuais, tais como o fim da violência racial contra os homens e jovens negros, o fim da violência contra as mulheres negras e feminicídio, e pela defesa da vida das crianças negras em territórios de favelas e periferias, em função das ações truculentas e com vítimas fatais, perpetradas pelos agentes públicos, como políticas de segurança pública.

---

<sup>1</sup> Retirada do livro **Por um feminismo afro-latino-americano**, organizado por Flávia Rios e Márcia Lima em 2020.

Associada a um trabalho de base e formação política da sociedade para a auto identificação racial, tendo como resultado o crescimento da autodeclaração de pretos e pardos ao longo dos anos e a produção de indicadores que demonstraram estatisticamente as persistentes desigualdades raciais em diferentes esferas da vida social. (CARNEIRO, 2011)

A relevância política enquanto sociedade civil das organizações negras reitera a importância da produção e disseminação de conhecimento sistematizado e produzido em largo alcance para preenchimento de uma lacuna existente e para que possa ser melhor compreendido o relevante papel desempenhado por estas instituições e quais os principais desafios enfrentados, quando a pauta se refere ao acesso aos recursos. Em contribuição ao preenchimento deste hiato, a seguir será apresentado um retrato das organizações negras brasileiras, com atuação nas cinco regiões do país, a saber: Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

# RETRATO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NEGRAS DO PAÍS



## A GEOGRAFIA DA ATUAÇÃO

A maioria das organizações negras atuam nas regiões Nordeste (45,6%) e Norte (23,6%) do país, seguido pela região Sudeste, onde possui atuação 18,2% das organizações respondentes. As regiões Sul e Centro-Oeste, por sua vez, apresentam as menores proporções de organizações atuantes mapeadas, com 10,0% e 7,1%, respectivamente (Gráfico 1).

Essa distribuição regional das organizações negras reflete, em grande medida, a concentração populacional negra no Brasil que, conforme dados do IBGE (2022), também varia significativamente entre as regiões. A população negra é o grupo mais representativo na região Norte, com 76% dos residentes, seguido pelo Nordeste, com 72,6%, e o Centro-Oeste, com 61,5%, todos acima da média nacional. Já no Sudeste e Sul, os percentuais de pessoas negras são menores, com 49,3% e 26,7%, respectivamente.

As regiões Nordeste e Norte, que possuem altas proporções de população negra, são também as regiões onde a maioria das organizações negras está presente, com 45,6% no Nordeste e 23,6% no Norte. Esse padrão sugere que as organizações negras mapeadas tendem a se estabelecer em regiões onde a população negra (parda e preta) é mais numerosa, refletindo uma necessidade maior de ação social e política para a garantia dos direitos e interesses dessa população.

O Brasil é um país marcado por grandes disparidades socioeconômicas que operam de forma diferente ao longo de seu território nacional. Essas diferenças regionais são influenciadas por fatores que historicamente favoreceram o desenvolvimento industrial em algumas regiões em detrimento de outras. Essas desigualdades afetam diretamente a qualidade de vida da população em diferentes áreas do país.

A Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) do PNUD Brasil publicou o Ranking do IDH dos municípios (IDHM)<sup>1</sup> para os estados brasileiros em 2021, revelando as profundas desigualdades raciais que marcam o país. Dos 10 municípios com os piores IDHM, todos estão localizados nas regiões Norte e

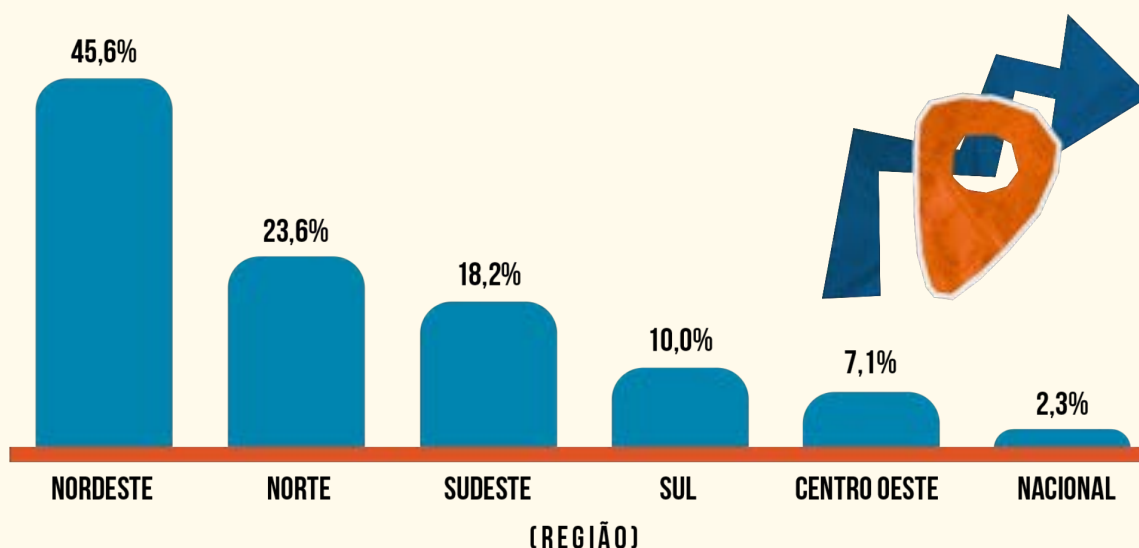
---

<sup>1</sup> É uma medida inspirada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia a qualidade de vida com base em três critérios principais: educação, medida pela média de anos de estudo da população adulta e o número esperado de anos de estudo; saúde, analisada pela expectativa de vida ao nascer; e renda, avaliada pela Renda Nacional Bruta per capita ajustada à paridade do poder de compra. O IDH proporciona uma visão mais clara das condições socioeconômicas de uma região, permitindo comparações entre estados e, assim, evidenciando as desigualdades socioeconômicas presentes no Brasil.

Nordeste, onde há maior concentração de população negra. Em contraste, entre os 10 municípios com os maiores IDHM, destacam-se os quatro estados do Sudeste, os três do Sul e dois do Centro-Oeste, regiões que possuem menor concentração de negros.

Os dados apresentados expõem um padrão de desigualdade. O fato de que os estados com os piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior concentração de pessoas negras, indica que o desenvolvimento econômico e social no Brasil está profundamente marcado por um histórico de exclusão racial e regional. O modelo de desenvolvimento brasileiro tem perpetuado desigualdades históricas, em que o acesso à educação, saúde, infraestrutura e oportunidades econômicas é desigualmente distribuído.

**GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**



## ATUAÇÃO EM NÍVEL ESTADUAL

A relação entre o desenvolvimento humano e a concentração de organizações em regiões com maior população negra reforça o impacto das desigualdades estruturais no Brasil. Enquanto os estados com os piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) estão nas regiões Norte e Nordeste, onde a maioria da população é negra, observa-se também que esses territórios abrigam a maior parte das organizações mapeadas, como o Maranhão, Bahia e

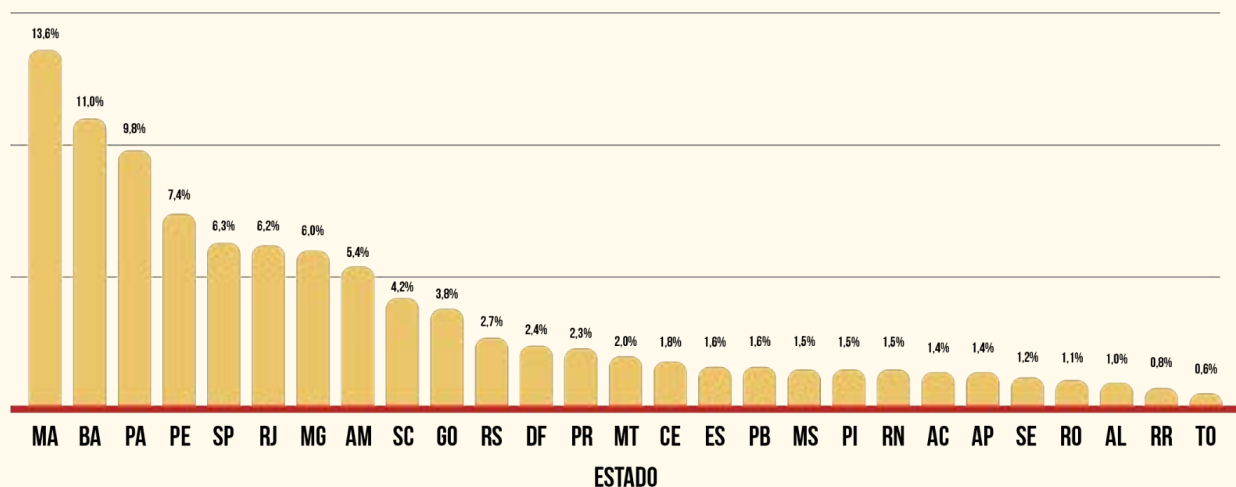
Pará. Isso evidencia não apenas as desigualdades regionais e raciais no acesso aos direitos, mas também a articulação dessas organizações em torno de iniciativas para a superação de barreiras sociais históricas.

A distribuição por unidades federativas revela uma concentração expressiva das organizações mapeadas nos estados do Maranhão (13,6%), Bahia (11,0%) e Pará (9,8%) (Gráfico 2). Segundo o Censo de 2022, 79% da população do Maranhão autodeclara-se negra; na Bahia, esse percentual é de 81,1%; e, no Pará, 77,7% da população identifica-se como negra. Esses dados demonstram que a maior parte das organizações está localizada em territórios com alta concentração de pessoas negras.

A concentração significativa de organizações nos estados onde a maioria da população se autodeclara negra, reflete uma resposta às necessidades socioeconômicas dessas comunidades e, também, uma continuidade da longa trajetória de resistência territorial presente na história do Nordeste. Desde a chegada dos colonizadores portugueses, os povos indígenas da região resistiram à invasão e ao impacto das políticas de colonização e exploração. Os conflitos com os invasores foram constantes, e, ainda hoje, as terras indígenas continuam sendo focos de conflito e luta por demarcação (ALMEIDA, 2004). Da mesma forma, os quilombos e a resistência negra foram fundamentais na luta por liberdade e território, com destaque para o Quilombo dos Palmares. Atualmente, as comunidades quilombolas do Nordeste continuam a enfrentar disputas pela regularização de suas terras, resistência cultural e proteção dos seus territórios (REIS, 1996). Comunidades tradicionais e pesqueiras também resistem historicamente à perda de território devido à expansão do agronegócio e à instalação de megaprojetos na região. Movimentos de resistência denunciam a perda de território, a mudança provocada e a destruição ambiental (DIEGUES, 1994).

Apesar da elevada concentração populacional e de presença negra expressiva, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro representam 6,3% e 6,2%, respectivamente, das organizações respondentes. O que sugere uma atuação das organizações da sociedade civil com foco em questões raciais menos concentrada nestas áreas, tradicionalmente mais ricas se comparadas às demais regiões e com desafios próprios.

**GRÁFICO 2 - PERCENTUAL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR ESTADO BRASILEIRO E DISTRITO FEDERAL**



## ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DA ATUAÇÃO

As informações sobre a abrangência geográfica da atuação das organizações revelam que 50,96% delas atuam fora das capitais, abrangendo o interior e outras regiões do estado. Esse dado mostra que as ações das organizações negras não estão concentradas apenas nos grandes centros urbanos, mas também têm uma presença significativa em áreas menos urbanizadas, sugerindo um esforço para alcançar populações mais dispersas e vulneráveis.

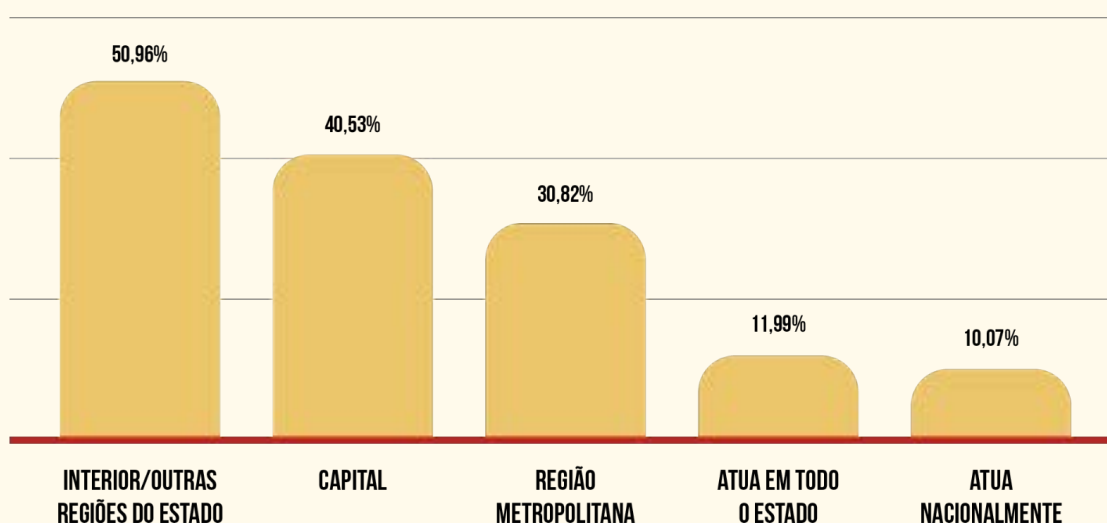
Em contrapartida, 40,53% das organizações atuam exclusivamente na capital. Embora essas cidades concentram mais recursos, infraestrutura e visibilidade, essa proporção menor em relação ao interior sugere que, ainda que importantes, as capitais não são o único foco das ações sociais. A presença de organizações na Região Metropolitana, com 21,35% das respostas e 30,82% das organizações, reflete uma tendência de algumas entidades de concentrar suas ações em áreas que, apesar de não serem capitais, possuem alta densidade populacional e infraestrutura urbana.

A maior parte das organizações concentra suas atividades em uma única região do estado, seja na capital ou no interior. Essa tendência pode estar relacionada a fatores como a disponibilidade de recursos humanos e materiais das organizações, o tipo de atividade desenvolvida, as demandas locais e as restrições de financiamento. Essa escolha de focar em áreas específicas pode ser uma tentativa de descentralizar os esforços, levando serviços e projetos a regiões e territórios onde estão situadas e que possuem realidades com maiores desafios socioeconômicos.



Um ponto relevante é o número relativamente baixo de organizações que atuam em todo o estado (11,99%) ou em âmbito nacional (10,07%). (Gráfico 3) Isso sugere que a maioria das organizações negras analisadas tem um foco regional ou local, enfrentando desafios para expandir suas atividades além de suas regiões de origem. Esses desafios podem ser de diferentes naturezas, ou ainda representar uma escolha estratégica de concentrar esforços em áreas específicas para maximizar o impacto local.

**GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DA ATUAÇÃO**



## ÁREA GEOGRÁFICA DA ATUAÇÃO

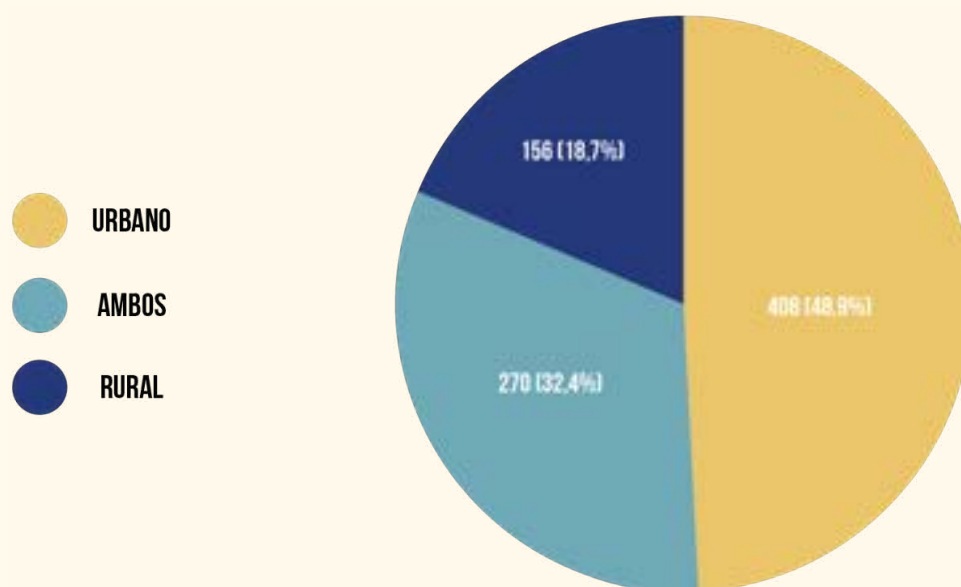
A distribuição da atuação das organizações em diferentes áreas geográficas — urbana, rural e ambas — revela informações importantes sobre o impacto social que realizam. As organizações negras que atuam exclusivamente em áreas urbanas correspondem a 48,92%, indicando que quase metade delas concentra suas atividades nesses locais. Isso é esperado, considerando que as áreas urbanas possuem maior densidade populacional e concentram uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais que demandam intervenção.

Organizações que operam tanto em áreas urbanas quanto rurais representam 32,37%, sugerindo uma abordagem mais abrangente e integrada. Essas organizações demonstram um esforço significativo para superar barreiras geográficas e atender diversas populações. Atuar em múltiplos contextos, como o

urbano e o rural, provavelmente apresenta desafios únicos, exigindo adaptação de estratégias para diferentes realidades sociais. Essa capacidade revela a flexibilidade e eficácia com que estas organizações atuam na resposta a diversas demandas emergentes.

Por outro lado, 18,71% das organizações focam exclusivamente em áreas rurais, o que pode refletir desafios como limitações logísticas, falta de recursos e menor densidade populacional (Gráfico 4). No entanto, o percentual não é tão díspar se comparado aos dados percentuais da população que reside no campo, pois, segundo o Censo de 2022 do IBGE, 84,7% da população vive em áreas urbanas, enquanto apenas 15,3% residem em áreas rurais.

**GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR ÁREA GEOGRÁFICA DA ATUAÇÃO**



## TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO

O Brasil possui mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas, onde residem, aproximadamente, 16,6 milhões de pessoas. A classificação "favela" é específica de alguns territórios do país, mas essas áreas compartilham muitas semelhanças com periferias e outras comunidades. Esses espaços são, em sua maioria, destinados à habitação de populações pobres e vulneráveis. Até o Censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os classificava como "aglomerados subnormais". Contudo, a partir do Censo de 2022, a nomenclatura

passou a ser "Favelas e Comunidades Urbanas".

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), essas áreas são caracterizadas como locais de moradias precárias, geralmente compostas por ao menos 51 unidades habitacionais que carecem de serviços públicos essenciais. Essas regiões, além de possuírem infraestrutura insuficiente, lidam com a falta de energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto.

A análise das organizações negras que atuam nesses territórios revela uma forte presença em locais que enfrentam grandes desafios sociais. Os dados mostram que a maioria das atividades dessas organizações está concentrada em periferias (39,93%), comunidades (39,33%) e favelas (5,28%), que juntas representam 84,5% do total (Gráfico 5). Isso sugere que essas iniciativas estão voltadas para áreas historicamente marcadas por maiores dificuldades econômicas e sociais.

A falta de saneamento básico é outro problema recorrente nessas áreas. Em 2022, o IBGE registrou que 49 milhões de pessoas não tinham acesso adequado a esgotamento sanitário, e 4,8 milhões não tinham água encanada. Entre os negros, essa carência atingia 68,6%.

O estudo do IPEA também revela que 68,6% dos moradores dessas áreas são negros, enquanto 30,6% são brancos, tornando evidente que quase 70% dos moradores de favelas, periferias e comunidades são negros e refletindo a segregação social e racial nesses espaços. Em termos de infraestrutura, esses territórios sofrem com a precariedade dos serviços públicos. Mesmo em 2010, 6 milhões de pessoas no Brasil não tinham acesso à iluminação pública, e, entre elas, 62,2% eram negras e 36,4% brancas. Quando analisada a moradia nessas áreas, 68,4% dos negros vivem em condições inadequadas contra 30,4% dos brancos.

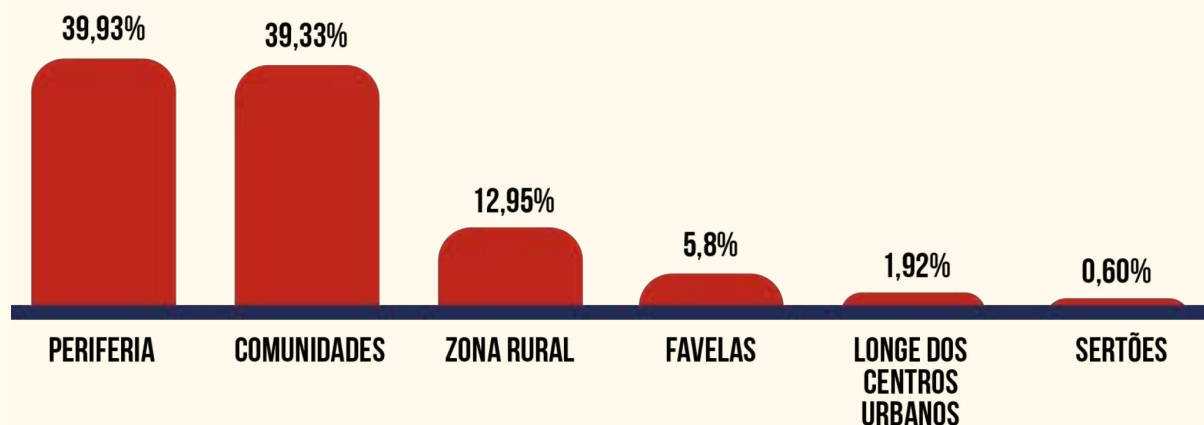
A violência é particularmente acentuada nessas áreas. São territórios criminalizados em função de uma política de genocídio da população negra camuflada de guerra ao tráfico e às drogas. Segundo dados da Rede de Observatórios da Segurança (2022), das 3.171 mortes causadas por intervenções do Estado, 87,4% das vítimas eram pessoas negras. Esse dado evidencia a disparidade racial nas mortes resultantes de ações estatais, especialmente em estados como a Bahia, onde 80,8% da população autodeclara-se negra e 94,8% das mortes são de pessoas negras; no Pará, com 80,5% de população negra e 93,9% das mortes; em Pernambuco, onde 65,1% da população é negra e 89,7% das vítimas são negras; no Rio de Janeiro, com 54,4% de população negra e 87% das mortes; e em São Paulo, onde 40,3% da população é negra, mas 63,9% das mortes por intervenção do Estado são de pessoas negras. Esses números revelam

uma vulnerabilidade significativa da população negra nas interações com o Estado, apontando para a existência de racismo estrutural no sistema de segurança pública brasileiro.

A violência policial, muitas vezes letal, não é apenas mais uma das muitas violências que as pessoas nesses territórios enfrentam, como a violência institucional e política. Segundo a pesquisa da Rede de Observatórios de Favelas (2024), mulheres, especialmente negras e periféricas, são as mais impactadas pela violência, enfrentando perdas emocionais e físicas, insegurança alimentar e precariedade nos serviços básicos. Essas mulheres, além de sofrerem com o luto por entes queridos, também lidam com o medo constante e a falta de serviços essenciais, como saúde e alimentação.

Acima foram listados alguns dos diferentes problemas estruturais, sociais e econômicos que afetam a vida cotidiana desses territórios. Esses problemas estão interligados e são agravados pela falta de políticas públicas eficazes. Nesse contexto de grandes desigualdades econômicas e sociais, em que o racismo opera de forma mais incisiva, as organizações lideradas por mulheres negras têm uma presença marcante, atuando majoritariamente nessas áreas.

**GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO**



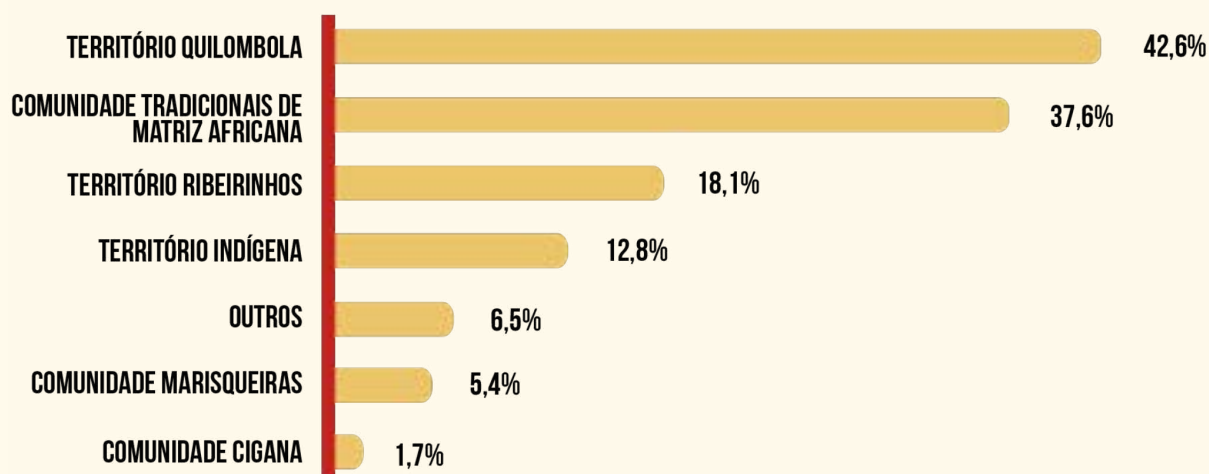
## **ATUAÇÃO EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS**

A análise da atuação das organizações negras em territórios tradicionais reitera a resistência da população negra na preservação dos seus valores culturais e conexões com as origens africanas, além do fortalecimento de vínculos entre pessoas negras. De acordo com o Gráfico 6, 42,6% das organizações atua em territórios quilombolas, seguido pelas comunidades tradicionais de matriz africana,

com 37,6%. Essa forte presença destaca o compromisso dessas organizações em apoiar e preservar a cultura e os direitos de comunidades que, historicamente, enfrentam invasões e disputas pelas terras onde estão situadas e sofrem violências em função da alta capacidade que possuem de resistir.

Há, ainda, a presença em territórios ribeirinhos (18,1%), territórios indígenas (12,8%) e comunidades marisqueiras (5,4%), que, mesmo em menor expressão se comparada às demais, é bastante significativa, demonstrando como a atuação das organizações negras possuem uma amplitude de atuação territorial e que estas atuações também estão diretamente atreladas aos desafios decorrentes dos povos que vivem nos rios e nas florestas. As comunidades ciganas representam 1,7% dos territórios tradicionais atendidos, o que pode ser decorrente de uma menor convergência das pautas e formação de alianças entre os grupos, além dos desafios específicos na implementação de projetos nesses contextos.

**GRÁFICO 6 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR ATUAÇÃO EM TERRITÓRIOS DE POVOS TRADICIONAIS**



## AUTOCLASSIFICAÇÃO

A autoclassificação das organizações negras reflete a diversidade de formas organizativas autodeclaradas pelas organizações da sociedade civil em prol da luta por direitos e transformação social. Em linhas gerais, três categorias são apontadas como mais relevantes no universo analisado por somar mais de 60,0% das organizações, sugerindo um retrato do perfil das organizações negras, onde há predominância de coletivos (30,0%), associações (22,9%) e comunidades (9,8%) (Gráfico 7).

A maior parte das organizações identifica-se como "coletivo", representando 30,0% do total, o que indica uma tendência significativa para este tipo de organização dentro do universo analisado. Segundo Gohn (2019), os coletivos são novas formas de organização social que emergiram com força nas últimas décadas, especialmente no contexto após junho de 2013. Essas organizações possuem estruturas mais horizontais, sem condições formais de liderança ou cargos definidos. São compostos por grupos que buscam a participação direta de seus membros nas decisões e têm uma dinâmica flexível e mais fluida. Além disso, os coletivos, em muitos casos, não possuem registros formais, como CNPJ, e operam de maneira autônoma em relação ao Estado ou instituições formais.

No universo de Coletivos aqui analisado, 89,0% não possui CNPJ, corroborando a maior ausência de registro como pessoa jurídica, pois como veremos no Gráfico 5, se comparado ao conjunto de organizações negras, o percentual daquelas sem CNPJ é bastante inferior, totalizando 54,7%. A análise do tempo de existência dos coletivos, quando comparado ao conjunto das organizações negras analisadas, também é mais recente, sendo 28,8% deles tendo entre 2 e 4 anos de existência e 4,0% com mais de 20 anos. No conjunto das organizações negras, por sua vez, 22,1% possui entre 2 e 4 anos de existência e 21,7% possui mais de 20 anos.

Em termos, no número médio de lideranças não há diferenças significativas entre os coletivos e o conjunto das analisadas. Por exemplo, entre os coletivos, a média é de 5 lideranças, enquanto no conjunto total das organizações, a média é de 6 pessoas em papéis de lideranças ativas. Dessa maneira, pode-se inferir que, do ponto de vista do número de pessoas dedicadas à liderança, as organizações negras em conjunto não possuem diferenças em relação àquelas auto classificadas enquanto coletivos, no entanto, resta aprofundamento dos aspectos qualitativos do exercício dessas lideranças.

A segunda modalidade de organização que aparece com maior expressividade é "associação", com 22,9%. Da análise de algumas características das associações, destaca-se que 90% delas possuem CNPJ, contrapondo-se os resultados obtidos para os Coletivos (11% possuem CNPJ) e para o conjunto das organizações negras (45% possuem CNPJ). As associações também estão concentradas nas categorias de maior tempo de existência, no qual 40,8% possui mais de 20 anos, e o segundo maior número é daquelas com mais de 10 anos de existência, que totaliza 23,0%. Do ponto de vista das lideranças, as associações possuem maior média de número (7 lideranças ativas), se comparada com a média geral (6 lideranças) e a dos coletivos (5 lideranças).

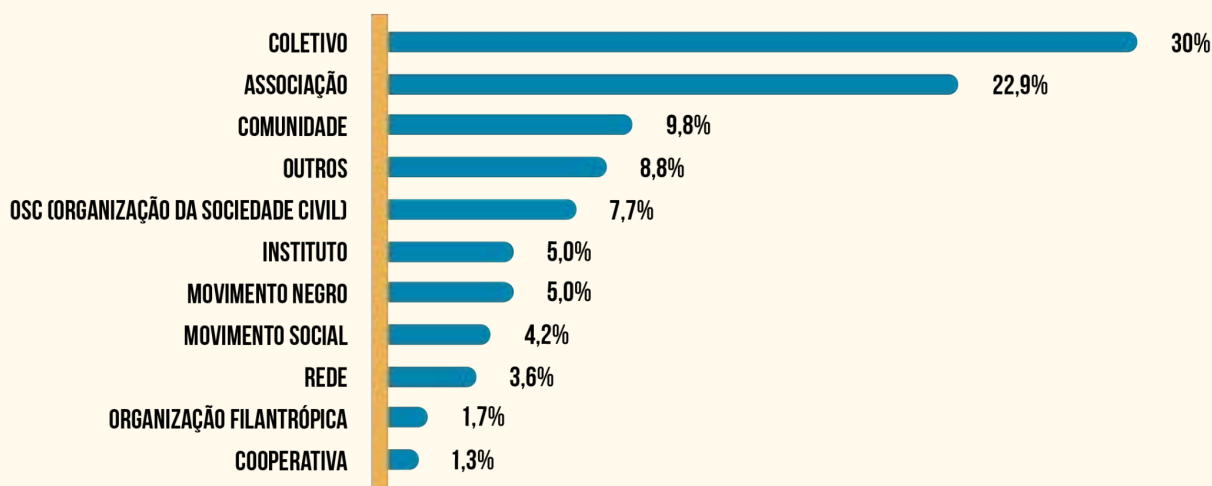
A organização em “comunidade” é a terceira maior forma de autoclassificação mencionada por 9,8% das organizações negras. É importante destacar que, quando as organizações se auto intitulam como comunidades, são majoritariamente aquelas que possuem atuação em Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (65,5%) e em Territórios Quilombolas (39,0%).

As comunidades de terreiros são territórios de resistência histórica da população negra, patrimônio histórico de preservação cultural, além de garantir suporte espiritual e material para as pessoas negras. Sodré (2005) destaca que os terreiros de religiões de matriz africana, no Brasil, vão muito além de espaços de religiosidade; são também patrimônios históricos, locais de proteção, resistência e preservação da identidade negra. Promovendo, também, a solidariedade comunitária, com a sacralidade do alimento sendo um símbolo forte dessa conexão entre cultura, espiritualidade e resistência.

Os terreiros também desempenham um papel social e político crucial, promovendo ações que melhoram a vida de pessoas negras e periféricas. Ao longo dos séculos, esses espaços tornaram-se centros de articulação cultural e política, resistindo às tentativas de apagamento promovidas pelas políticas de embranquecimento. Hoje, continuam essenciais para a coesão comunitária, o bem-estar e a luta contra a marginalização e o racismo estrutural.

As organizações auto classificadas como comunidades, assim como os coletivos, em sua maioria, não possuem registro em CNPJ (68% declararam não possuir registro), embora sejam organizações históricas do ponto de vista do tempo de existência( um total de 70,8% delas possui mais de 10 anos de existência), sendo que metade deste quantitativo existe há mais de duas décadas. Em relação ao número de lideranças, as comunidades seguem uma média de 4 lideranças, menor número identificado nas três principais formas de organização. Entretanto, o que possui maior destaque, no que tange às lideranças, é a centralidade matriarcal com a qual são organizadas, cujo percentual com lideranças de mulheres é 91,5%, superior ao conjunto geral das organizações (89,2%) e das três principais modalidades apresentadas anteriormente, quais sejam coletivos (88,8%) ou associação (90,1%).

**GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR AUTOCLASSIFICAÇÃO**



## **REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ)**

As organizações negras participantes deste estudo, em sua maioria, não possuíam registro de CNPJ, representando 54,7% do total. Enquanto 45,3% das organizações respondentes indicaram que possuem CNPJ. Esse dado reflete uma realidade em que mais da metade das organizações da sociedade civil analisadas não possuem CNPJ, o que se constitui como uma barreira quando há exigências de formalização de pessoa jurídica para o acesso a recursos, parcerias institucionais, participar de editais que exigem comprovação legal de existência, além de dificultar o acesso a linhas de crédito.

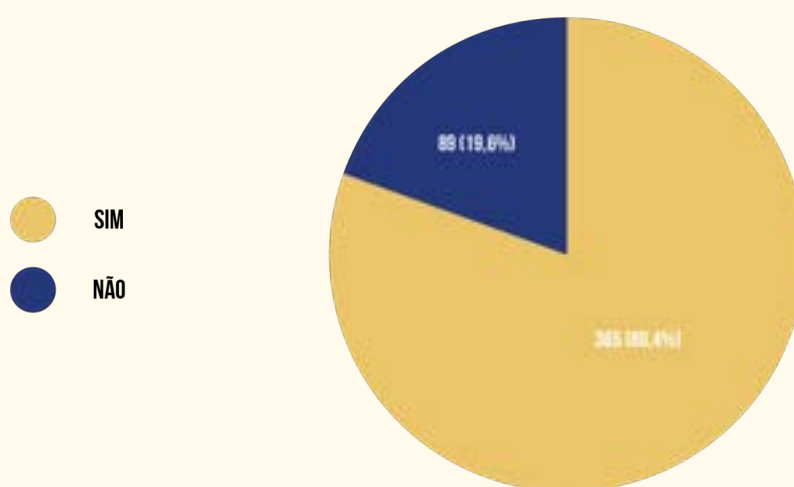


**GRÁFICO 8 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE POSSUEM CNPJ**



Uma vez que o CNPJ constitui uma exigência primária para a inserção das organizações da sociedade civil em diferentes espaços de participação e de acesso a recursos, não é surpreendente identificar que, dentre aquelas que não possuem CNPJ, 9,0% encontravam-se em processo de andamento para abertura, e a maior parte das organizações também declararam possuir interesse em realizar o registro do CNPJ. Destas que não possuíam CNPJ, 80,4% delas afirmaram ter interesse em obter o registro em algum momento, enquanto apenas 19,6% responderam negativamente, conforme o Gráfico 9.

**GRÁFICO 9 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE GOSTARIAM DE OBTER CNPJ PRÓPRIO**



## TEMPO DE EXISTÊNCIA

O tempo de existência das organizações negras participantes deste estudo é bastante diverso, abarca tanto a entrada recente de novas iniciativas quanto a presença de organizações mais antigas e consolidadas.

As organizações mais jovens representam 8,6% do total e têm até dois anos de existência, o que indica um certo dinamismo no surgimento de novas iniciativas em função da persistência das questões que refletem as demandas e necessidades da vida da população negra. Na sequência, estão as organizações com idade entre 2 e 4 anos de existência, correspondendo a 22,1% do total, maior percentual observado em todas as faixas etárias. Até os 4 anos de idade, somam-se 39,2% das organizações, o que reflete um período de muitos desafios sociais, sobretudo em função da pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

A pandemia teve efeitos globalmente nefastos, mas as desigualdades preexistentes agravaram ainda mais os desafios enfrentados tanto no Brasil quanto em outros países, impactando desproporcionalmente a população negra. No Brasil, as dificuldades históricas no acesso a direitos, especialmente por meio de políticas públicas, expuseram essa população a uma vulnerabilidade ainda maior. Embora brancos tenham sido a maioria entre os internados durante a fase mais aguda da doença, a maior quantidade de óbitos ocorreu entre a população negra. Estudos como os de Silva et al. (2020) e Teixeira e Brigato (2021) apontam que negros representaram 57% dos óbitos em um período de análise.

As medidas adotadas para a proteção da saúde e o controle da contaminação mostraram-se ineficazes diante das condições de vida enfrentadas pelas pessoas negras e pelos residentes em favelas e periferias. Além disso, a pandemia teve efeitos catastróficos sobre a vida produtiva dessa população. A perda de trabalho de forma mais intensa nesse grupo racial é registrada por diferentes estudos (Gezici e Ozay 2020; Albanesi e Kim 2021).

A análise da ocupação e da informalidade para pessoas entre 18 e 65 anos, em maio de 2020, apontou desigualdades significativas entre grupos raciais (Tavares et al, 2023). No mercado formal, homens brancos e mulheres brancas estavam em posições relativamente mais estáveis, com taxas de formalidade de 69,3% e 71,7%, respectivamente, enquanto homens negros e mulheres negras apresentaram índices mais baixos, com 61,9% e 64,2%. No mercado informal, que representa maior vulnerabilidade social e econômica, a disparidade é clara: 38,1%

dos homens negros e 35,8% das mulheres negras trabalhavam de forma informal, em comparação com 30,7% dos homens brancos e 28,3% das mulheres brancas. Esses dados destacam a posição estruturalmente desvantajosa da população negra no mercado de trabalho, que é mais exposta à informalidade. Essa condição agrava sua vulnerabilidade durante crises como a pandemia, uma vez que a informalidade significa menos acesso a proteções trabalhistas e benefícios sociais.

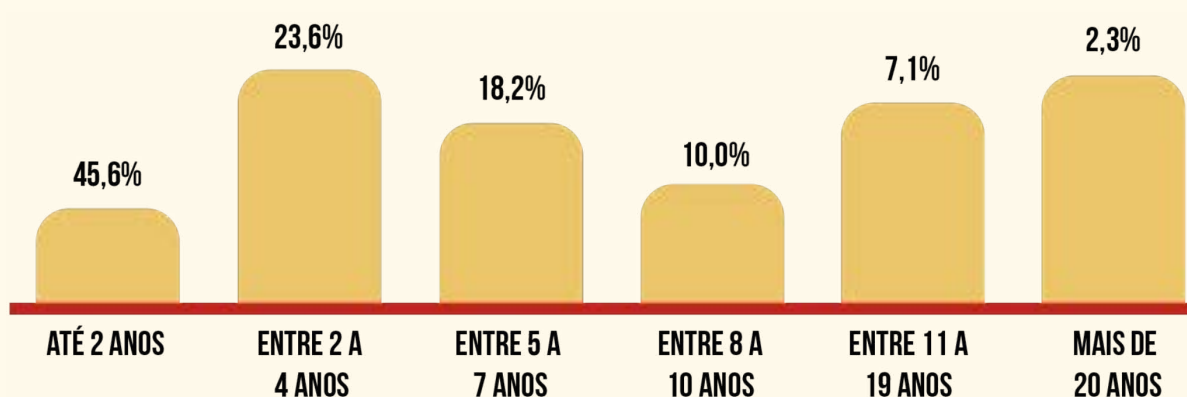
A atuação organizada dos movimentos sociais negros tem sido essencial para mitigar os danos causados pela crise sanitária e pelos impactos socioeconômicos decorrentes dela, não apenas em momentos de catástrofe, mas também na prevenção de futuros desastres. A capacidade desses movimentos de mobilizar recursos e apoio à população mais vulnerável — majoritariamente composta por negros e pobres— demonstra seu papel central na luta por justiça social. Em crises como a pandemia de Covid-19, essas organizações foram responsáveis por arrecadar e distribuir cestas básicas, materiais de limpeza e kits de higiene, além de exercer uma incidência política significativa (GELEDÉS, 2021; FAGUNDES e TATAGIBA, 2021; SENADO FEDERAL, 2021).

Essa atuação foi além das ações emergenciais. No contexto da crise ambiental, marcada pelo racismo climático, tais organizações também cobram ações governamentais e participam de eventos como a Conferência do Clima (COP), onde denunciam as injustiças sofridas pelas populações negras e periféricas. A Marcha Noturna pela Democracia Racial e a construção de documentos de incidência política são exemplos de como essas articulações materializam-se em ações concretas (CLIMAINFO, 2021; UNEAFRO BRASIL, 2024; NEXO JORNAL, 2024).

No caso das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, os movimentos negros desempenharam um papel fundamental não só na arrecadação de alimentos e itens de primeira necessidade para as comunidades quilombolas e periféricas, mas também na pressão por ações efetivas do governo. Essas ações de solidariedade, que incluíram a doação de mais de 10 toneladas de alimentos para povos de terreiro, demonstram o impacto concreto das iniciativas (CEERT, 2024; MUNDO NEGRO, 2024; GELEDÉS, 2024).

Organizações com mais de 5 anos de atuação, somadas a todas as demais faixas de idade, totalizam 69,3% do total das organizações. Aqui, reside uma característica muito importante das organizações negras do país: elas são organizações históricas, em sua maioria. Mais da metade possuem mais de uma década de atuação, as organizações com 10 anos representam 41,1% e 21,7% possuem mais de 20 anos.

**GRÁFICO 10 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR FAIXA DE TEMPO DE EXISTÊNCIA**



## **A GEOPOLÍTICA DA ATUAÇÃO**

*Saudando a força  
De todos os quilombolas  
Que lutavam bravamente  
Para manter viva  
A nossa história*

*Vamos exaltar a heroína Zeferina  
Akotirene experiência e o saber  
Aqaltune guerreira princesa negra  
Negra Dandara rainha da beleza  
Ganga Zumba outro nosso grande líder  
A todo povo que a raça negra fez valer*

*Esse quilombo que hoje completa 15 anos  
Ao líder Quilombola vovô do Ilê Aiyê  
A epopéia negra hoje é narrada  
E vai cantando o coral negro Ilê Aiyê*

*Rei Zumbi D'Angola Djanga  
Rei Rei Zumbi  
(Música: Negro de Luz, Ilê Aiyê)*

A organização social negra brasileira é caracterizada pela pluralidade e diversidade na natureza das organizações, nas formas de atuação e na expressão dos seus ativismos. Ao longo da história, negros e negras estiveram reunidos coletivamente em torno dos quilombos, das confrarias, irmandades, associações, coletivos, blocos afros, grupos musicais de diferentes ritmos e iniciativas individuais que se conectaram a partir de redes de apoio e associativismo, tais como as rendeiras, trançadeiras, costureiras e empreendedoras de modo geral. É evidente a similaridade dessas organizações no compromisso com a valorização da cultura e

da identidade negra, que se dá tanto no espaço interno, entre os integrantes das organizações, quanto externamente, buscando apresentar para o mundo a beleza e a riqueza que constitui a população negra (SILVA & SANTOS, 2023; BASTOS, 2020; DINIZ, 2019; SOUZA, 2012).

Tratando-se de um grupo social afetado pela marginalização social e com apagamento constante da participação econômica, social, cultural e política para a sociedade brasileira, a mobilização de iniciativas de recuperação da memória e rompimento da história vigente colocam-se como uma atitude contra-hegemônica aos discursos e à maneira como as estruturas de poder estão dadas a priori e contribuem para a manutenção do status quo, que tende à manutenção da estrutura de privilégios para a população branca. Dessa maneira, os movimentos negros e de mulheres negras expressam sua atuação educadora da população negra e da sociedade brasileira no geral, contribuindo para uma compreensão mais fidedigna dos fundamentos e processos políticos que constituem o país (GOMES, 2019).

A valorização da cultura como uma estratégia política por parte das organizações negras foi fundamental para que o branqueamento da população não tenha concretizado-se totalmente, segundo Lélia Gonzalez,

“por causa da ação de organizações negras, como o Ilê Aiyê da Bahia, “pioneiras no sentido de demonstrarem que cultura é política com ‘P’ maiúsculo, na medida em que da maneira mais didática e praz rosa, fazem com que nossa etnia tome consciência do seu papel de sujeito de sua própria história e de sua importância na construção não só deste país, como na de muitos outros das Américas.” (apud BARROS, 1999, p. 5)

Desde os movimentos anteriores à abolição até os dias atuais, as organizações negras agregam, em torno das suas coletividades, possibilidades múltiplas de experimentação e compartilhamento da vida.

## **ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

O olhar sobre as áreas de atuação das organizações negras, revela a ampla diversidade e interseccionalidade das suas pautas, tanto a partir do engajamento abrangente nas distintas questões socioambientais, quanto no caráter interseccional da atuação que agrega majoritariamente mais de uma pauta em suas frentes de atuação, uma vez que 89,3% caracteriza a atuação assinalando mais de uma das áreas apresentadas. Em média, as organizações negras atuam em cerca de cinco áreas dentro do conjunto das listadas.

Nas áreas de atuação, é notória a ênfase nos setores culturais e educacionais. Do universo das organizações, 71,2% apontou trabalhar com a área da cultura, seguida por aquelas envolvidas na educação, com 60,1%. Essa forte presença indica um investimento substancial em setores essenciais para o desenvolvimento social e para a promoção da cidadania e, ao mesmo tempo, atestam a insuficiência do Estado brasileiro na garantia do acesso à educação e à cultura por parte da população negra, refletindo a importância do desenvolvimento cultural e da formação de cidadãos mais conscientes e engajados politicamente.

A terceira área de atuação mais frequente, em 51,0% das organizações negras, apontada é a de “Direitos Humanos”. Destaca-se que a luta por direitos é realizada através da articulação transnacional e a incidência internacional. A incidência política nas esferas internacionais e a articulação entre diferentes organizações para potencialização desta estratégia têm sido expressões da transnacionalização dos movimentos negros, especialmente dos movimentos de mulheres negras.

Ao longo da história, a participação em instâncias de direito internacional como as conferências da ONU, a saber, a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher em Beijing, na China, realizada em 1995 e a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância em Durban, na África do Sul, em 2001, foram fundamentais para os avanços das conquistas nacionais de políticas públicas para as pessoas negras. Da mesma forma, atuaram nas conquistas dos direitos das populações minorizadas no país como as políticas de ações afirmativas, a criminalização do racismo e da homofobia, a inserção da história e cultura afro-brasileira no currículo comum da educação, a política nacional de saúde da população negra, o crescimento das discussões das pautas raciais no país, dentre outros.

Em março de 2024, em Nova Iorque, foi conquistada a inserção da contribuição das meninas e mulheres afrodescendentes ao redor do mundo no texto final da 68ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher, segunda instância com maior força política dentro da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo documento é orientador dentro das Nações Unidas e ao que os Estados membros - dentre eles, o Brasil - devem utilizar como referência para a formulação de políticas públicas e o investimento social. O parágrafo, apresentado pelas lideranças, afirma na íntegra que “A Comissão reconhece também o contributo significativo das mulheres e meninas afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades e a importância de garantir a participação e a tomada de decisões plenas, equitativas e significativas das mulheres afrodescendentes em todos os aspectos da sociedade, nomeadamente abordando

pobreza e reforçar as instituições e o financiamento com uma perspectiva de gênero” (GELEDÉS, 2024).

As organizações de mulheres negras também protagonizaram as discussões na 3ª sessão do Fórum Permanente para Afrodescendentes, realizado em abril de 2024, em Genebra. Dentre as pautas reivindicadas pelas lideranças, destacou-se a necessidade de envolvimento dos diferentes setores sociais em um programa de promoção de desenvolvimento econômico, capaz de enfrentar as desigualdades raciais no país e de sustentar um processo de reparação histórica. Além disso, foi mencionada a herança violenta que o país tem sobre os corpos da população negra, especialmente daqueles que atrevem a se impor contra a ordem vigente. Ademais, foi reforçado o debate sobre a necessidade de equidade de gênero e raça no acesso aos direitos humanos (ALMA PRETA, 2024).

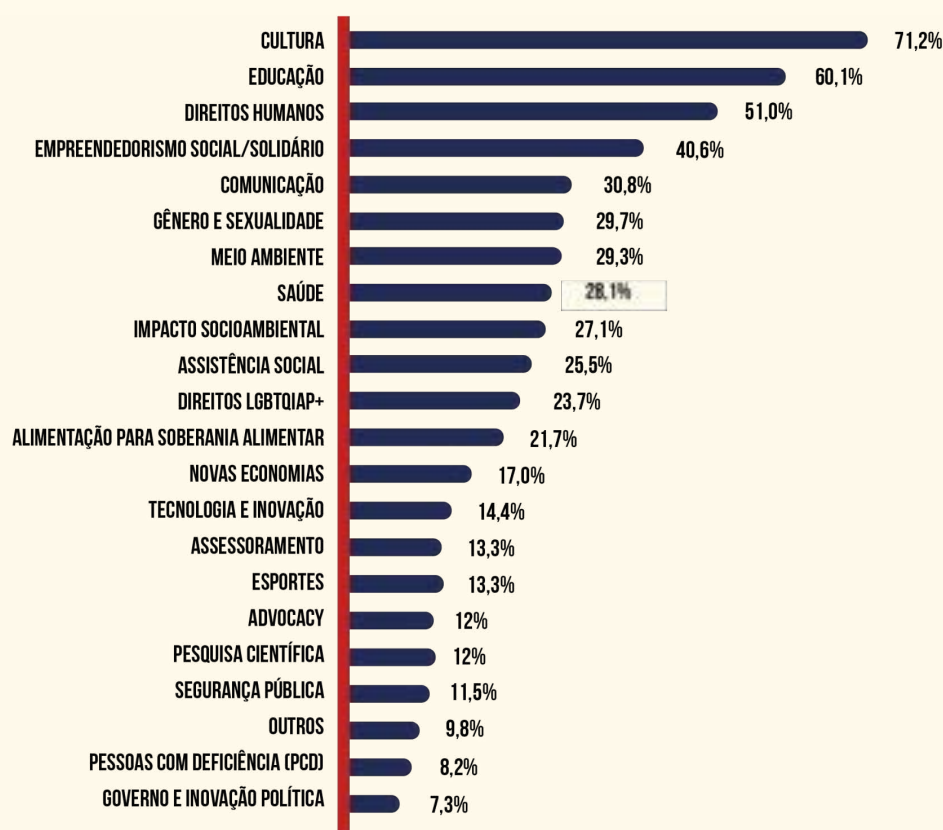
Por justiça social e econômica, destacam-se as iniciativas voltadas à geração de renda para a população negra e a incorporação de novas perspectivas de produção de bens. O Empreendedorismo Social/Solidário enfatiza-se em 40,6% das organizações, reflexo da baixa inclusão econômica da população negra no mercado de trabalho formal. Somado a esse fatos, está a preocupação desta população em criar modelos econômicos que não visam a lucratividade abusiva, mas que promovam impacto social na vida das famílias a partir da geração de renda e autonomia econômica, sobretudo para as mulheres negras, cuja renda é a mais inferior se comparada aos demais grupos por raça e gênero, conforme dados do IPEA (2024) já citados anteriormente na seção *“O contexto das lutas das organizações negras - Pelo fim do racismo e das desigualdades raciais e de gênero.”*

Este tipo de atuação, assim como as voltadas para as novas economias, sinalizadas por 17,0% das organizações, são fundamentais no desenvolvimento de soluções sustentáveis que beneficiem comunidades marginalizadas e contribuam para a mitigação dos processos sociais decorrentes das desigualdades sociais e raciais persistentes.

Destacaram-se, também, frentes de atuação voltadas à luta por direitos de grupos vulnerabilizados e por políticas públicas direcionadas à garantia dos direitos sociais básicos, tais como, Comunicação (32,8%); Gênero e sexualidade (29,7%); Saúde (28,1%); Assistência Social (25,5%); Direitos LGBTQIAPN+ (23,7%); Alimentação para a soberania alimentar (21,7%). São formas de atuação que estão agregadas a diferentes aspectos da vida social, como, por exemplo, a luta por justiça socioambiental e o oferecimento de respostas aos efeitos dos eventos climáticos, que têm gerado impactos nocivos às comunidades e territórios rurais e urbanos, através de organizações atuantes à frente do Meio ambiente (29,3%); do Impacto socioambiental (27,1%); e da Tecnologia e inovação (14,4%).

Somam-se, ainda, organizações negras atuantes no Assessoramento (13,3%); Esportes (13,3%); Advocacy (12,0%); Pesquisa científica (12,0%); Segurança Pública (11,5%); Pessoas com deficiência (PCD) (8,2%); e Governo e, por fim, inovação política (7,3%).

**GRÁFICO 11 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO**



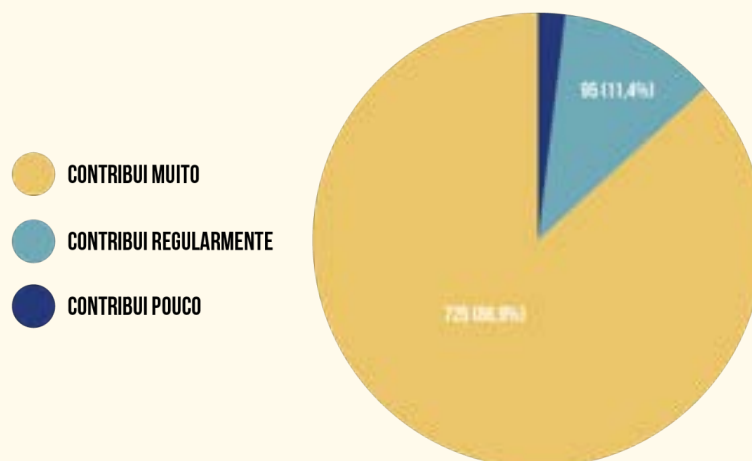
Quando perguntadas sobre o quanto acreditavam que as organizações geram qualidade de vida e impacto econômico na comunidade, uma significativa maioria (86,9%) assinalou que “contribuem muito”, destacando-se como um grupo de alto desempenho. Este é um dado importante que demonstra o compromisso dessas organizações em gerar mudanças positivas nas comunidades em que estão inseridas. As organizações negras são oriundas e estão inseridas nos territórios de sua atuação. Diante disso, conhecem os desafios e as demandas mais pungentes das localidades onde desenvolvem seu trabalho. Em segundo, 11,4% das organizações negras indicaram que “contribuem regularmente”.

Apenas 1,7% indicou que “contribuem pouco”, demonstrando que a maioria das organizações envolvidas está bem posicionada para causar mudanças e



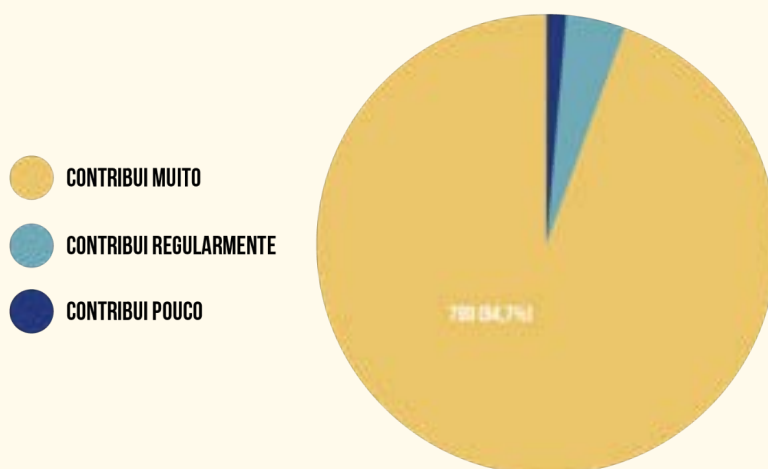
oferecer suporte às comunidades em que atuam, mostrando o papel crucial das organizações em promover bem-estar, desenvolvimento econômico e soluções locais.

**GRÁFICO 12 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR NÍVEL DE CRENÇA QUE A INICIATIVA AJUDA NA GERAÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E IMPACTO ECONÔMICO NA COMUNIDADE**



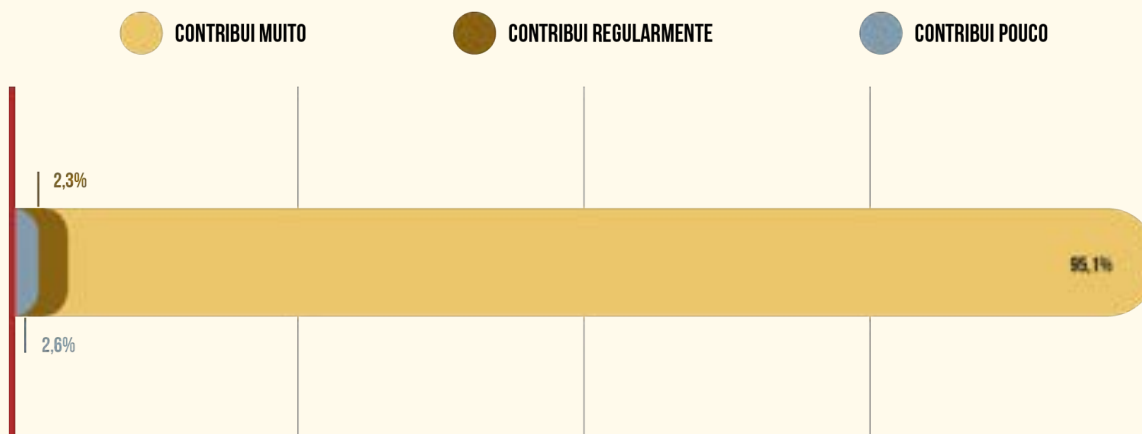
Em relação ao impacto de suas iniciativas no fortalecimento da população negra, a grande maioria (94,7%) avalia que suas ações têm um impacto que “contribui muito” para o fortalecimento da população negra, refletindo um compromisso significativo com as pautas raciais e de enfrentamento ao racismo. Concomitantemente, 4,0% das organizações acreditam que suas iniciativas “contribuem regularmente” para o fortalecimento da população negra. Apenas 1,3% das organizações considera que suas iniciativas “contribuem muito pouco.” Esses números evidenciam que grande parte das iniciativas desenvolvidas por essas organizações têm um foco claro e efetivo no fortalecimento da população negra, demonstrando o compromisso com as demandas da população negra e das ações promovidas por meio de trabalho contínuo na luta contra o racismo e a desigualdade racial, reforçando seu papel como agentes de transformação para uma sociedade mais justa e equânime.

**GRÁFICO 13 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR NÍVEL DE CRENÇA QUE A INICIATIVA FORTALECE A POPULAÇÃO NEGRA**



No que se refere à geração de oportunidades, dignidade, qualidade de vida e garantia de direitos para pessoas negras, 95,1% das organizações assinalaram que “contribuem muito”, indicando a prioridade das organizações na garantia de condições de vida digna e de garantia de cidadania para a população negra. Neste sentido, é notório que a maioria das organizações está altamente envolvida em criar impactos positivos na vida das pessoas negras e nos territórios que elas ocupam no tecido social. Apenas uma pequena fração considera que a prioridade para estes aspectos contribuem pouco, sendo apontada por 2,6% das respostas, e 2,3%, número também irrelevante, situam-se em uma posição intermediária do nível de contribuição.

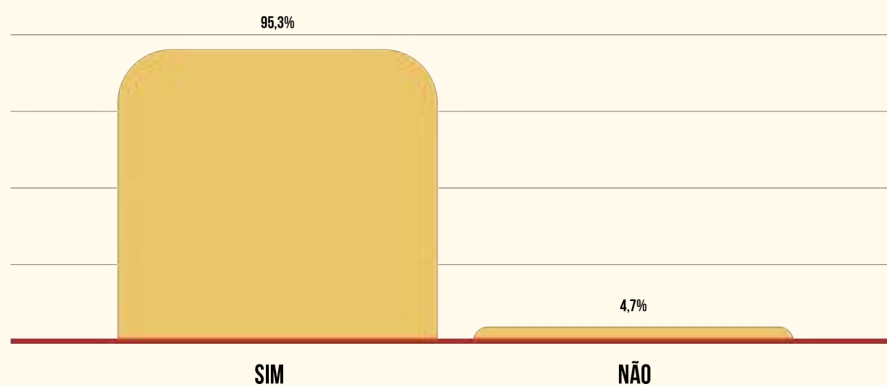
**GRÁFICO 14 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR NÍVEL DE CRENÇA QUE A PRIORIDADE DA ORGANIZAÇÃO EM GERAR OPORTUNIDADES, DIGNIDADE, QUALIDADE DE VIDA E GARANTIA DE DIREITOS PARA PESSOAS NEGRAS**



Ainda seguindo o escopo da atuação, o olhar sobre as práticas de solidariedade mostraram-se como desenvolvidas pela grande maioria das organizações. 95,3% adotam essas práticas, enquanto apenas uma pequena parcela (4,7%) não as implementa. A solidariedade pode refletir uma cultura das instituições e da vivência coletiva que visa a promoção e valorização do altruísmo e do apoio coletivo mútuo. Refere-se a ações voluntárias e coletivas que buscam promover o bem-estar comum, ajudando, principalmente, indivíduos ou comunidades em situações de vulnerabilidade. Essas ações podem incluir apoio humanitário, doações, suporte diante de violações de direitos, apoio ao acesso a políticas públicas, trabalho voluntário, entre outras iniciativas que visam mitigar os efeitos das desigualdades e exclusão sociais, bem como fortalecer o acesso e garantia dos direitos. Dado esse que estabelece um diálogo muito direto, tendo em vista a elevada presença em territórios que enfrentam maior vulnerabilidade social, tais como as periferias, comunidades e favelas, conforme o (Gráfico 4).

A ampla adesão às práticas de solidariedade reflete um compromisso significativo das organizações com a promoção da justiça social e o apoio às comunidades. Esses números indicam uma alta prevalência de envolvimento em atividades solidárias dentro do grupo pesquisado, sugerindo que a maioria dos indivíduos valoriza ou engaja-se em ações de apoio mútuo.

**GRÁFICO 15 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE DESENVOLVEM PRÁTICAS DE SOLIDARIEDADE**



## **AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**

No âmbito das ações desenvolvidas pelas organizações negras, podemos observar que as iniciativas mais comuns são aquelas que envolvem diretamente a interação com a comunidade e o fortalecimento de laços sociais. “Eventos” foi a atividade mais frequente, com 74,8% das organizações envolvidas, seguidos de “Rodas de Oficina” (73,9%) e “Formação” (71,3%). Isso demonstra um foco

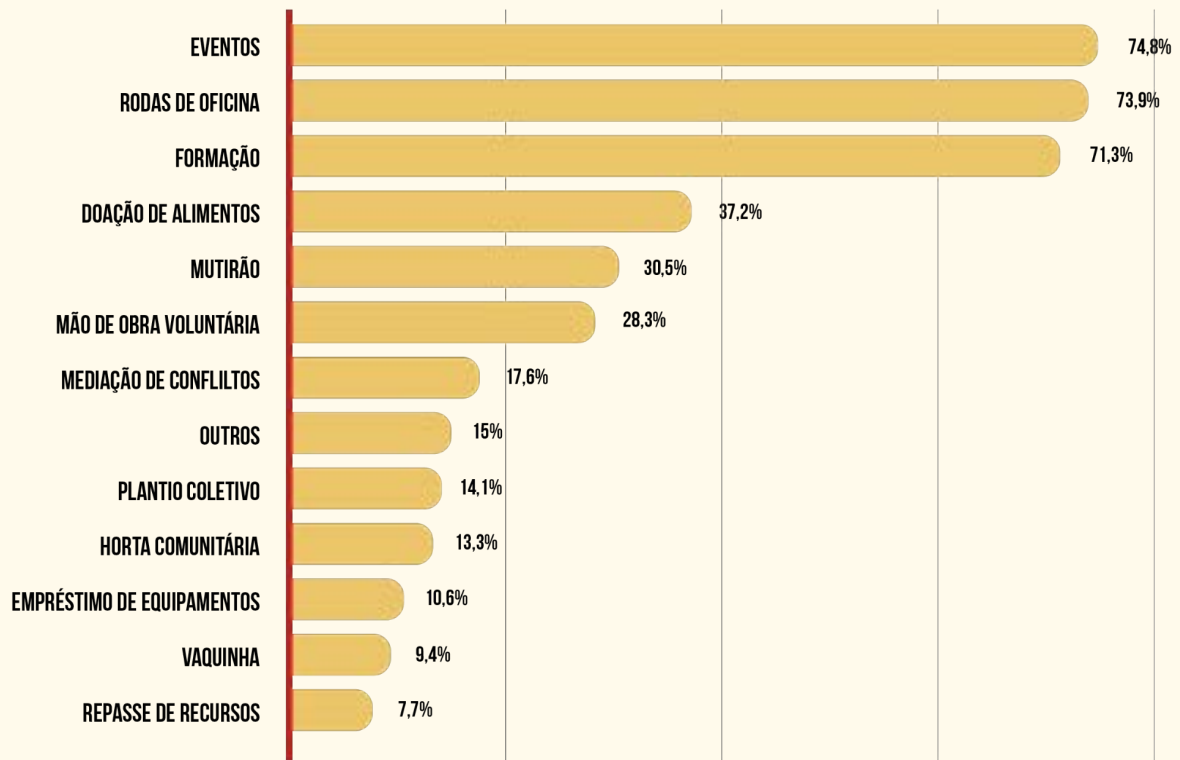
significativo em ações educacionais e de capacitação, que visam tanto o fortalecimento político quanto o empoderamento das comunidades participantes. Sendo essas ações, portanto, fundamentais para fortalecer a base social e promover mudanças a longo prazo. A alta porcentagem de organizações envolvidas nessas atividades de educação e formação é consoante a tese desenvolvida pela professora e ativista Nilma Lino Gomes (2019), de que o movimento negro é um movimento educador da sociedade, no sentido de que é um ator protagonista dos debates sobre as questões raciais, seja no âmbito de reconstrução de uma história de apagamento da atuação das pessoas negras e autoconhecimento da negritude ou na constante reivindicação de direitos e denúncia das mazelas as quais esta população é constantemente submetida.

O funcionamento como redes de apoio mútuo, ações humanitárias e construções coletivas é notório dentre as ações expressamente apontadas. Destaca-se a “Doação de alimentos”, prática adotada por 37,2% das organizações, refletindo uma preocupação com a segurança alimentar, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Atividades que demandam maior envolvimento físico, como “Mutirões” (30,5%) e a “Mão de obra voluntária” (28,3%), também estão bastante presentes, indicando um compromisso com ações práticas e de mobilização comunitária.

Outras atividades de cunho coletivo, ainda que específicas a determinados contextos, também foram observadas. São elas as ações de “Mediação de conflitos” (17,6%), “Plantio coletivo” (14,1%) e “Hortas comunitárias” (13,3%). Em menor prevalência, também estão as práticas como “Empréstimo de equipamentos” (10,6%), “Vaquinhas” (9,4%) e “Repasse de recursos” (7,7%). Isso pode indicar que essas organizações diversificam suas estratégias para angariar fundos e recursos, no entanto, essas práticas estão associadas a capacidade de obtenção de insumos para tal.

Por fim, 15,0% das organizações reportaram atividades categorizadas como "Outros", o que indica um conjunto de outras estratégias de ações que são praticadas, mas que estão além das categorias propostas por esta pesquisa.

**GRÁFICO 16 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE DESENVOLVEM CADA TIPO DE AÇÕES**



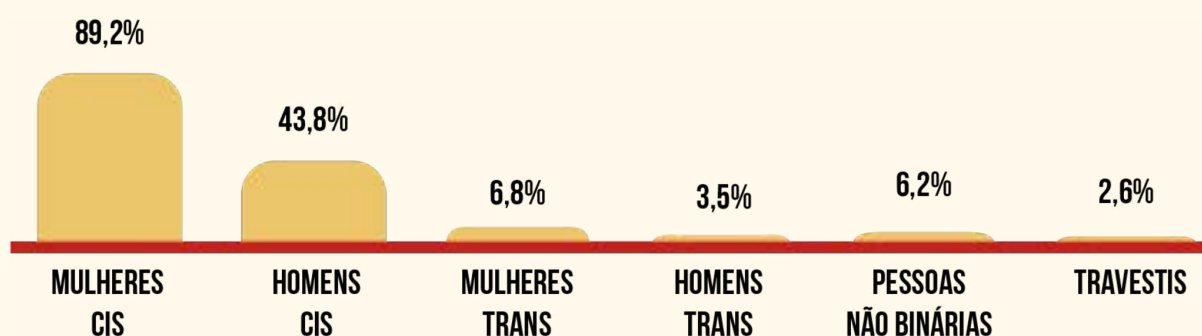


# PERFIL DAS LIDERANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS

As organizações negras são espaços de protagonismo das pessoas negras. As diferentes esferas de decisão e organização das instituições são majoritariamente preenchidas por negros e negras, e estes constroem coletivamente proposições para a sociedade civil organizada como um todo, tendo em vista que a exclusão de pessoas negras nos cargos de decisão e poder dentro das organizações da sociedade civil brasileira também é elevado. Financiar iniciativas de pessoas negras é apoiar o desenvolvimento de novas lideranças para o movimento por justiça social no país, capazes de contribuir com percepções oriundas das diferentes origens e trajetórias de vida percorridas. Segundo pesquisa da Gema (2021), com dados da Rais<sup>1</sup> de 2016, dentro do universo de pessoas ocupadas em Organizações da Sociedade Civil (OSCs), 63% eram pessoas brancas, ao passo que 37% eram pessoas negras. Quando observada a presença de pessoas negras na liderança, 62% das OSCs possuem um percentual abaixo da média e mais de 51% das empresas não implementam medidas e protocolos específicos que promovam a ocupação de posições de liderança por pessoas negras.

A análise de gênero das lideranças das organizações negras revelam maioria significativa de instituições com lideranças de mulheres (89,2%) e, em segundo lugar, em uma proporção muito menor, os homens cis (43,8%). Destaca-se também, a presença de mulheres trans (6,8%), pessoas não-binárias (6,2%), homens trans (3,5%) e travestis (2,6%).

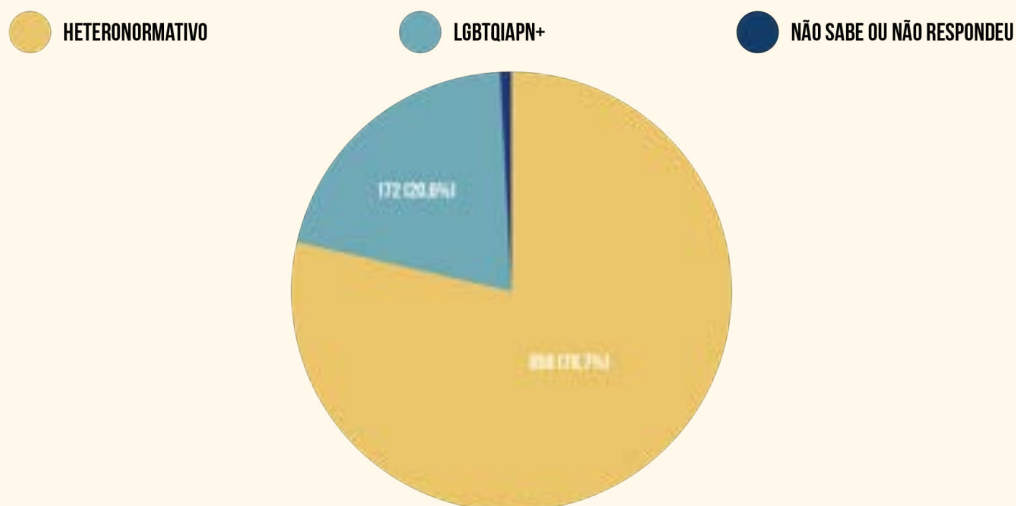
### GRÁFICO 17 - PERCENTUAL DE LIDERANÇAS POR IDENTIDADE DE GÊNERO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS



Quanto à orientação sexual das lideranças, 78,7% dos respondentes apontaram a maioria das lideranças como heteronormativa, enquanto 20,6% identificam a maioria das pessoas em posição de decisões como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, refletindo certa pluralidade e diversidade das organizações negras, ampliando as questões levantadas para além da questão racial, mas também pautas como as de gênero e sexualidade. No universo, 0,72% dos participantes não souberam ou preferiram não responder a essa questão.

<sup>1</sup> A Rais é a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego.

## GRÁFICO 18 - PERCENTUAL DE LIDERANÇAS POR ORIENTAÇÃO SEXUAL DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS



Outra característica relevante das lideranças das organizações negras revela que as protagonistas da luta contra o racismo e antirracista no país são mulheres negras. Esta atuação confere aos movimentos novos contornos e complexificação de pautas tradicionalmente abordadas. A organização política das mulheres negras têm reivindicado, para homens e mulheres negras, o acesso à educação, à renda, à saúde sexual e reprodutiva e ao trabalho digno, diante das condições materiais que impactam sobre a sobrevivência da população negra, com agravamentos para as mulheres negras.

Situadas na base da pirâmide social, enfrentando os piores indicadores de renda, feminicídio e violência contra a mulher, as mulheres negras encontram-se em um espaço estratégico de atuação enquanto sociedade civil. São elas que lideram a defesa das populações negras encarceradas, lideram os movimentos de mães de familiares vítimas da violência do estado, organizam-se na linha de frente de defesa dos territórios rurais e de florestas, estão na produção de novas formas de produção de alimentos e inovações sustentáveis para a criação de animais e vegetais, além de ter o trabalho de ajuda humanitária como um alicerce central na formação política. Dessa maneira, não é possível fortalecer a sociedade civil no país desconsiderando as desigualdades que atravessam os territórios e, com isso, os desafios que a população negra enfrenta, principalmente mulheres negras, para acessar alimentos, água e recursos básicos à sua sobrevivência.

A trajetória de atuação das lideranças de mulheres negras no Brasil constituiu-se no interior do movimento feminista e dos movimentos negros brasileiros. Em contextos de conflitos no interior do movimento feminista que,



devido ao viés eurocêntrico, omitia a centralidade da raça dentro das hierarquias de gênero presentes na sociedade, ao universalizar “uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos”, tais elementos expressam de modo articulado o mito da democracia racial e da ideologia de branqueamento<sup>2</sup> da população. Ao mesmo tempo em que enfrentavam desafios no âmbito dos movimentos negros, pois não contavam com “solidariedade de gênero intragrupo racial, que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros.” (GONZALEZ apud CARNEIRO, 2003, p. 120)

As mulheres negras possuem “toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral” (CARNEIRO, 2003, p. 120). Elas têm protagonizado uma atuação relevante, histórica e atual para a democratização, conquistas de direitos e enfrentamento às desigualdades no país, seja essa luta dentro dos movimentos negros, dos movimentos feministas brancos ou dos movimentos de mulheres negras. No âmbito dos movimentos de mulheres, a atuação política das mulheres negras no Brasil revela-se predominantemente em 73,2% nas organizações. (ELAS+, 2021) e, no âmbito das organizações periféricas, elas lideram 80% das iniciativas (PIPA, 2022).

A atuação política do movimento de mulheres negras possui significativa relevância para os avanços das agendas de direitos e promoção da equidade racial e de gênero no país na atualidade. A intelectual negra Sueli Carneiro (2020) destaca que ao trazerem “para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.” (p. 03)

Marcam a organização política e as pautas das mulheres negras brasileiras, a indissociabilidade das lutas por direitos humanos, pelo fim do racismo, pelo fim da

---

<sup>2</sup> Para Lélia Gonzalez “a ideologia do branqueamento é a forma ideológica mais eficaz do racismo na América Latina, porque reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos; o desejo de embranquecer (de ‘limpar o sangue’, como se diz no Brasil), é internalizado com a negação da própria raça, da própria cultura.” (apud Luiza Bairros 1999, p.05)

violência e do genocídio da juventude negra - meninos e jovens negros -, pela defesa dos territórios, pela saúde e justiça reprodutiva, pela justiça econômica, dentre outras. Além de se organizar em diferentes estruturas e variações ao longo do tempo, tais como irmandades, confrarias, blocos afros, coletivos, associações, organizações da sociedade civil (OSCs) e organizações não governamentais (ONGs) (GIFE, 2022).

A preocupação com as populações marginalizadas, especialmente os negros, além de o crescente interesse dos organismos internacionais em controlar o crescimento dessas comunidades, levou o movimento de mulheres negras a adotar uma perspectiva de internacionalização de luta, atravessando as fronteiras da articulação em âmbito nacional. Essa abordagem global está promovendo a diversificação das pautas, resultando em novos acordos, associações e uma maior cooperação interétnica, a partir do impulsionamento das articulações na América Latina e no Caribe, bem como a colaboração com mulheres negras de países desenvolvidos. As mulheres negras estão cada vez mais conscientes de que a globalização, impulsionada pela ordem neoliberal, intensifica a feminização da pobreza, com lares majoritariamente chefiados por mulheres negras e em situações de fome e insegurança alimentar. Isso evidencia a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil em uma escala mundial. Ademais, a participação nos fóruns internacionais tem aumentado, criando espaços onde governos e sociedade civil podem dialogar sobre questões globais (CARNEIRO, 2020).

# A LIDERANÇA DAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS



APONTA PARA  
UMA NOVA  
COSMOVISÃO DE  
TRANSFORMAÇÃO  
SOCIAL

No Brasil, na década de 1980, o movimento "enegrecendo o feminismo" desempenhou um papel importante na luta contra as desigualdades de gênero e intra-gênero, abordando questões de gênero, raça e classe de forma interconectada. O movimento feminista negro, liderado por figuras como Luiza Barros, Beatriz Nascimento, Lélia González e Sueli Carneiro, entre outras, colocou a tríade raça-classe-gênero no centro do debate sobre as desigualdades sociais no país. Embora o termo "interseccionalidade", cunhado pela teórica feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw, tenha sido introduzido em 1989, através da publicação de um artigo<sup>1</sup>.

Alguns aspectos fundamentais caracterizam a premissa de compreensão das relações sociais e desigualdades a partir das interconexões das opressões e marcam a luta política das mulheres negras. Destacam-se, na perspectiva da interseccionalidade (COLLINS, 2022): a) a compreensão de que raça, gênero e classe são sistemas de poder interdependentes e que se constroem mutuamente; b) a intersecção das relações de poder geram desigualdades sociais complexas; c) a posição social dos indivíduos dentro da estrutura das relações sociais influencia suas experiências individuais e coletivas; d) a resolução dos problemas sociais complexos exige análises interseccionais igualmente complexas. Somam-se a esses aspectos, a relevância dada a dimensão territorial e contextual, uma vez que são a realidade social, não é tomada como um dado a priori, e, por fim, a dimensão prática, e, portanto, da ação política, onde os sujeitos são dotados de capacidade de promoção da mudança social.

A perspectiva de mudança social promovida pelas mulheres negras constitui-se através da lente interseccional e propõe uma abordagem multifacetada das injustiças sociais. Isso requer uma reavaliação da concepção de justiça social, levando em conta não apenas questões de renda e riqueza, mas também de raça e gênero. Assim, novas dimensões são incorporadas aos esforços de resistência e transformação social, visando a redução das desigualdades. Ao adotar uma visão ampla das desigualdades sociais e reconhecer suas interconexões, a abordagem interseccional pode contribuir para a construção de soluções eficazes que buscam a igualdade.

O movimento das mulheres negras incorpora uma série de diferenças culturais, históricas e políticas que são fundamentais para moldar uma prática política e definir objetivos e metas específicas. Essas diferenças constituem uma variedade de elementos que são exemplares para a autodefinição das mulheres e de seu movimento. Em particular, destaca-se a valorização da inclusão gerada pela

---

<sup>1</sup> Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics

cosmovisão de origem africana, promovida pelas comunidades de terreiro, como um princípio orientador de uma ética transformadora para a elaboração de um projeto político libertário. (CARDOSO, 2012) A prática dos afrodescendentes envolvidos em movimentos negros, influenciados pelo encanto dos candomblés, acaba por gerar subjetividades auto-referentes, pois celebram sua identidade a partir da cosmovisão africana, que é reinterpretada no contexto brasileiro (OLIVEIRA, 2006).

Essa cosmovisão africana que tem sua expressão nas comunidades de terreiro que vivenciam uma “visão de mundo africana, integradora, inclusiva, diversificada, flexível, humanizadora”, tem subsidiado a proposta de modelo possível para a reorganização das relações sociais defendido pelas mulheres negras (OLIVEIRA, 2006). E, ao fazer referência constante à cultura negra e à cosmovisão africana, o objetivo é destacar aspectos culturais importantes para a construção do projeto político das mulheres negras, e não para perpetuar uma essência ontológica do ser negro-africano.

A forma cultural negro-africana é, por si só, uma ética. Isso porque é composta pela experiência coletiva dos afrodescendentes que produziram uma cosmovisão orientada para a promoção da liberdade de todos e de cada um. O termo "forma cultural" refere-se a uma categoria para pensar nas condições estruturantes de um povo, assim como nas expressões singulares que fornecem identidade a ele. Portanto, as formas culturais negro-africanas são concebidas em oposição à cosmovisão ocidental branca (CARDOSO, 2012).

O candomblé, liderado por mulheres em oposição à ordem patriarcal, por negros em resistência à hegemonia branca e por pessoas de baixa renda (considerando que a maioria dos afrodescendentes pertence ao estrato social menos privilegiado da sociedade), desafia a elite nacional. Ele pode ser considerado um modelo no qual os aspectos civilizatórios africanos foram reinterpretados na lógica da cultura negra. Ele vai além de ser apenas um exemplo cultural, tornando-se um modelo ético-político significativo. Ao mesmo tempo em que predomina a atuação das mulheres negras, acolhe qualquer grupo racial e sexualidade. Dessa maneira, a complementaridade presente na cosmovisão africana se dá em contraponto a uma visão individualista eurocêntrica (MAKOTA VALDINA *apud* CARDOSO, 2012). Estes elementos expressam a inadequação diante das visões dualistas e binárias das relações sociais.

Para fins de ilustração da maneira integrada e interconectada com que atuam as organizações negras, sobretudo aquelas lideradas por mulheres, segue abaixo um breve registro da visita de campo em uma das organizações interlocutoras da

pesquisa. Esta iniciativa é uma prova concreta da capacidade articulada de atuação dessas organizações, que não se colocam como engajadas em apenas uma ou duas pautas, mas estão atentas e conectadas com as diferentes demandas que atravessam os territórios nas quais estão situadas. Embora trate-se de uma instituição educacional, o trabalho não se restringe do portão da unidade para o interior da escola, mas se constrói a partir de alianças com outros movimentos da região que estão juntos pensando a vida na periferia e das pessoas que ali compartilham o território. Soma-se a isso, a grandiosidade com a qual a instituição é decorada, a partir da utilização de diversos recursos materiais que remetem à ancestralidade africana e a personalidades negras que se destacaram na história do país.

A forma como os elementos estão ali dispostos, com o reconhecimento e a valorização, contribuem para a construção de referenciais negros e fortalecimento da autoestima negra, tão somente das crianças presentes naquele espaço, como também das próprias funcionárias, familiares e demais profissionais que estão compartilhando o espaço. Ambos tão caros à população negra, que experimenta, ao longo da sua trajetória de vida, um processo de ocultamento e negação das contribuições do continente africano e da diáspora africana para o patrimônio cultural e de imposição do embranquecimento cultural, denominado pelos intelectuais e ativistas negros(as) como epistemicídio (CARNEIRO, 2011).

O compromisso com a formação infantil e o cumprimento das exigências legais da educação brasileira é exercido com a compreensão da necessidade de fortalecimento da dignidade das pessoas que ali estão inseridas, a partir da valorização da identidade negra e indígena para o desenvolvimento da autoestima das crianças, e da elucidação de valores de equidade e antiviolença para a construção de outras experiências possíveis de sociedade.

*“A organização, é uma instituição escolar, com cerca de 250 estudantes, gestada por uma associação de moradoras(es), fundada e liderada majoritariamente por mulheres negras, que desenvolve há mais de três décadas um trabalho de educação infantil, agregando ao ensino regular às questões dos negros e das mulheres. Tem como pilares de trabalho “gênero, raça e pertencimento”, afirmou a diretora da escola e também ex-estudante da organização.*

*A proposta metodológica desenvolvida para dar conta das questões de raça e gênero consiste em trabalhar todas as atividades educacionais a partir do legado da cultura africana e a incorporação de narrativas que ilustram os lugares que a população negra e as mulheres tiveram e têm na sociedade brasileira em contraposição a uma proposta hegemônica do ensino comum que reproduz lugares de subalternidade desses grupos, no qual à*

*história das pessoas negras é relegada ao período da escravização. Ademais, a organização possui um amplo investimento em memória visual e afetiva. Desde a entrada no espaço é possível visualizar imagens com crianças de diferentes fenótipos, majoritariamente negras, compondo distintos cenários da infância. Nas paredes há quadros com fotografias de intelectuais e ativistas negros(as), tais como Milton Santos, Vilma Reis, Luiza Mahin, Carolina Maria de Jesus, entre outros. Os nomes das salas fazem menção a heroínas negras que tiveram papéis importantes para a luta por direitos para a população brasileira, a partir da cidadania das pessoas negras, tais como Maria Felipa, Dandara, Anastácia, Aqualtune etc...*

*A dimensão do pertencimento, por sua vez, diz respeito à relação com o território (bairro periférico negro de Salvador, construído a partir do remanejamento dos moradores da antiga região de palafitas do Subúrbio Ferroviário da cidade). Segundo afirmou uma das interlocutoras de pesquisa, é “o maior tesouro e o maior desafio”, pois é uma proposta onde se busca o desenvolvimento do elo entre a comunidade escolar e a comunidade bairro, buscando a valorização do território a partir das lideranças que dali emergiram, das lutas travadas pelos povos ancestrais, de recuperação das riquezas locais, em detrimento a narrativa estigmatizante e predominante sobre o bairro, como um lugar essencialmente perigoso e violento, que são cotidianamente veiculadas pelas mídias de comunicação.*

*Outro aspecto fundamental que caracteriza o trabalho realizado pela organização é a luta política, segundo afirmaram as lideranças, é uma relação indissociável entre o trabalho com a educação e a luta política. Luta esta que preza pelo estabelecimento de parcerias com lideranças de diferentes movimentos e representantes políticos, prezando pela autonomia de pensamento e opinião, que visam melhorias para o bairro e para as pessoas que não são assistidas pela escola de educação infantil, como jovens e mulheres empreendedoras, através de projetos paralelos. (Relato de campo realizado em uma Organização lideradas por mulheres negras, Salvador - Bahia)”*

Longe de esgotar a análise acerca do relato de campo acima apresentado, é mister destacar a relevância da autonomia para as organizações negras. A garantia do exercício autônomo do trabalho que desenvolve é condição indispensável para a atuação frente a um estado que é mais uma instituição de reprodução do racismo. A autonomia é cara às organizações da sociedade civil que se propõem a denunciar e combater questões que estão profundamente enraizadas nas instituições públicas, e que são agentes reprodutores de violências para essas populações. Nesse sentido, o apoio à sociedade civil, que lhe permite o exercício da autonomia, fortalece a garantia da participação social e acompanhamento dos agentes estatais e funcionamento das políticas públicas.

As questões aqui apontadas vão ao encontro com as perspectivas que têm questionado a filantropia a respeito dos seus resquícios coloniais, que são como um vício em sua prática, como apontam Andrade e Hopstein (2022). A filantropia tradicionalmente estruturou-se em torno da lógica colonialista extrativista. E está centrada em um padrão típico de dominação global no sistema capitalista moderno que remete ao colonialismo europeu do início do século XVI, no qual a Europa colocou-se como ponto central de civilização, mais avançado no processo de desenvolvimento, não só da política e da economia, mas também da própria humanidade. Isso acontece também com a dominância “dos modelos de controle da subjetividade, da cultura e especialmente com a produção do conhecimento.”

Os mais importantes elementos do eurocentrismo, conforme identificado por Quijano *apud* Andrade e Hopstein (2022) são: “a) uma articulação marcada do dualismo (pré-capitalista/ capitalista, não-europeu/ europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno etc.) e a evolução linear, unidirecional, de um estado de natureza para a sociedade europeia moderna; b) a racionalização das diferenças culturais entre grupos humanos derivada da noção de raça; e c) a visão temporal-distorcida de todas essas diferenças por enxergar os não europeus e a sua cultura como anacronismos.”

## **ORGANIZAÇÕES NEGRAS: COMPOSIÇÃO, GESTÃO E DESAFIOS**

A composição das organizações negras, em termos do número de pessoas que atuam, destacam-se, em maioria, aquelas com entre 5 a 9 pessoas integrantes, 21,3% do universo, seguida das organizações com número de atuantes entre 10 e 14 pessoas, correspondendo 21,0%, e no terceiro maior quantitativo estão as organizações com mais de 30 pessoas, totalizando 20,7%.

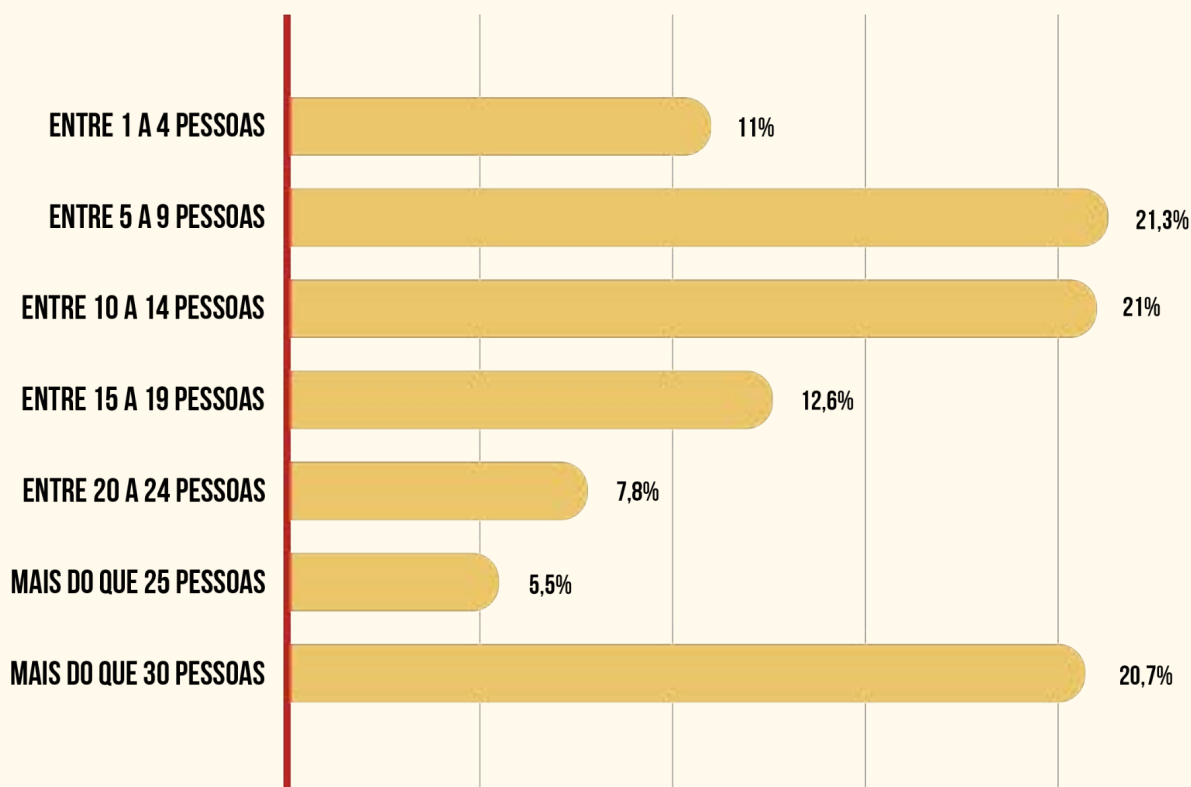
Em menores proporções, estão 12,6% das organizações com 15 a 19 pessoas; 11,0% com 1 a 4 integrantes; 7,8% com entre 20 a 24 membros atuantes e 5,5% com mais de 25 membros atuantes.

É importante considerar que a quantidade de pessoas engajadas nas organizações reflete sobre a capacidade que possuem de resiliência e o impacto que realizam, embora as organizações com menores quantidades de integrantes não devam ter suas capacidades de atuação subestimadas. Muitas vezes, a atuação de um grupo menor e mais restrito permite uma abordagem mais personalizada e próxima das comunidades atendidas, o que é essencial para o trabalho em questões decorrentes do racismo e das desigualdades raciais.



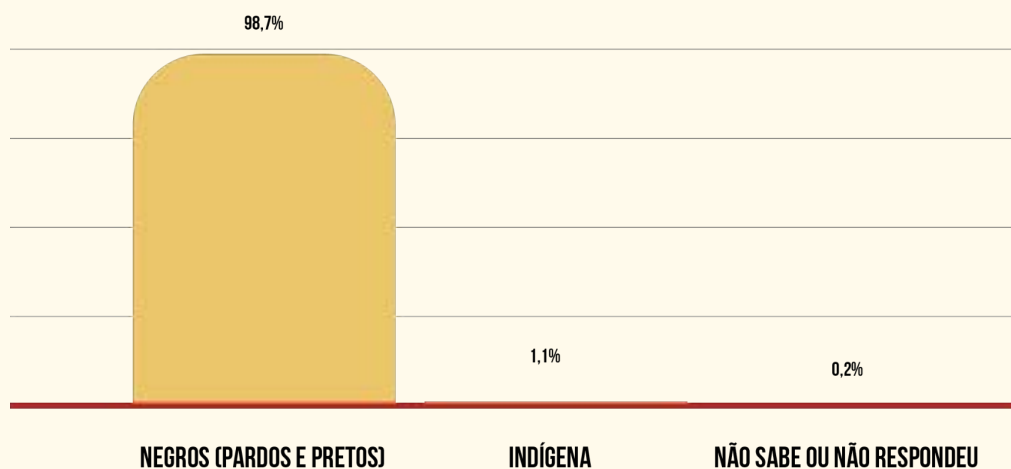
Assim, esses dados revelam não apenas a diversidade do setor, mas também levantam questões cruciais sobre a necessidade de apoio e fortalecimento institucional para essas organizações, especialmente as menores, que desempenham um papel vital na promoção da justiça social e da inclusão social de pessoas negras.

**GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES POR NÚMERO TOTAL DE PESSOAS ATUANTES**



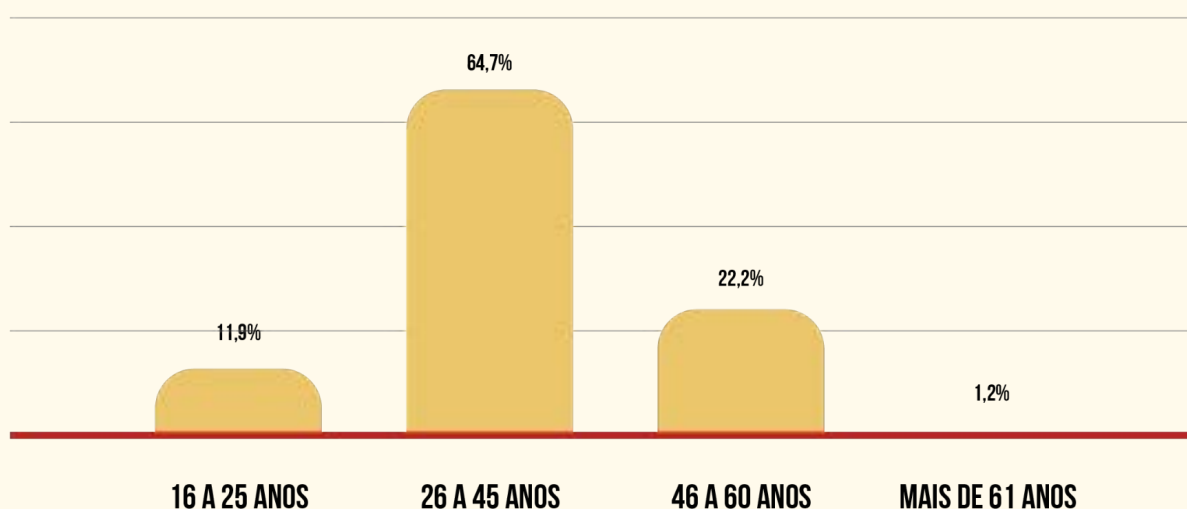
Esse fortalecimento institucional é ainda mais relevante quando consideramos as análises dos perfis da maioria dos atuantes nas organizações negras. Em termos dos critérios de raça/cor e faixa etária, esses revelam maioria absoluta de pessoas negras (98,7%) e, em uma proporção expressivamente menor, estão os indígenas (1,1%). Estes resultados reforçam a relevância das organizações negras como um espaço de fortalecimento político, reivindicação coletiva de direitos, construção de redes e alianças entre pessoas negras, além da preservação da cultura afro-brasileira.

## GRÁFICO 20 - CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-RACIAIS DA MAIORIA DAS PESSOAS ATUANTES NAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS



A faixa etária predominante entre as pessoas que atuam na organização está entre 26 a 45 anos, representando 64,5% do total. Na sequência, destaca a atuação de pessoas entre 46 a 60 anos, 22,2%. A predominância de indivíduos nessas faixas etárias sugerem um perfil de pessoas em idade ativa para o trabalho que podem estar ou não inseridas no mercado de trabalho, o que pode influenciar não só na gestão das demandas dentro da instituição, como impor desafios sobre a conciliação da vida produtiva remunerada e a atuação das organizações negras.

## GRÁFICO 21 - FAIXA ETÁRIA DA MAIORIA DAS PESSOAS ATUANTES NAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS



Uma vez identificados os perfis das pessoas atuantes nas organizações como trabalhadores, faz-se necessário analisar a maneira como se dá a sua dedicação à atuação nas organizações, bem como em outras complexidades

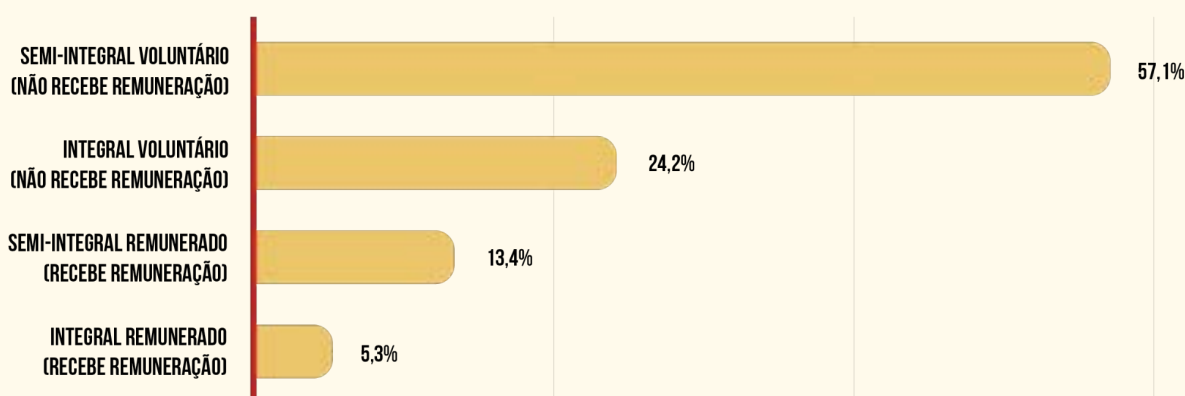
decorrentes dela, por exemplo, se é uma atuação voluntária ou remunerada. E se, quando remunerada, qual a modalidade de vínculo estabelecido, seja para o conjunto dos integrantes ou para as lideranças.

Sobre a dedicação de tempo das pessoas que atuam em organizações, os dados revelam uma realidade alarmante e desafiadora, especialmente quando consideramos o papel das filantropias no apoio a instituições que promovem transformação social. 57,1% das organizações possuem majoritariamente pessoas com dedicação semi-integral voluntários, sem recebimento de qualquer remuneração. O segundo maior perfil é de 24,2%, em que a maioria de seus integrantes são, em horário integral, voluntários, também sem recebimento de remuneração.

Somadas, estas duas categorias totalizam mais de 80% das organizações negras, isto é, a atuação nestas organizações está vinculada a articulação com outras atividades remuneratórias ou está vinculada a inatividade. Tratando-se de uma população vulnerabilizada com elevados problemas de acesso ao trabalho e ao ingresso em ocupações com garantia de direitos e remuneração dignas, as condições de realização de seus trabalhos comunitários e de lutas também padece de grandes obstáculos, impedindo a liberdade de organização e reivindicação pública devido ao cerceamento ocasionado pela não remuneração e também se tornando uma atividade desempenhada em condições de exaustão pela necessidade de articulação com uma jornada integral de trabalho.

A experiência de ter pessoas dedicadas com remuneração é realidade de 18,7% das organizações, no entanto, ainda há uma subdivisão cuja remuneração e ou jornada de atuação é feita parcialmente, a exemplo dos regimes semi-integrais remunerados, que constitui 13,4% das organizações negras, seguidos dos integrais remunerado, cuja proporção é de 5,3% das organizações. Esses números expõem uma fragilidade estrutural: a falta de acesso a recursos financeiros suficientes para a garantia de dedicação integral dos membros às organizações, o que acaba pondo em risco a sustentabilidade e a ampliação dos impactos das ações elaboradas por elas.

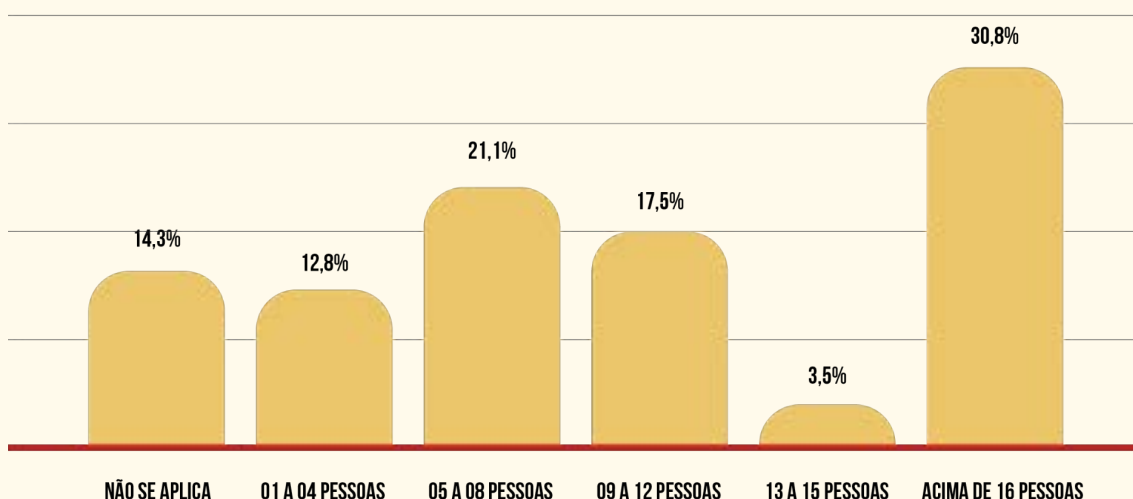
**GRÁFICO 22 - PERFIL DE DEDICAÇÃO DE TEMPO DA MAIORIA DAS ATUANTES NAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**



Com a ampla dedicação dos integrantes de forma voluntária, seja parcial ou integralmente, fez-se necessário observar o quantitativo em faixas numéricas de pessoas com atuação voluntária nas organizações. Em linhas gerais, há um panorama diversificado, mas com uma concentração significativa em certos intervalos de participação. 30,8% das organizações contam com mais de 16 voluntários, reflexo de decisões políticas por não remuneração dos integrantes e ou pela falta de recursos das organizações para este fim. Seguido por 21,1% das organizações, contam com 5 a 8 voluntários e 17,5% que possuem entre 9 e 12 pessoas atuando de forma voluntária.

Em contraste, 14,3% das organizações declararam que a atuação voluntária não se aplica a elas, sugerindo que uma parcela considerável de organizações opera sem o apoio de voluntários.

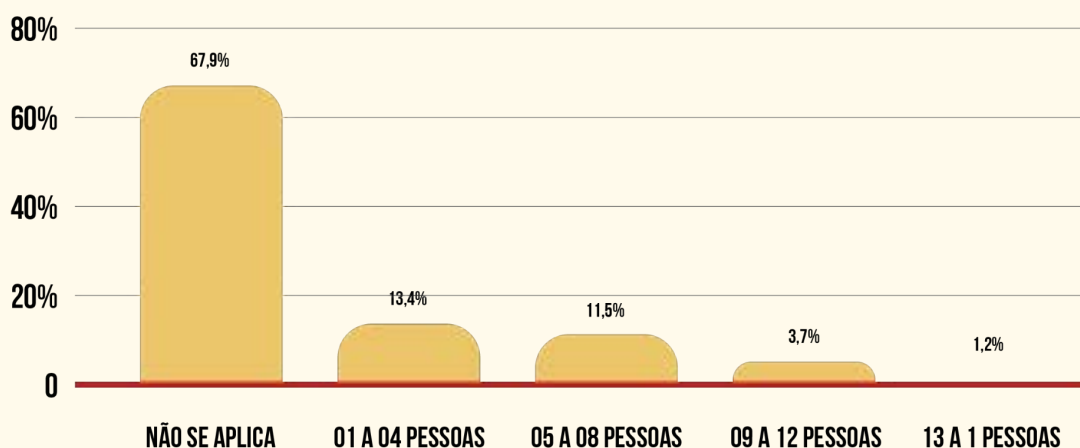
**GRÁFICO 23 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE ATUAM VOLUNTARIAMENTE NAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**



No que diz respeito à atuação remunerada das pessoas nas organizações, há um cenário que destaca a escassez de recursos dedicados à remuneração das pessoas integrantes. A maioria das organizações, 67,9%, respondeu “não se aplica” quando questionadas sobre quantas pessoas atuam de forma remunerada na organização. Em segundo, ficaram 13,4% das organizações que conseguem remunerar entre 1 a 4 pessoas, e menos de 20% conseguem remunerar mais de 5 pessoas, com uma distribuição que diminui drasticamente à medida que o número de funcionários aumenta.

Esse quadro sugere que, embora exista um esforço considerável para manter as atividades organizacionais, as dificuldades de acesso a recursos financeiros impõem obstáculos à organização, à gestão e à ampliação do impacto dos trabalhos dessas instituições. A ausência de remuneração adequada também faz com que muitos colaboradores precisem dividir seu tempo entre as organizações e outras atividades que sejam suas fontes de renda. Isso pode interferir no nível de dedicação e nas condições as quais o trabalho desenvolvido por estas organizações é realizado, gerando a longo prazo um desgaste físico e mental.

**GRÁFICO 24 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE ATUAM DE FORMA REMUNERADA NAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**

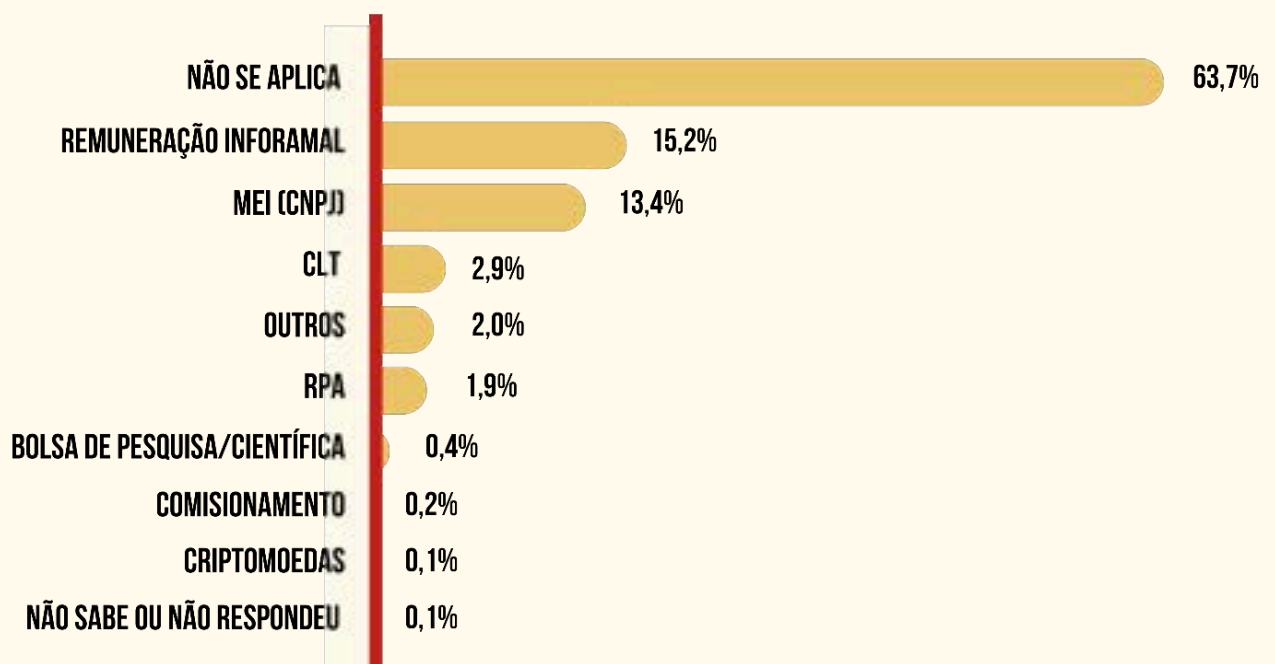


Sobre as modalidades de contratação nas organizações negras, 63,7% das respondentes indicaram a categoria "não se aplica", 15,2% indicaram remuneração informal e 13,4% assinalaram “Microempreendedor Individual (MEI)”, no qual é possível inferir que muitas dessas organizações, quando dispõem de uma estrutura que garante certa remuneração para algumas das pessoas atuantes, operam em um contexto onde a formalização do trabalho ainda é limitada, possivelmente devido à burocratização necessária para tal e a disponibilidade de recursos financeiros. Além da ausência de garantias para as pessoas que se dedicam às

atividades e projetos das organizações, o estabelecimento de vínculos alternativos à formalização gera danos à estrutura das organizações, pois são alimentadas a partir de equipes que demandam em função de projetos e iniciativas com data de conclusão pré-definida. Este processo prejudica o fortalecimento contínuo das equipes, a capacidade de elaboração e implementação do planejamento anual e, além disso, de mobilização e gestão dos recursos humanos e financeiros.

A realidade de incerteza financeira e a ausência de garantia de direitos formais é a mais proeminente, somadas 0,4% de bolsa de pesquisa/científica, 0,2% de comissionamento e 0,1% de criptomoedas. Estando as condições com maior proteção, ainda que limitadas, há 2,9% de contratados através da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e 1,9% de RPA (Recibo de Pagamento Autônomo).

**GRÁFICO 25 - PERFIL DE CONTRATAÇÃO DAS ATUANTES DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**

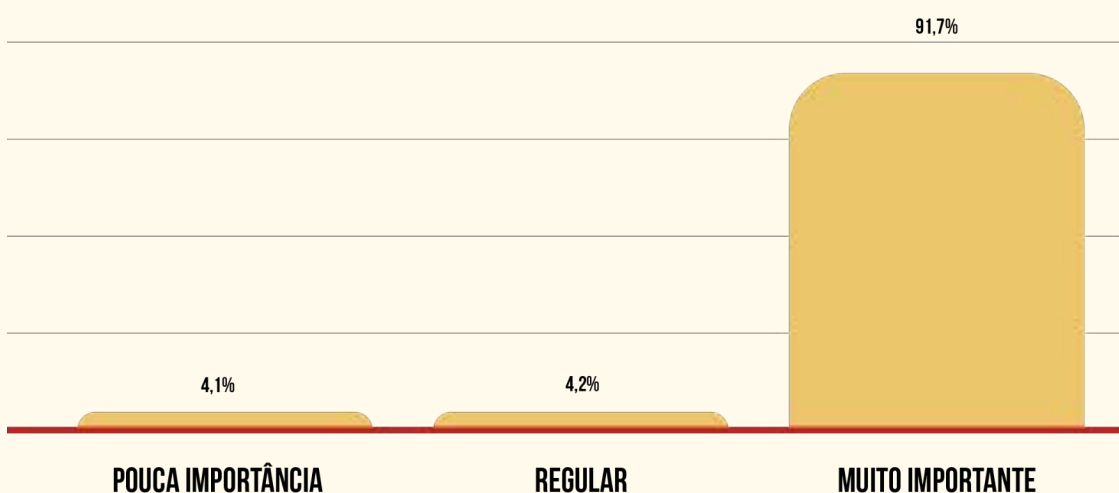


Assim como a ausência de remuneração dos integrantes traz consequências para os membros e as organizações, a questão da remuneração também é importante no âmbito das lideranças. Quando as organizações foram perguntadas a respeito disso, a grande maioria (91,7%) considerava a remuneração das lideranças como "muito importante". Este número esmagador reflete uma necessidade evidente e urgente de valorização e reconhecimento do trabalho realizado por essas lideranças, que são as representantes da coletividade e ocupam uma posição estratégica para o funcionamento dessas organizações e do trabalho desenvolvido

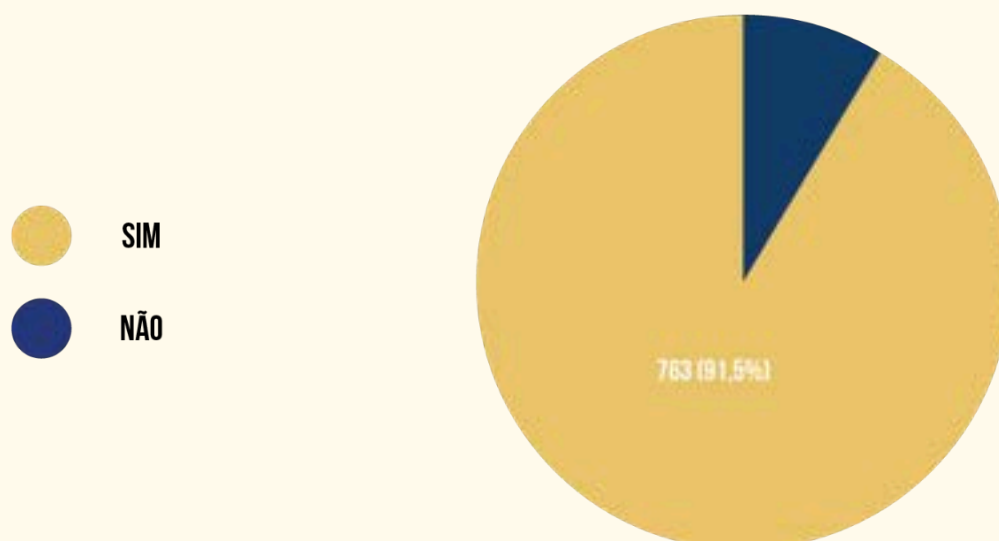
por elas. Na sequência, 4,2% dos respondentes afirmaram que a remuneração das lideranças possui importância “regular”, enquanto 4,1% veem “pouca importância.”

A consequência mais evidente da ausência de remuneração das lideranças é a proporção daquelas que possuem trabalhos em outros lugares, conforme o Gráfico 27, no qual 91,5% responderam afirmativamente sobre o trabalho em outros lugares além das organizações negras.

**GRÁFICO 26- AVALIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA REMUNERAÇÃO DE LIDERANÇAS**



**GRÁFICO 27 - PERCENTUAL DE GESTORES QUE TRABALHAM EM OUTROS LUGARES ALÉM DA ORGANIZAÇÃO NEGRA ONDE ATUAM**



A seguir, são detalhados os múltiplos desafios enfrentados pelas organizações negras em sua gestão. De acordo com o (Gráfico 28), a captação de recursos é o mais recorrente, sendo mencionado por 89,1% das organizações. Isso reflete a realidade difícil de acessar financiamento, essencial para a manutenção e expansão das atividades desenvolvidas pelas organizações. A complexidade dos editais e a exigência de extensa documentação criam obstáculos que, muitas vezes, inviabilizam o acesso aos recursos financeiros disponíveis.

Escrever projetos é outro desafio substancial, expressado por 56,5% das organizações. A necessidade de preencher formulários detalhados e de redigir propostas que atendam a critérios rigorosos dos editais, frequentemente, exige uma expertise que nem todas as organizações possuem, criando ainda mais obstáculos para a possibilidade de pleito a financiamento via editais e chamadas públicas.

A falta de um planejamento estratégico é desafio para 48,3% das organizações, e a dificuldade em mapear editais relevantes foi apontada por 47,8%, evidenciando a carência de informações democráticas. A divulgação inadequada dos editais e a falta de suporte na compreensão dos objetivos propostos pelos mesmos contribui para que muitas organizações fiquem de fora de importantes processos de seleção. A exclusão das organizações negras ocorre antes mesmo da participação do processo seletivo.

O desenvolvimento institucional é um desafio para 45,2% das organizações, demonstrando a necessidade de fortalecer as estruturas internas para lidar com demandas cada vez mais complexas e em constante mudanças. A falta de habilidades em línguas estrangeiras (33,9%) e a dificuldade em mobilizar pessoas (33,7%) também são barreiras significativas, limitando a capacidade das organizações de expandir seu alcance e impactar um público mais amplo.

A comunicação das iniciativas (30,7%) e a prestação de contas (24,8%) são áreas críticas que exigem atenção. A capacidade de articular claramente o impacto das atividades e demonstrar transparência no uso dos recursos é considerada como elemento fundamental para a credibilidade e sustentabilidade das organizações.

Cada organização enfrenta múltiplas barreiras na sua gestão. O cálculo da média de desafios apresentados foi de cerca de 5 desafios apontados pela organização dentre os elencados no formulário. Esse dado indica que as organizações sociais não estão apenas lidando com um ou dois problemas



isolados, mas com uma gama de desafios que, em conjunto, podem dificultar seriamente sua atuação e sustentabilidade da organização.

Quando se considera que a captação de recursos, a escrita de projetos, o planejamento estratégico, o mapeamento de editais e o desenvolvimento institucional estão entre os desafios mais mencionados, a média de 5 desafios reflete a complexidade e a interdependência das dificuldades que essas organizações enfrentam.

### GRÁFICO 28 - PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS



### BENEFICIÁRIAS

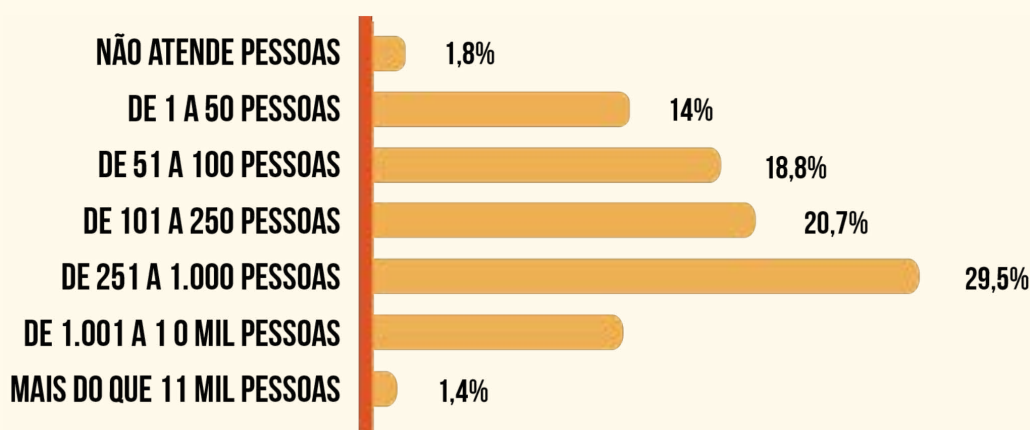
A média de beneficiárias atendidas direta e indiretamente ilustra a capacidade de atendimento que as organizações possuem, como o trabalho que desenvolvem em seus territórios e em níveis regional e nacional. O número médio de pessoas atendidas em um ano pelas organizações respondentes evidencia que a maior parte das organizações, 29,5%, atendem entre 251 a 1.000 pessoas. Este grupo é seguido de perto por aquelas que atendem entre 101 a 250 pessoas, representando 20,7% do total, e as que atendem entre 51 a 100 pessoas, com 18,8%.

Com menor expressão, mas ainda significativa, são os grupos que atendem entre 1.001 a 10.000 pessoas, correspondendo a 13,7% das respostas. Em contrapartida, um percentual muito menor das organizações, 1,4%, indicou atender

mais de 11 mil pessoas, enquanto 1,8% declararam-se como aqueles que não possuem atendimento direto e indireto às pessoas.

Essa distribuição evidencia que a maioria das organizações tem um alcance moderado, atendendo até mil pessoas, tendo em vista a disponibilidade de voluntários para a realização dos projetos e atividades das organizações, é possível afirmar que as organizações produzem impacto nos públicos para os quais estão direcionadas dentro do conjunto da população negra. Assim como a presença de organizações que conseguem atender a um número muito grande de pessoas, ainda que sejam poucas, demonstra a diversidade em termos de impacto social entre os participantes.

**GRÁFICO 29 - PERCENTUAL DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS POR NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS ATENDIDAS POR ANO**



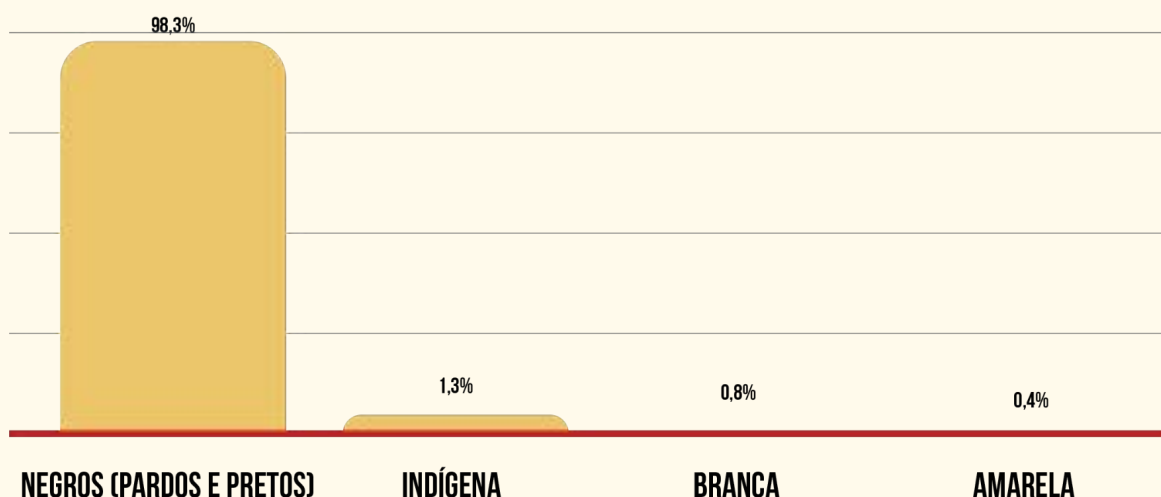
As organizações negras são espaços de fortalecimento político, reivindicação e garantia de direitos, preservação de memória, coletividade e empoderamento identitário da população negra. Diante disso, quando observado o perfil raça/cor das pessoas beneficiárias das atividades das organizações tem-se que a maioria esmagadora dos atendidos pelas organizações é composta por pessoas negras, incluindo pardos e pretos, que representam 97,5%. Um reflexo de um forte direcionamento das ações feitas por organizações negras para a população negra, que tradicionalmente enfrenta maiores desafios diante das condições sociais do país.

Os indígenas, embora constituam um grupo significativamente menor, com 1,3% dos atendidos, também estão sendo alcançados por essas iniciativas, o que demonstra a proximidade dos laços entre ambas as populações historicamente marginalizadas. Os brancos e amarelos representam 0,8% e 0,3%,

respectivamente, evidenciando que a prioridade e o compromisso das ações dessas organizações estão evidentemente voltados para as populações negras.

Esses dados são cruciais para entender o foco da atuação dessas organizações e o direcionamento para o público a quem elas realmente beneficiam, corroborando para o fato de que uma proposta de financiamento para a promoção da equidade racial deve estar diretamente vinculada ao fortalecimento e potencialização dessas organizações, cuja legitimidade se dá pela mútua participação. Isto é, tanto na proposição das organizações e construção das ações quanto na participação e beneficiamento delas. Nestas organizações, são as pessoas negras entre si construindo caminhos possíveis para emancipação e vivência coletiva do bem-viver.

### GRÁFICO 30 - PERFIL RAÇA/COR DA MAIORIA DAS PESSOAS ATENDIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS



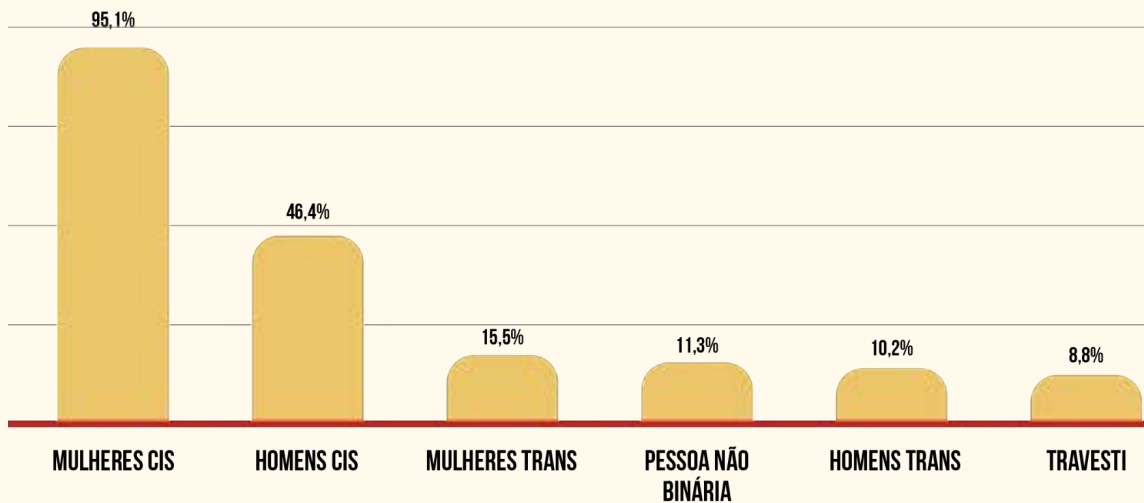
A identidade de gênero das pessoas atendidas pelas organizações revela um cenário diversificado, mas com predomínio de determinados grupos. Aquelas com maior expressão das pessoas atendidas são mulheres cis, representando 95,1% do público. Isso indica que essas são amplamente reconhecidas e atendidas pelas organizações, justamente por estarem mais expostas às desigualdades passadas por intersecção de variáveis como gênero, raça e classe. Os homens cis aparecem como o segundo maior grupo, com 46,4% das organizações.

Pessoas trans, incluindo mulheres trans e homens trans, têm uma presença menor, mas significativa. Mulheres trans representam 15,5% do atendimento, enquanto homens trans, 10,2%. Pessoas não binárias e travestis com 11,3% e 8,8%, respectivamente. Esses números indicam um espaço significativo para o

crescimento e a inclusão dentro das políticas de atendimento das organizações, refletindo a diversidade da identidade de gênero na sociedade.

Em suma, as organizações demonstram um compromisso substancial em atender uma ampla gama de identidades de gênero.

**GRÁFICO 31 - PERFIL DE GÊNERO DAS PESSOAS ATENDIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**



A hand with pink nail polish is shown dropping several coins into a hole in a textured surface. The background is a green grid pattern. In the foreground, there are stacks of coins and a succulent plant.

**ÀS MARGENS DOS RECURSOS  
FILANTRÓPICOS E DO  
INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO**

A captação de recursos financeiros em instituições nacionais é um grande obstáculo para as organizações negras. O conhecimento de instituições filantrópicas é uma condição indispensável para a mobilização de recursos no campo destas organizações financiadoras. Entretanto, quando analisadas as organizações negras, conhecer a filantropia no país e fora dele não representa necessariamente o acesso aos recursos oriundos destas instituições. Os dados a seguir, revelam um cenário preocupante no que diz respeito ao conhecimento das organizações sobre instituições que financiam ações filantrópicas no Brasil. A pesquisa indica que, apesar de 58,8% das organizações afirmarem conhecer instituições que financiam ações filantrópicas no Brasil (Gráfico 32), o número daquelas que conseguiram captar em território nacional foi de 37,5% (Gráfico 33).

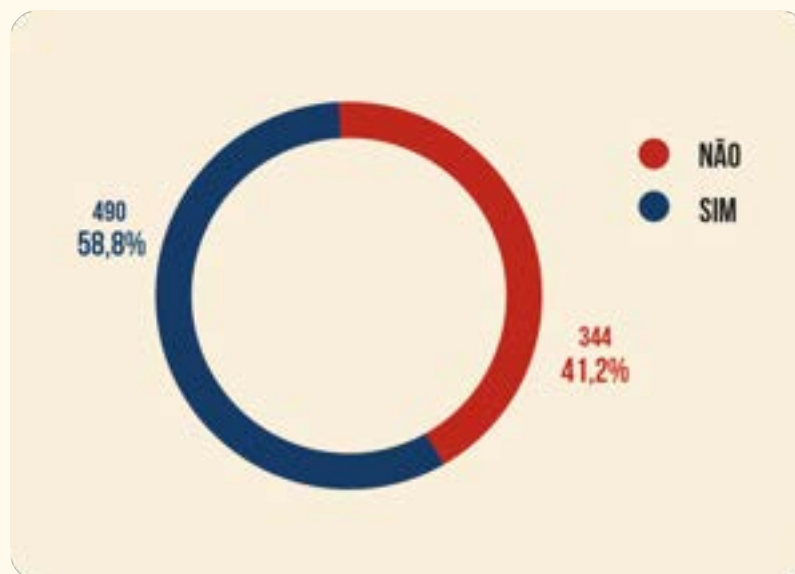
Destaca-se, ainda, uma dimensão interessante, totalizaram 62,5% o número das organizações negras que não conseguiram captar no Brasil. Dessas, quase metade nunca sequer tentaram a captação (37,5%). Isto revela que o processo de exclusão das organizações negras do acesso a recursos financeiros no país é anterior aos processos de seleção, entrevistas e avaliações. A dinâmica de financiamento de organizações sociais no país não tem criado condições para o estabelecimento de diálogo com as organizações negras que, em parte significativa, não se vêem aptas para o acesso ao financiamento privado, ainda que tenham conhecimento da existência de instituições que financiam ações filantrópicas no país.

Esses números sugerem que as estratégias adotadas pelo campo, seja no âmbito da comunicação ou na divulgação por parte das instituições financiadoras, não têm sido suficientemente eficazes para alcançar uma parcela considerável das organizações que poderiam se beneficiar desses recursos, que desenvolvem uma atuação nos territórios mais vulnerabilizados e vitimados pelas violências.

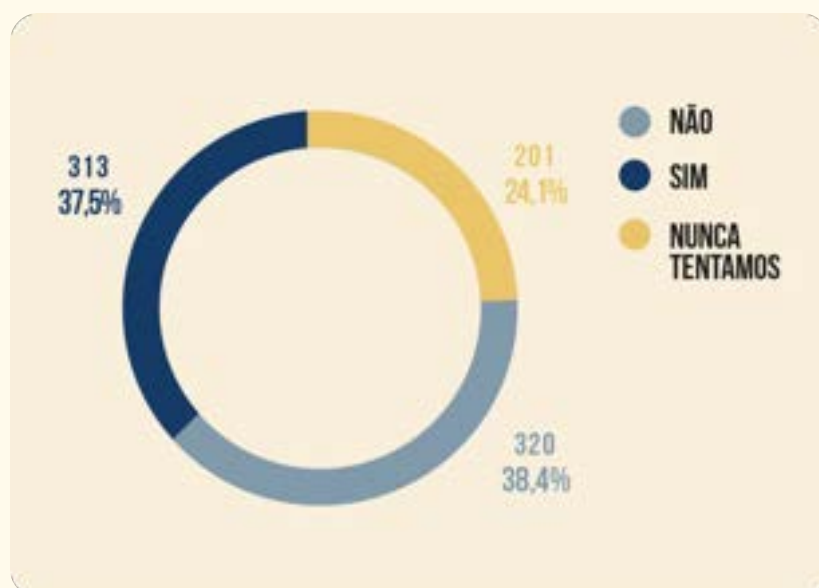
Esses dados se conectam ao contexto geral mais amplo, onde as barreiras sistêmicas de opressão causadas pelo racismo e pelo sexismo afetam a captação de recursos dessas organizações, tornando evidente a necessidade de um ambiente mais equitativo e racialmente justo no setor da filantropia e investimento social privado no Brasil.

A falta de acesso a recursos das instituições privadas impacta a atuação das organizações negras no país, especialmente entre aquelas que não têm acesso a outras formas de apoio financeiro.

**GRÁFICO 32 - ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE CONHECEM INSTITUIÇÕES NO BRASIL QUE FINANCIAM AÇÕES FILANTRÓPICAS**

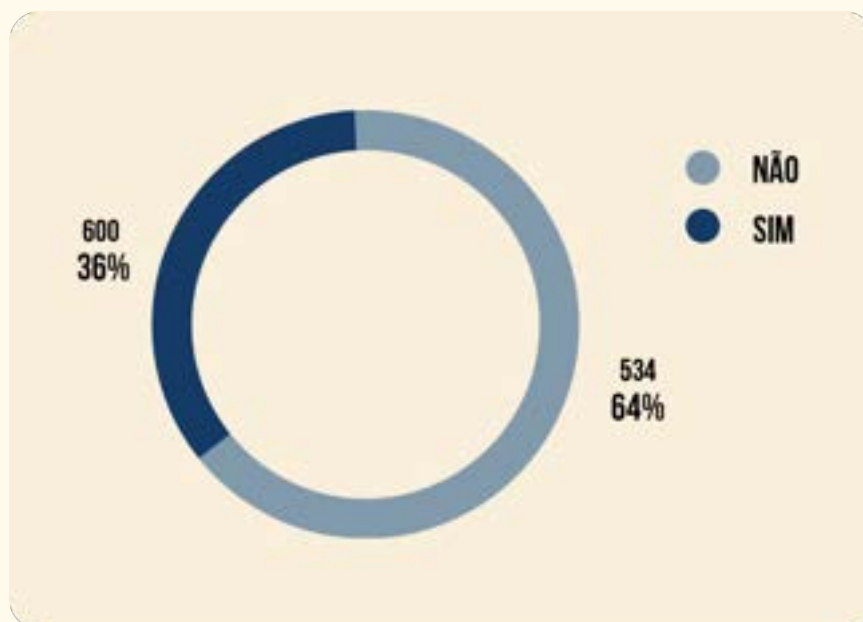


**GRÁFICO 33 - ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE CONSEGUIRAM CAPTAR COM INSTITUIÇÕES NO BRASIL**

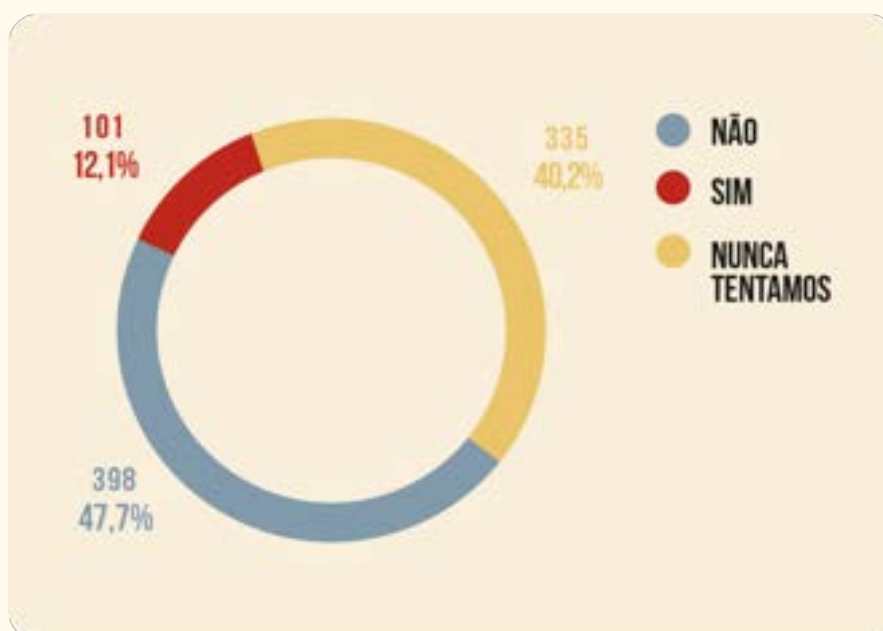


A captação de recursos financeiros em instituições internacionais é ainda mais desafiadora e os números são expressivos para as organizações negras, pois a barreira do não acesso ao conhecimento dessas instituições financiadoras é a realidade de 64,0% dessas organizações, enquanto apenas 36,0% afirmaram conhecer instituições internacionais que financiam ações filantrópicas (Gráfico 34). Além disso, apenas 12,1% conseguiram captar em instituições internacionais (Gráfico 35), enquanto 47,7% não captaram e 40,2% sequer tentaram esta modalidade de captação de recursos.

**GRÁFICO 34- ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE CONHECEM INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS QUE FINANCIAM AÇÕES FILANTRÓPICAS**



**GRÁFICO 35- ORGANIZAÇÕES NEGRAS QUE CONSEGUIRAM CAPTAR COM INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS**



A captação de recursos é fundamental para que as organizações realizem suas atividades, garantam a continuidade dos projetos e estejam presentes nos territórios e com as populações onde atuam. As organizações negras sofrem barreiras tanto no acesso à captação de recursos de instituições dentro e fora do



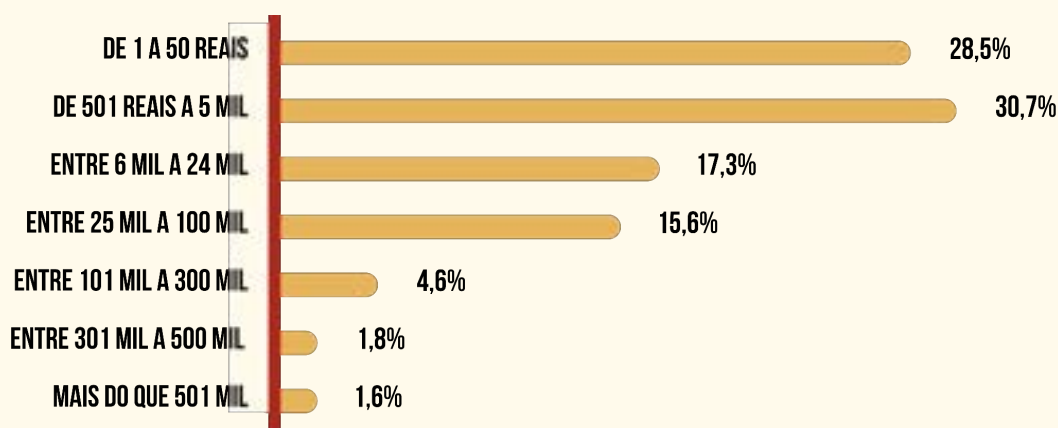
país quanto no montante de recursos mobilizados, no caso daquelas que transpuseram a barreira do acesso.

A análise referente aos recursos financeiros captados no ano anterior, revela um quadro desafiador que enfrenta as organizações negras em meio a uma realidade de escassez de recursos para a pauta racial e investimento na atuação de organizações de pessoas negras junto à necessidade de atendimento às demandas persistentes. Das organizações, 59,2% operaram em 2023 com menos de R\$5 mil ao longo de todo o ano, sendo que 28,5% delas contaram apenas com valores entre R\$1 e R\$500, e 30,7% entre R\$501 e R\$5 mil. Isso significa um orçamento mensal médio inferior a metade de um salário mínimo.

Um número significativo dessas organizações, 17,3%, trabalhavam com um orçamento anual entre R\$6 mil e R\$24 mil, o que ainda é insuficiente para muitas das suas necessidades operacionais. Apenas uma pequena fração, 7,9%, dispõe de mais de R\$100 mil, destacando a grande disparidade na capacidade financeira entre as entidades.

Esses dados mensuram o quanto as organizações negras enfrentam barreiras para a garantia da cidadania da população negra, a manutenção da luta por direitos e a sua capacidade de organização coletiva, contando apenas com suas capacidades de resiliência e inventividade para lidar com as severas restrições orçamentárias e manter-se comprometidas com suas missões. A realidade financeira apresentada conclama para uma ação urgente de ampliação do suporte e financiamento para essas entidades, que desempenham papéis fundamentais em suas comunidades, mas que, muitas vezes, operam no limite de suas capacidades financeiras.

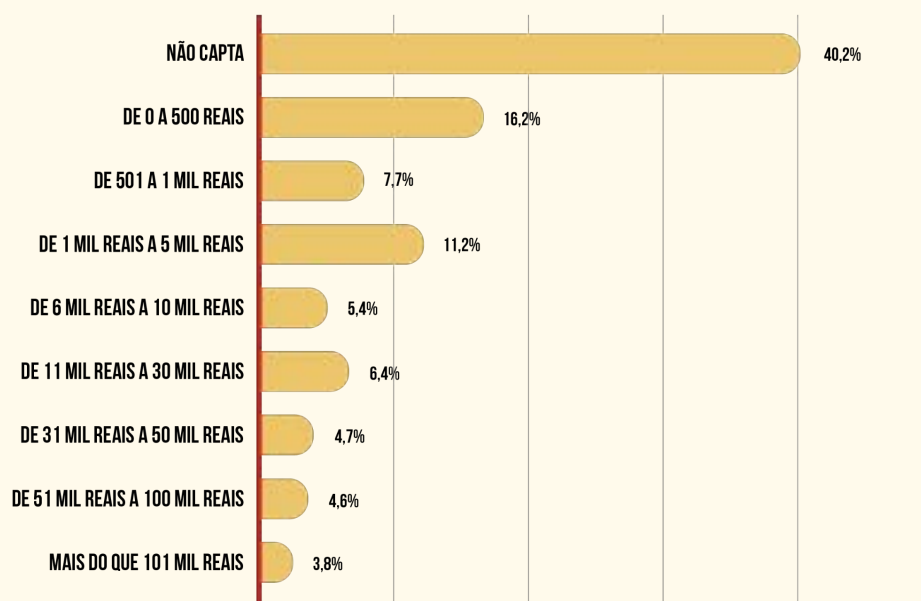
**GRÁFICO 36- MÉDIA DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS NO ANO ANTERIOR**



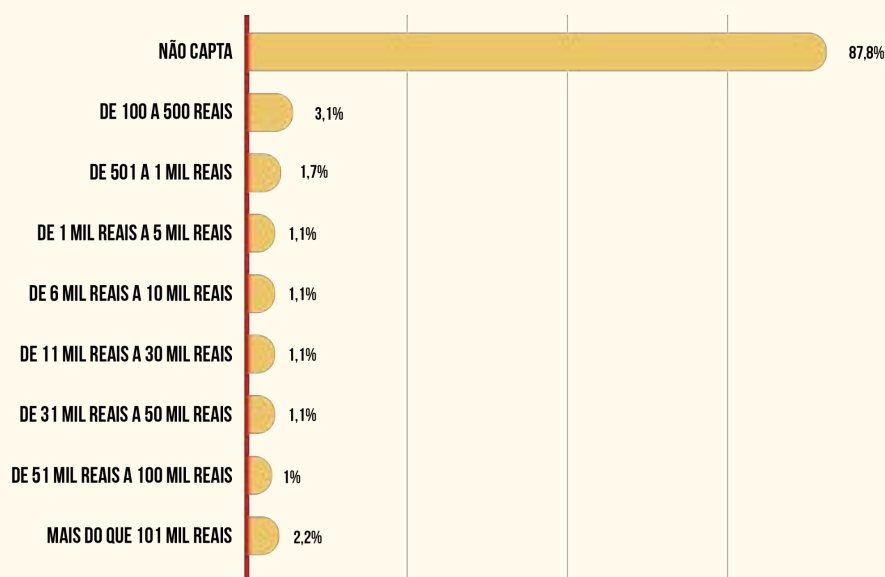
O olhar detalhado sobre as origens dos recursos captados de doações pelas organizações negras em instituições nacionais e internacionais revela a concentração de recursos oriundos do território nacional. As organizações que captaram recursos em instituições do país variam entre as diferentes faixas com maior concentração nos valores mais inferiores de até R\$5 mil anuais (Gráfico 37), enquanto aquelas que receberam recursos internacionais nas diferentes faixas de valores não ultrapassaram 5% destas (Gráfico 38).

Em relação à captação de doações no Brasil, tem-se que 40,2% das organizações não captaram anualmente, retrato da significativa dificuldade dessas instituições negras em acessar fontes de financiamento externo. Entre as que conseguiram captar, os três mais expressivos foram: 16,2% arrecadaram até R\$500 reais, 7,7% entre R\$501 e R\$1 mil e 11,2% entre R\$1 mil e R\$5 mil, valores que representam a fonte de recursos essenciais para a continuidade das atividades e projetos desenvolvidos por elas. Fora do país, durante um ano, 87,8% das organizações negras declararam não terem captado doações.

**GRÁFICO 37 - MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS DE DOAÇÕES DENTRO DO BRASIL**



## GRÁFICO 38 - MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS DE DOAÇÕES FORA DO BRASIL



## ORIGEM DOS RECURSOS

Diante da constatação da baixa capacidade de captação de recursos das organizações negras, tanto no Brasil quanto no exterior, e da mobilização de um montante reduzido de recursos, faz-se necessário o aprofundamento das principais fontes de recursos que financiam e sustentam as iniciativas negras no país.

O cenário é preocupante, tendo em vista o acesso limitado às distintas fontes de financiamento por parte das organizações. Há prevalência de recursos oriundos dos próprios integrantes das organizações e de iniciativas de arrecadação desenvolvidas por eles, tais como os recursos próprios (57,7%); as doações individuais (57,5%); os eventos (40,4%); as rifas, vaquinhas e *crowdfunding* (34,4%); e a geração de renda - venda de produtos e serviços - (32,3%), indicando uma forte dependência das redes nas quais estão inseridas e de maior proximidade.

Destacam-se os editais públicos, estando na terceira posição das fontes de recursos de 45,2% das organizações negras. Contudo, ao tentar participar desses editais, são frequentemente encontradas barreiras que envolvem diversas outras dificuldades. A burocracia complexa, com exigência de conhecimento técnico específico, e o acesso à informação e cumprimento de critérios legais e fiscais são algumas delas. Além disso, a concorrência acirrada afeta principalmente as organizações menores, que têm menos capacidade técnica, podendo ser

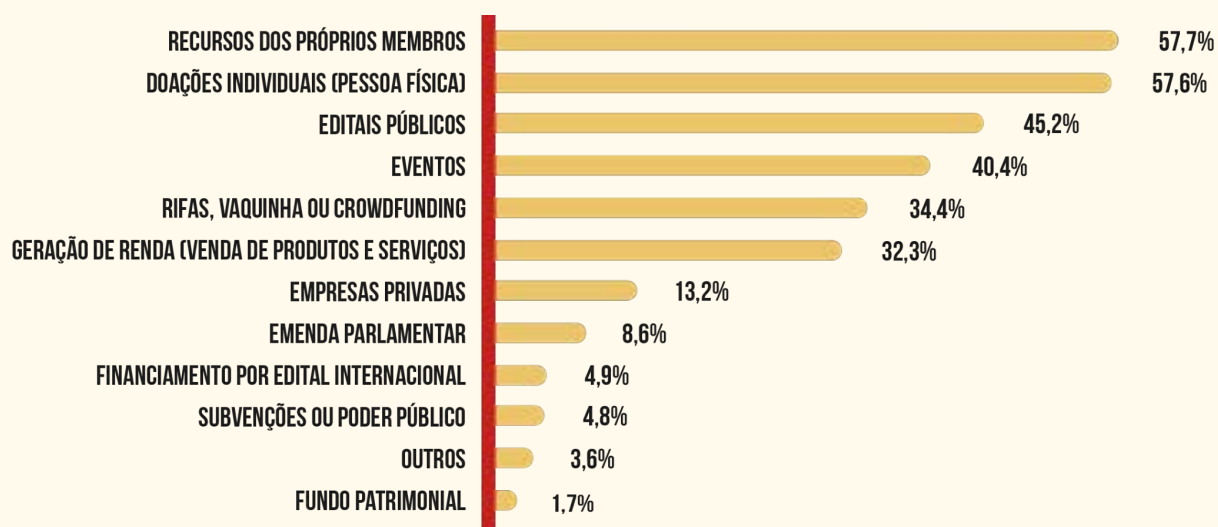
prejudicadas ao competir com entidades mais experientes, com maior infraestrutura e redes de contato mais consolidadas.

Neste sentido, é preciso destacar que, apesar dos obstáculos presentes nos processos de seleção via editais públicos, a burocratização da documentação, as dificuldades de publicização e de todos os mecanismos que excluem as organizações de submeterem propostas e participarem destes processos, o aspecto de chamamento público torna-se um mecanismo que tem possibilitado a entrada de recursos de instituições privadas nas organizações negras.

Em contrapartida, o acesso a fontes mais estruturadas e maior potencial financiador, a saber, as empresas privadas (13,2%), emenda parlamentar (8,6%), editais internacionais (4,9%), subvenções ou poder público (4,8%) e fundos patrimoniais (1,7%), é notavelmente baixo.

Essa disparidade aponta para a necessidade urgente de estratégias que ampliem o acesso das organizações a financiamentos que vão além do suporte interno e repasse de recursos. Sem essa expansão, muitas iniciativas podem se ver limitadas em sua capacidade de crescimento e impacto, reforçando as desigualdades no acesso a recursos que são essenciais para a sustentabilidade e inovação no setor.

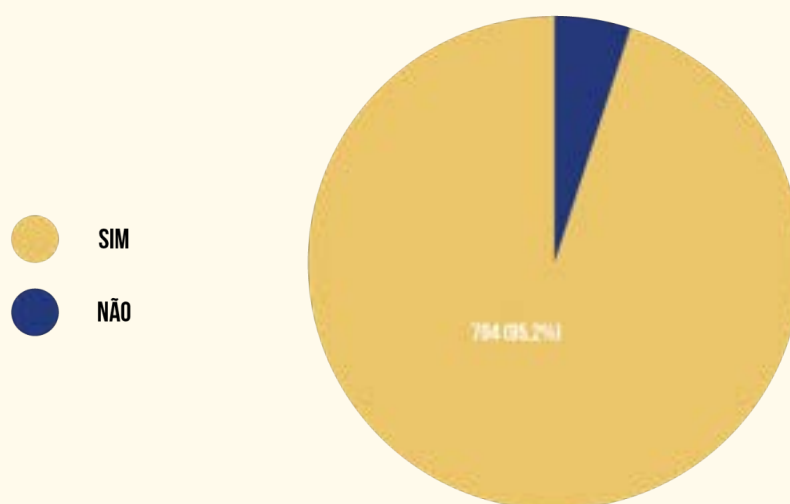
**GRÁFICO 39 - PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS DAS ORGANIZAÇÕES**



O cenário demonstra o quão desafiador é a garantia da sustentabilidade e atuação das organizações negras no país no que se refere a captação e mobilização de montante de recursos. Conforme já visto anteriormente, a captação

configura-se como a principal dificuldade da gestão das organizações. Diante disso, não é surpreendente que 95,2% das organizações afirmaram ter dificuldades de acesso a recursos para financiamento de suas ações e projetos, enquanto apenas 4,8% afirmaram não ter este desafio.

**GRÁFICO 40 - POSSUI DIFICULDADES PARA ACESSAR RECURSOS PARA FINANCIAMENTO**



O aprofundamento da análise a partir das dificuldades apontadas pelas organizações para o acesso ao financiamento das suas iniciativas e organizações revela um destaque para a burocratização dos editais e o fechamento para o diálogo por parte das empresas. Os editais burocráticos foram considerados como “muito relevantes” e “relevantes”, registrados, no total, por 79,5% das organizações (sendo 39,2% e 40,3%, respectivamente); a falta de abertura das empresas para o diálogo, 71,2%, (33,0% e 38,2%, respectivamente); a falta de acesso à documentação exigida, 64,6%, (respectivamente 27,3% e 36,9%); a falta de acesso a editais, 60,1%, (23,9% e 36,2%); e os prazos pequenos, 57,0%, (23,4% e 33,6%). Esses números destacam uma realidade em que a burocracia presente nos editais não só dificulta o acesso a recursos, como também impõe um fardo adicional sobre as organizações, muitas vezes com baixo potencial de recursos humanos e técnicos que constroem sua capacidade de navegar por processos tão complexos.

Um dado relevante e inovador é a avaliação das organizações negras de que não possuir o CNPJ é pouco relevante ou não se aplica enquanto uma dificuldade de captação de recursos para 50% das respondentes, sendo 43,5% considerados como “não se aplica” e 6,5% como “pouco relevante”. Entretanto, é importante destacar que este resultado equilibrado, onde metade aponta como “muito relevante” ou “relevante” e a outra metade como pouco “relevante” ou “não se

aplica”, reflete duas realidades de organizações. De um lado, são aquelas que pleiteiam editais para recebimento de recursos e, portanto, já possuem o registro através do CNPJ. E, em outra posição, estão aquelas que consideram que a ausência de CNPJ representa uma limitação substancial, as quais podem estar atuando em contextos onde a ausência da formalização via CNPJ as forçam a criar mecanismos alternativos eficazes para a captação de recursos.

**GRÁFICO 41 - DIFICULDADES NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS**



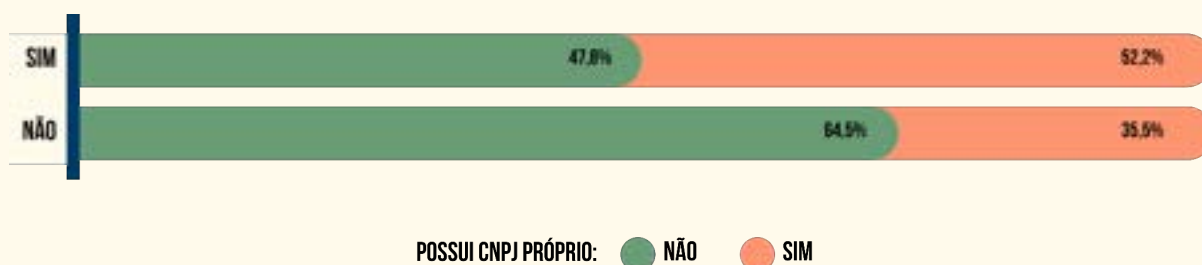
## POSSE DE CNPJ VERSUS CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A garantia de recursos para o desenvolvimento das ações das organizações negras e a sustentabilidade de seu funcionamento enfrenta grandes obstáculos. Diante disso, foram destacados alguns aspectos das organizações negras e a mobilização de recursos que têm sido capazes de captar para o aprofundamento das análises propostas nesta pesquisa. Tem-se que a formalização, através do registro do CNPJ, é um elemento indispensável para o acesso a recursos da filantropia e do investimento social privado, sendo, desta forma, um aspecto que afeta o conjunto das organizações e movimentos sociais do país.

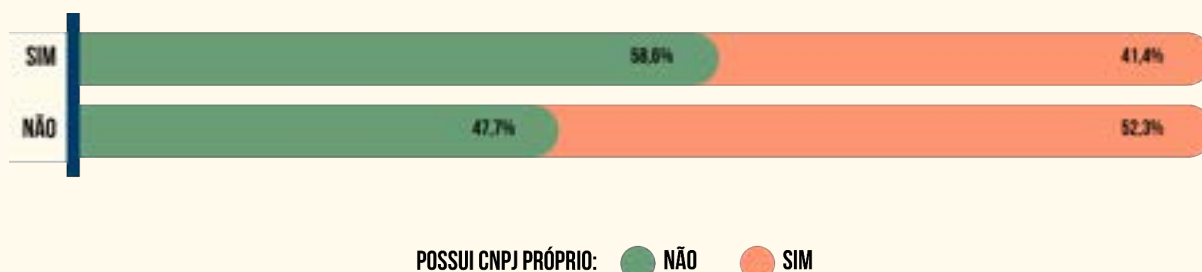
As análises das organizações negras apontaram para um cenário em que, embora a maioria das organizações que possuem CNPJ são aquelas que também conhecem iniciativas financiadoras de ações filantrópicas no Brasil, a diferença em relação àquelas que não conhecem financiadores não é significativa, representando a diferença de 4,4% (sendo 52,2% das organizações que possuem CNPJ e conhecem financiadores brasileiros, enquanto 47,8% possui CNPJ e não conhecem

financiadores). Este dado aponta para a demanda por estratégias de aproximação e construção de diálogos entre as instituições financiadoras nacionais (Gráfico 42) e internacionais (Gráfico 43) e as organizações e movimentos negros no país, tendo em vista que a ausência de informação sobre elas se constitui como uma barreira fundamental para o acesso às oportunidades existentes de recursos. Cabe ressaltar que esta etapa é anterior ao pleito por recursos, isto é, submissão de propostas e participação em processos seletivos. A maioria das organizações negras sequer possuem conhecimento de instituições financiadoras nacionais (64,5%) e internacionais (58,6%), de modo mais expressivos àquelas que não possuem registro de pessoa jurídica.

**GRÁFICO 42 - POSSE DE CNPJ VERSUS CONHECIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS NO BRASIL**



**GRÁFICO 43 - POSSE DE CNPJ VERSUS CONHECIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS NO EXTERIOR**

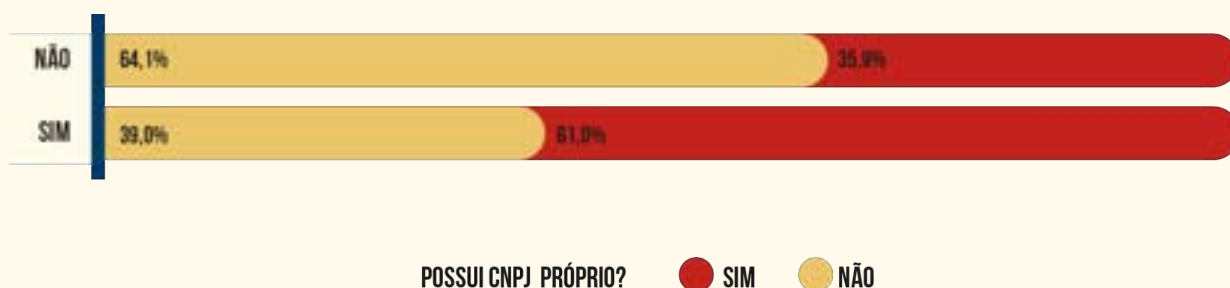


Ao ser analisada a relação entre a posse de CNPJ e a captação de recursos, identifica-se certa associação entre essas variáveis. As organizações que possuem CNPJ são também aquelas que possuem acesso a recursos e em valores mais elevados. A diferença entre organizações formalizadas e não formalizadas evidencia que a formalização é um elemento que precisa ser considerado quando se pretende a ampliação e democratização das oportunidades de captação de recursos. De acordo com os dados (Gráfico 44), 61,0% das organizações que conseguiram captar recursos no Brasil possuem CNPJ, enquanto 64,1% das que não conseguiram não são formalizadas.

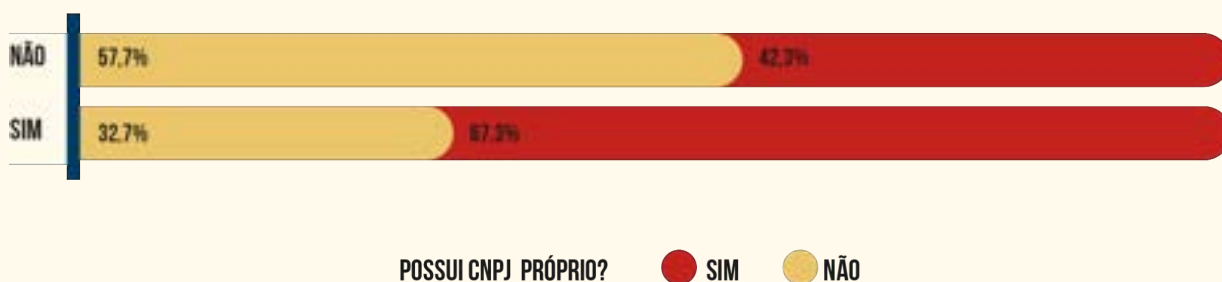
Em relação ao financiamento internacional, (Gráfico 45) o número de organizações com acesso a esses recursos é consideravelmente menor. Ainda assim, a formalização permanece um fator relevante: 67,3% das organizações que captam no exterior possuem CNPJ, enquanto entre as que não captam, 57,7% não possuem o registro.

Esses dados reforçam a importância da formalização como um passo essencial para que as organizações, especialmente as orientadas por grupos historicamente marginalizados, ampliem suas chances de captar recursos, tanto no Brasil quanto no exterior. A ausência de CNPJ é um obstáculo significativo no acesso a oportunidades de financiamento, demonstrando que a formalização é uma condição básica para que as organizações possam participar de processos seletivos e estabelecer parcerias com financiadores.

**GRÁFICO 44 - POSSE DE CNPJ VERSUS CAPTOU RECURSOS NO BRASIL**



**GRÁFICO 45 - POSSE DE CNPJ VERSUS CAPTOU RECURSOS NO EXTERIOR**

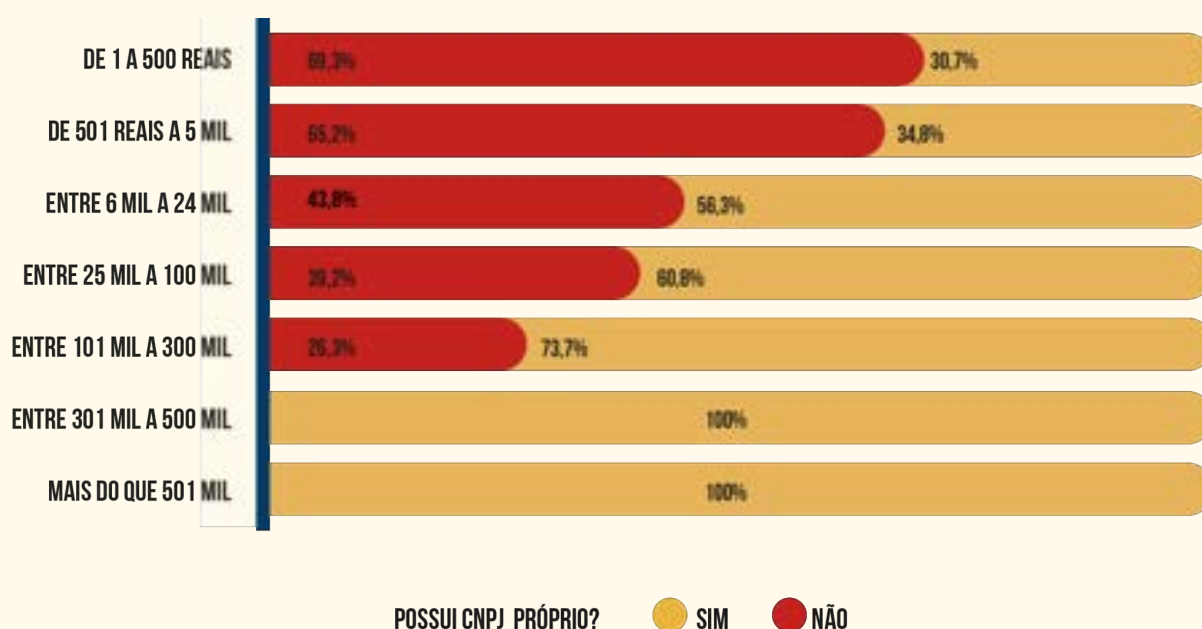


A análise das faixas de recursos financeiros captados e a posse do cadastro de pessoa jurídica evidencia o quanto as organizações que estavam nas faixas inferiores de captação de recursos são aquelas que, em maioria, não possuem CNPJ. À medida que as faixas superam os 301 mil reais por ano, não existem organizações sem a posse do CNPJ (Gráfico 46). Esta realidade reforça a complexidade do financiamento a estas organizações, sobretudo em função de que a maioria delas não possuem CNPJ e que a ausência do registro possui motivações diversas, já abordadas anteriormente, e que se constituem como uma lacuna para aprofundamento em pesquisas futuras.



É importante destacar que existe um número relevante de organizações negras que mobilizaram as menores faixas de recursos mesmo com a posse de CNPJ, 30,7% das organizações que mobilizaram até R\$500,00 e 34,8% daquelas que captaram entre R\$501,00 e R\$5 mil. O que nos permite inferir que a obtenção do registro de pessoa jurídica não representa uma garantia de financiamento de terceiro para as organizações negras. Neste sentido, o registro pode representar um processo que onera materialmente e financeiramente as organizações negras, tendo em vista que demanda por profissionais que acompanhem e gerenciam a documentação, além dos custos de taxas e demais despesas envolvidas.

**GRÁFICO 46 - POSSE DE CNPJ POR MÉDIA DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS**



Os dados acima mostram que a formalização por meio do CNPJ é um elemento importante para acessar recursos da filantropia e do investimento social privado. No entanto, esse processo impõe custos operacionais que pesam, principalmente, sobre organizações de menor porte, como muitas lideradas por mulheres negras que já enfrentam grandes dificuldades para captar recursos. A burocracia envolvida na formalização inclui etapas como a elaboração do Estatuto Social, a realização da Assembleia de Fundação, o registro em cartório, a solicitação do CNPJ, a definição do enquadramento tributário e o cumprimento de obrigações fiscais. O custo inicial desse processo pode chegar a R\$700,00. Além disso, após a obtenção do CNPJ, há gastos mensais contínuos com contabilidade, taxas e licenças.

Para muitas organizações negras que operam com recursos extremamente limitados, esses custos tornam a formalização quase inviável. A exigência do CNPJ, portanto, acaba por penalizar essas iniciativas que, embora realizem ações significativas e

de impacto, operam com baixos custos e encontram barreiras no acesso a recursos. Isso favorece organizações com maior capacidade administrativa e estrutural, marginalizando aquelas menores, excluindo-as dos processos de captação de recursos e da legalização, apesar de suas grandes ações. Essa exclusão perpetua o ciclo de escassez, limitando o potencial dessas organizações de promover transformações sociais e enfrentar as desigualdades.

Além disso, como observado, a formalização via CNPJ não garante, por si só, acesso a financiamento. Muitas dessas organizações, mesmo formalizadas, continuam captando recursos em faixas muito baixas, indicando que a formalização não resolve o desafio da captação de forma automática. Dessa forma, o custo adicional torna-se ainda mais oneroso para essas entidades.

Outro fator relevante é que a exigência do CNPJ como condição para acessar recursos tende a penalizar desproporcionalmente organizações com posicionamento político. Organizações que adotam uma postura de contestação aos sistemas de poder estabelecidos, ou que defendem causas vistas como desafiadoras, enfrentam maiores dificuldades de captação, especialmente quando seus objetivos divergem dos interesses de governos ou instituições que controlam os recursos. Essa penalização é ainda mais grave quando o posicionamento da organização entra em conflito com governos ou instituições que distribuem recursos, seja por divergências ideológicas ou pela discordância quanto às causas defendidas.

No Brasil, essas barreiras são ampliadas pelo clima de insegurança enfrentado por ativistas. Um levantamento da Terra de Direitos e da Justiça Global (2023) registrou 1.171 casos de violência entre 2019 e 2022, incluindo 169 assassinatos e 579 ameaças. Dos assassinatos, 63,3% foram por arma de fogo, e 6,5% apresentaram sinais de tortura. Nesse período, como bem pontuado pela referida pesquisa, o então presidente desacreditou frequentemente movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs), acusando-os de "defender bandidos" ou de agir contra os interesses nacionais. Esse discurso fomentou desconfiança e ataques, tanto por parte do Estado quanto da sociedade, exacerbando a hostilidade e colocando em risco a vida de defensores de direitos humanos.

O II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe (2023), de Santos et al., destaca que, embora a liberdade religiosa seja garantida constitucionalmente, o cenário real é de discriminação e violência, especialmente contra religiões de matriz africana. O relatório mostra que, em 2021, os ataques a terreiros e templos dessas religiões aumentaram 283,7%, passando de 86 para 244 casos em apenas um ano.

Nesse contexto, para muitas organizações, a ausência de formalização pode ser uma estratégia de sobrevivência, permitindo que continuem suas atividades sem se tornarem alvos diretos de ataques ou perseguições. Assim, a exigência do CNPJ para acessar editais e outras fontes de captação não apenas restringe o acesso a recursos, mas também pode expor organizações com posicionamento

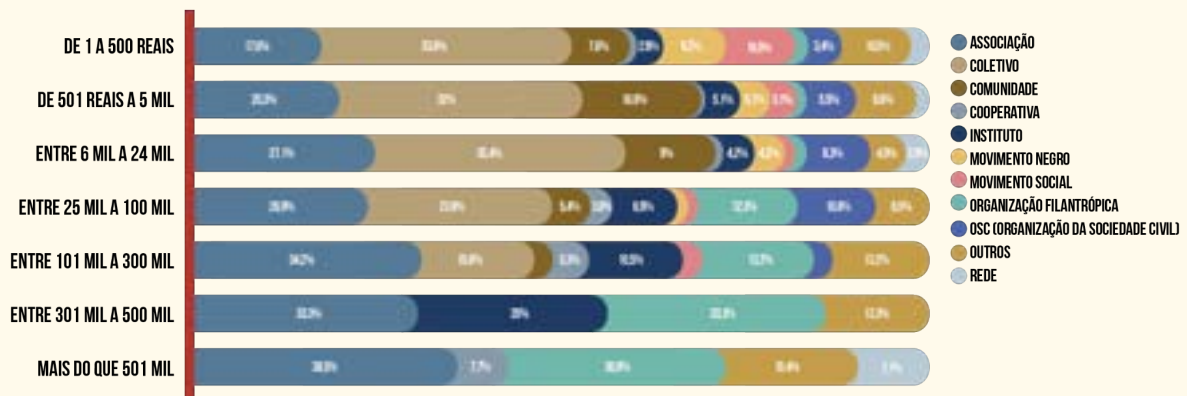
crítico e ativistas a maiores riscos. Isso cria uma tensão entre a necessidade de formalização para a captação de recursos e a proteção contra ameaças externas.

## **MÉDIA DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS**

Quando observadas as faixas das médias de recursos captados no ano anterior por modalidade de autoclassificação das organizações negras, tem-se que as associações e os coletivos são aquelas que estão concentradas, acima dos 50%, até os 300 mil por ano (de 1 a 500 reais, 17,6% são associações e 33,6% coletivos; De 501 a 5 mil reais, 20,3% são associações e 32,0% coletivos; de 6 mil a 24 mil, 27,1% associações e 35,4% coletivos; de 25 mil a 100 mil, 26,9% são associações e 23,8% coletivos; e, de 101 mil a 300 mil reais, 34,2% são associações e 15,8% coletivos). Acima dos 300 mil há uma alteração com relação aos coletivos, que deixam de estar entre os mais expressivos, passando a ser as Organizações da Sociedade Civil (OSC), totalizando 33,3%, seguido dos Institutos, com 20,0%. É importante destacar que é exatamente nesta faixa onde, conforme Gráfico 39, estão somente as organizações com CNPJ, e, em geral, não é a realidade dos coletivos.

As organizações autoclassificadas como “movimento negro” e “movimento social” ocupam somente as três primeiras faixas de recursos, não ultrapassando a arrecadação anual dos 24 mil reais, além de que a medida que aumenta a faixa média de recursos captados há diminuição do percentual desses movimentos. Enquanto 9,2% dos movimentos negros e 10,5% dos movimentos sociais captaram até 500 reais no ano; 5,1% dos movimentos negros e 3,1% dos movimentos sociais captaram na faixa seguinte de recursos: dos R\$501,00 aos R\$5 mil; e 4,2% dos movimentos negros e 1,4% dos movimentos sociais estavam na faixa de média de captação entre 6 mil a 24 mil reais.

**GRÁFICO 47 - MÉDIA DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS POR AUTOCLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES**



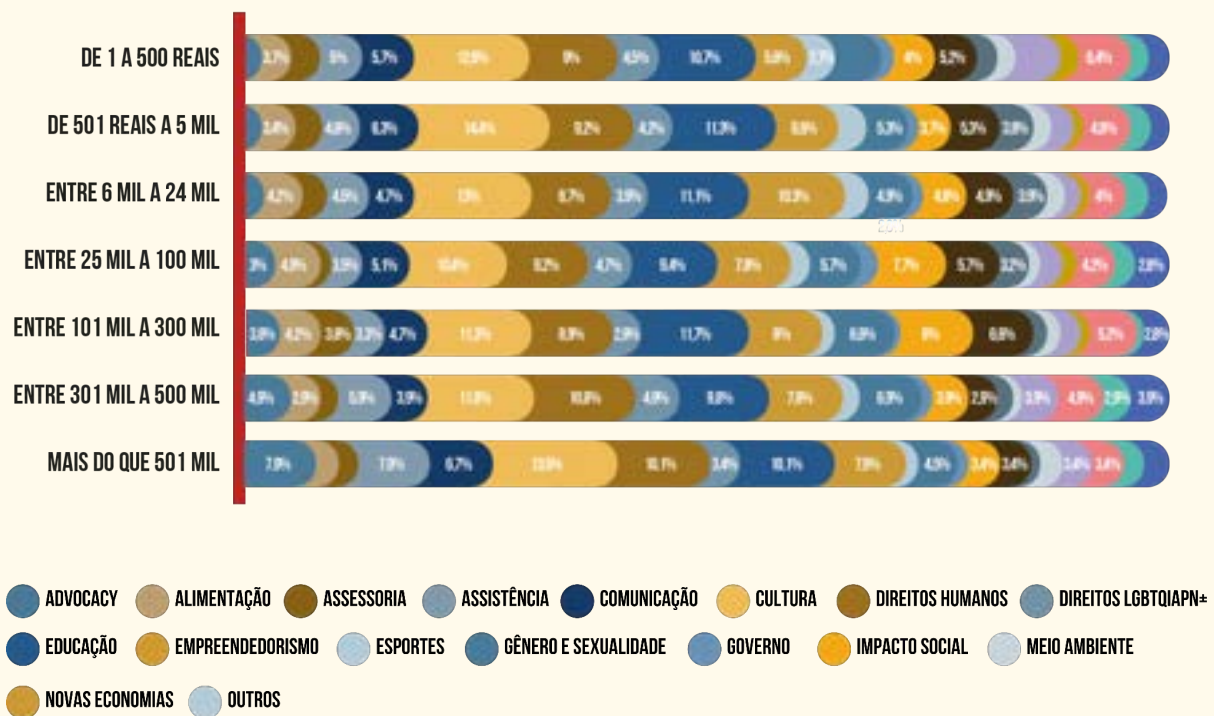
A média de recursos captados por área de atuação dá evidências interessantes sobre as fontes de recursos das organizações negras que captaram no ano. Destacam-se quatro áreas de atuação: Cultura, Direitos Humanos, Educação e Empreendedorismo Social/Solidário como os maiores percentuais de financiamento e que possuem um número médio muito comum em todas as faixas de recursos. A Cultura é a área com maior financiamento em todas as faixas de recursos, com percentual médio em todas as faixas de 12,4%; em segundo lugar, está a área de atuação em Direitos Humanos, com percentual médio em todas as faixas de 9,4%; em terceiro, a Educação, com percentual médio de 10,6%; e, em quarto, está a área de Empreendedorismo Social/Solidário com percentual médio de 7,7%.

Em linhas gerais, as organizações negras, quando acessam recursos, o fazem por diferentes frentes de atuação e as proporções de recursos mobilizados nas agendas de atuação são muito semelhantes em todas as faixas de recursos mobilizados, o que sugere baixa flexibilidade na disponibilidade do financiamento. Isso configura um obstáculo, tendo em vista o contexto de elevada dinamicidade das relações sociais e do quanto as formas de atuação das organizações negras estão em constante processo de adaptação e inventividade de soluções frente aos desafios que surgem.

Destacam-se as proporções de investimento no segmento de atuação em Advocacy (saindo de 1,7% na faixa de 1 a 500 reais para 7,9% na faixa de mais de 501 mil reais). O financiamento em advocacy é fundamental para que as organizações negras atuem nos espaços de decisão e controle social enquanto sociedade civil e influencia a gestão de políticas públicas que produzem mudanças estruturais e a longo prazo para a população negra. Em contraponto, houve diminuição do percentual de financiamento ao segmento de atuação no Meio

Ambiente à medida que aumentam as faixas de recursos captados (de 5,2%, na faixa de recursos de 1 a 500 reais, para 3,4% para os mais de 501 mil reais), representando uma ausência de reconhecimento das organizações negras como agentes estratégicos para a promoção da justiça socioambiental e no apoio à mitigação dos desastres produzidos pelos eventos climáticos vivenciados de modo acentuado nos últimos anos.

**GRÁFICO 48 - MÉDIA DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS POR SEGMENTO DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

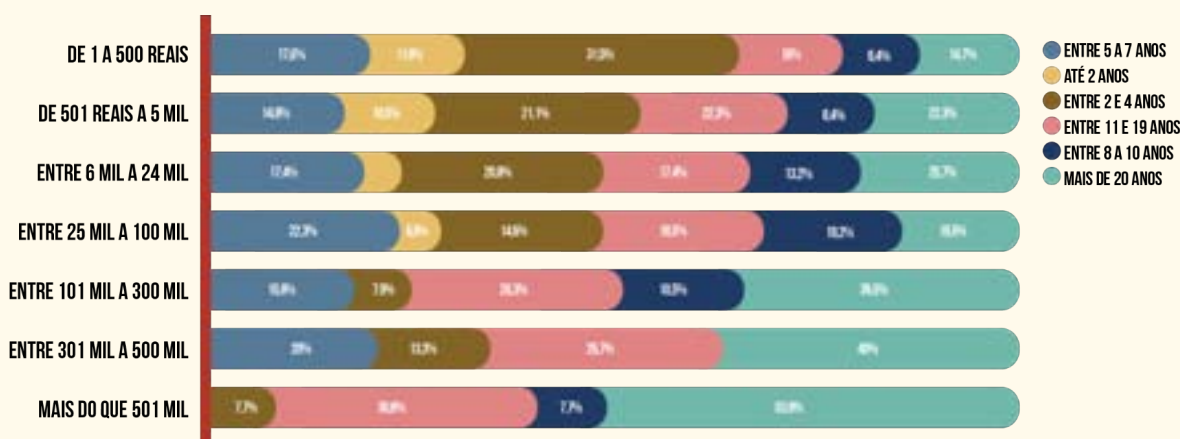


O tempo de existência é uma dimensão importante para a média de recursos financeiros captados pelas organizações negras. Embora não seja possível identificar padrões muito evidentes, alguns dados chamam à atenção. As organizações de 2 a 4 anos de existência estão, em maioria (31,5%) na menor faixa média de recursos (de 1 a 500 reais), assim como as organizações de até 2 anos (11,8%). No entanto, acima de 10% de organizações, 14,7% daquelas com mais de 20 anos também recebem valores na menor faixa de recursos.

As organizações com idade de 5 a 7 anos possuem distribuição semelhante por todas as faixas médias de recursos, exceto os maiores valores acima dos 501 mil reais de recursos financeiros captados. Em média, essas organizações ocupam cerca de 20% dos recursos até 500 mil reais anuais. As organizações entre 8 e 10 anos de existência recebem recursos médios em todas as faixas de valores, com números mais expressivos nas faixas intermediárias entre 6 mil e 300 mil reais, e em um número reduzido acima dos 501 mil reais, com 7,7% delas.

As organizações negras que captaram os maiores valores médios de recursos são aquelas com mais de duas décadas de atuação e existência, 53,8% das organizações com mais de 20 anos captaram valores médios de recursos acima dos 501 mil reais ao ano. As organizações que existem entre 11 e 19 anos também estavam, em maioria, na faixa de mais de 501 mil reais de recursos anuais, equivalente a 30,8%. Estes dados demarcam o quanto de tempo de investimento coletivo dos membros das organizações e movimentos é necessário para que estas acessem montante de recursos equivalentes à garantia de certa sustentabilidade de funcionamento e de realização dos projetos e programas.

**GRÁFICO 49 - MÉDIA DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS POR TEMPO DE EXISTÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES**



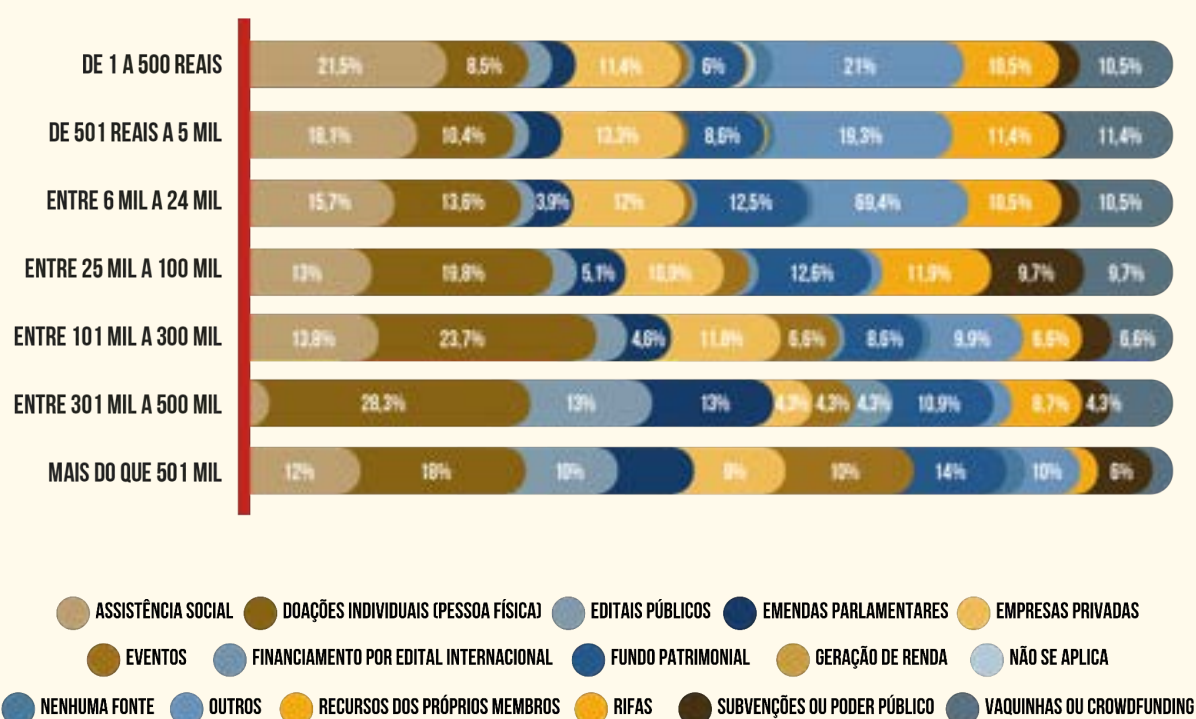
As fontes de recursos por faixas médias de valores captados agregam maiores informações sobre alguns dados já abordados anteriormente na pesquisa. Nota-se que os recursos oriundos de editais públicos compõem uma parte destacada em todas as faixas de recursos e os percentuais crescem à medida que vão aumentando os valores e chegam ao teto dos 500 mil reais. Os editais públicos nacionais sofrem variação de 8,5% das respondentes na faixa de 1 a 500 reais, para 23,7% das organizações na faixa de recursos de 301 mil a 500 mil reais. Ao atingir este patamar, há um declínio do percentual de organizações que obtiveram os valores de mais de 501 mil reais através de editais públicos, limitando-se a 18,0%.

O que ocorre com os recursos oriundos das doações individuais (pessoas físicas) e recursos dos próprios membros vai em uma direção inversa. À medida que aumentam as faixas médias de recursos, há uma diminuição do percentual de recursos oriundos dessas fontes. Os recursos de doações individuais (pessoas físicas) vão de 21,5% na faixa de 1 a 500 reais, para 12,0% para a faixa dos acima

dos 501 mil reais anuais. Na fonte de recursos dos próprios membros, a queda é ainda maior, saindo de 21,0% na faixa de 1 a 500 reais para 6,0% acima dos 501 mil reais.

As iniciativas e ações promovidas para a captação de recursos ocupam um lugar de destaque no orçamento das organizações negras, tais como os eventos, geração de renda através da venda de produtos e serviços, rifas, vaquinhas e *crowdfunding*. Somados a eles representam 38,4% dos recursos da faixa de 1 a 500 reais, sendo 11,4% eventos; 6,0% geração de renda através da venda de produtos e serviços; 10,5% rifas; e 10,5% vaquinhas e *crowdfunding*. Essas fontes possuem maiores percentuais nas faixas inferiores de recursos e, à medida que há aumento dos valores, há também redução delas. Na faixa acima dos 501 mil reais, tem-se 10,0% eventos; 10,0% geração de renda através da venda de produtos e serviços; 2,0% rifas; e 2,0% vaquinhas e *crowdfunding*.

**GRÁFICO 50 - MÉDIA DE RECURSOS FINANCEIROS CAPTADOS POR FONTE DE RECURSOS**



Ao analisarmos a relação entre o tipo de recursos captados e a autotaxonomia das organizações, é importante destacar que, independentemente de sua classificação, a maior parte das organizações capta recursos provenientes de fontes como recursos dos próprios membros, doações individuais (pessoa física), editais públicos, eventos, rifas, vaquinha ou *crowdfunding* e geração de renda (venda de produtos e serviços). Em contrapartida, a captação de fontes mais robustas e institucionais, como empresas

privadas, emenda parlamentar, financiamento por edital internacional, subvenções ou poder público, fundo patrimonial e outros recursos é significativamente menor.

Com isso em mente, o (Gráfico 51) explora como as diferentes categorias de autotclassificação distribuem-se em relação aos tipos de recursos captados. Associação e Coletivo apresentam a maior proporção de respostas entre os diferentes tipos de captação, exceto no caso de financiamento por emenda parlamentar. Nesse tipo específico, 36,1% das organizações que captaram dessa fonte são auto classificadas como associação, seguida por 20,8% de organizações da sociedade civil (OSC), enquanto os coletivos têm uma menor proporção, com 12,5%. Os demais tipos de autotclassificação apresentam proporções entre 1,4% e 6,9%. No financiamento por edital internacional, a maior proporção de recursos foi captada por associações (29,3%), seguidas de redes (26,8%) e OSCs (19,5%). Nenhuma organização auto classificada como cooperativa, movimento social ou organização filantrópica recebeu recursos desse tipo.

Quanto às subvenções ou poder público, nenhuma organização auto classificada como cooperativa, instituto, movimento social ou organização filantrópica captou recursos dessa fonte. Entre as poucas que captam dessa maneira, as maiores proporções pertencem às associações (27,5%) e coletivos (22,5%).

Das poucas organizações que mencionaram “outros tipos de fontes de captação” (diferentes das opções mencionadas) foram mais recorrentes entre associação e coletivo que, juntos, representam 53,3% dos casos. Nenhuma cooperativa ou movimento negro declarou captar outros tipos de recursos.

Em relação ao fundo patrimonial, 50% das organizações, das poucas que captam dessa fonte, são autotclassificadas como associação, enquanto nenhuma organização reconhece-se como coletivo, cooperativa, movimento social ou organização filantrópica tem acesso a esse tipo de recurso.

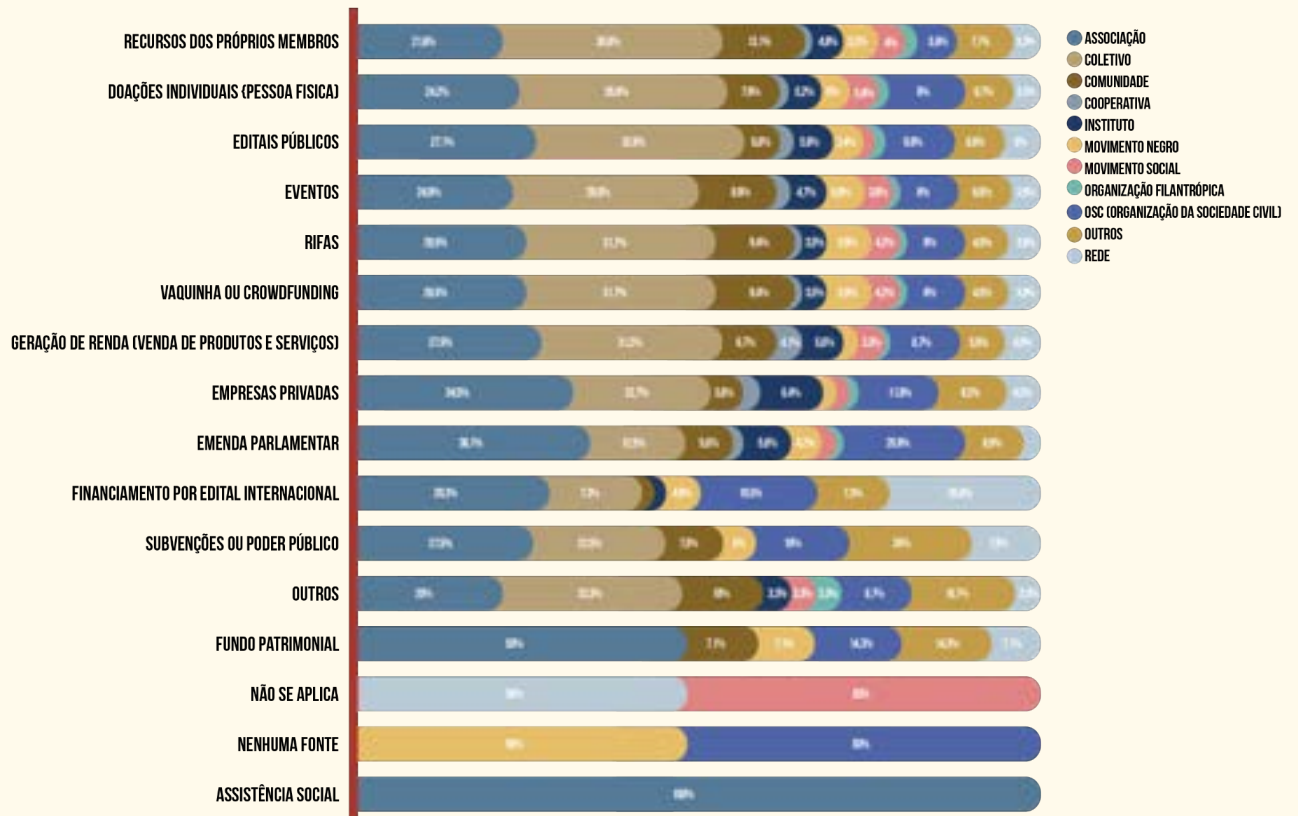
As organizações que declararam “não se aplica” (não captam recursos dessa forma) pertencem ao movimento negro e ao movimento social, com 50% cada. Além disso, “recursos advindos de assistência social” foi respondido somente por associações.

A análise da relação entre o tipo de recurso captado e a autotclassificação das organizações revela uma dinâmica diferente no acesso a diferentes fontes de financiamento. Aponta, por sua vez, para uma desigualdade no acesso a recursos de maior impacto financeiro, indicando que certas classificações de organizações,



como coletivos, cooperativas e movimentos sociais, enfrentam maiores desafios no acesso a fontes mais robustas e institucionais.

**GRÁFICO 51- TIPOS DE RECURSOS CAPTADOS POR AUTOCLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES**





# **RACISMO E VIOLÊNCIA CONTRA A ORG E AS INTEGRANTES**

Sobre a violência sofrida pelas organizações, revela-se um quadro alarmante e multifacetado de desafios enfrentados por essas instituições. A ocorrência de racismo é particularmente preocupante, com 28,30% das organizações reportando terem sido vítimas dessa forma de violência, evidenciando a persistência de discriminação racial estrutural que afeta significativamente o trabalho dessas entidades.

Embora 22,54% das organizações afirmem nunca ter sofrido nenhum tipo de violência, a diversidade e a gravidade das outras formas de violência relatadas são inquietantes: a intolerância religiosa foi mencionada por 9,71% das organizações, e o racismo ambiental por 7,19%, indicando que questões de identidade e meio ambiente também são áreas sensíveis em que muitas instituições enfrentam hostilidade.

Os conflitos de terra (7,07%) e a violência de gênero (5,64%) destacam-se como exemplos de como a luta por direitos e a busca por equidade de gênero ainda são marcadas por agressões e resistência. Além disso, a violência política (5,04%) e as ameaças tanto por parte do Estado (4,08%) quanto do setor privado (1,20%) mostram um cenário no qual organizações, muitas vezes defensoras de direitos e da justiça social, encontram-se em um campo de batalha que ultrapassa o ideológico e torna-se fisicamente perigoso.

O dado de que 4,32% das organizações sofreram mais de um tipo de violência simultaneamente sublinha a complexidade das ameaças que enfrentam, o que requer uma resposta multifacetada e integrada para garantir sua proteção e continuidade.

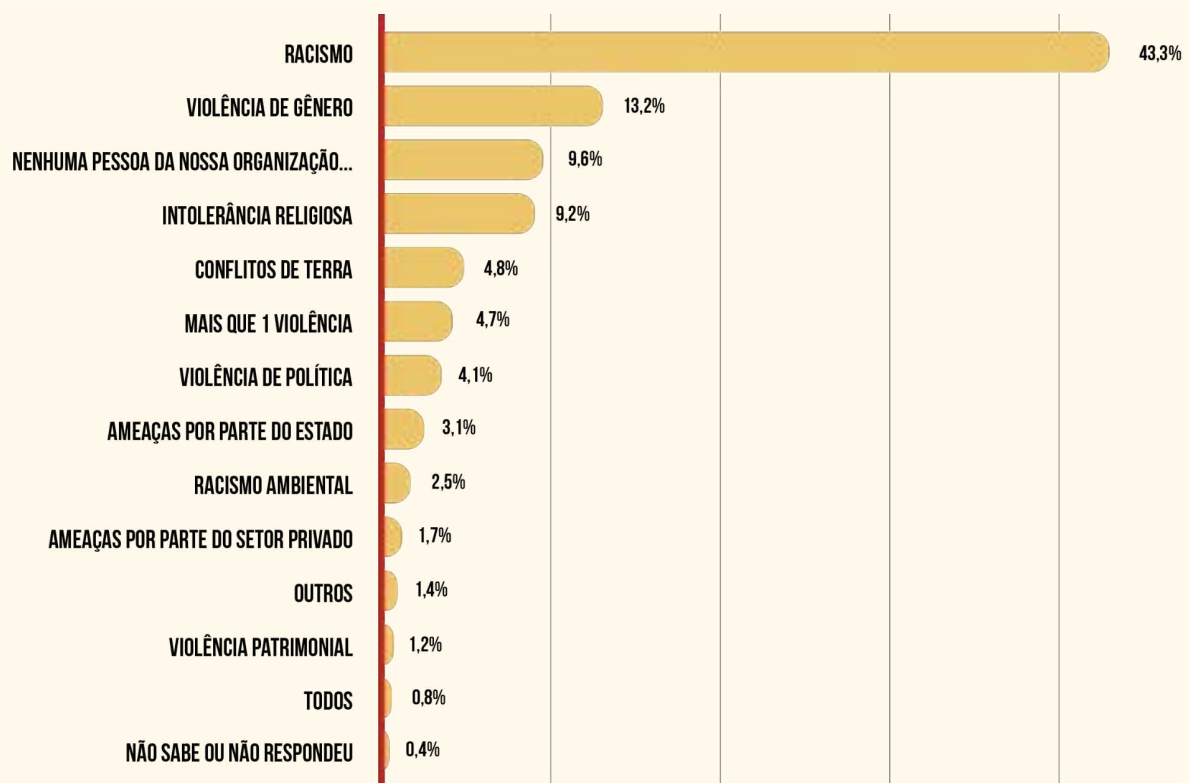
**Gráfico 52: Tipos de violência vivenciados pelas organizações**



Em relação às experiências de violência dentro das organizações, entre as respostas coletadas, 43,29% indicaram que alguém dentro da organização sofreu racismo, evidenciando que essa forma de violência é a mais prevalente. A violência de gênero foi relatada por 13,19%, enquanto 9,59% das organizações afirmaram que nenhuma pessoa em suas fileiras havia sofrido qualquer tipo de violência e/ou intolerância religiosa 9,23%.

Outras formas de violência, como conflitos de terra (4,80%), também foram mencionadas, destacando a diversidade das experiências de opressão enfrentadas pelos indivíduos nessas organizações. Além disso, 4,68% das respostas indicaram que mais de uma forma de violência foi experimentada, o que também sublinha a interseccionalidade das violências enfrentadas, onde uma pessoa pode estar sujeita a múltiplas formas de opressão simultaneamente. 9,59% das organizações relatam a ausência total de violência sofrida.

**Gráfico 53: Tipos de Violência vivenciados pelas integrantes da organização**



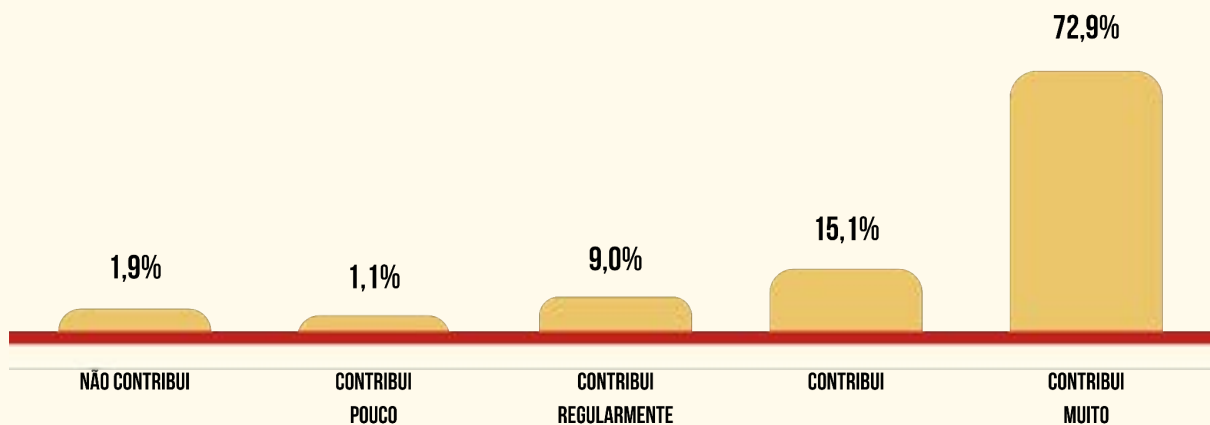
# RACISMO E CAPTAÇÃO



Os dados apresentados mostram um panorama preocupante e revelador sobre o impacto do racismo na captação de recursos para organizações lideradas por pessoas negras. Em uma escala de impacto do racismo, a grande maioria dos respondentes, 72,9%, acredita que o racismo contribui significativamente (nota 5) para as dificuldades na captação de recursos. Outros 15,11% afirmam que o racismo contribui de maneira relevante (nota 4), enquanto 8,99% consideram que ele impacta de forma regular (nota 3). Somente uma pequena fração, 1,08% e 1,92%, acredita que o racismo contribui pouco (nota 2) ou nada (nota 1), respectivamente.

Esses números destacam uma percepção abrangente de que o racismo é um fator estrutural que afeta profundamente as oportunidades de financiamento, especialmente para iniciativas lideradas por negros. A percepção predominante de que o racismo "contribui" ou "contribui muito" para as dificuldades financeiras enfrentadas por essas organizações revela a necessidade de uma reflexão profunda e ações concretas para enfrentar essas barreiras estruturais. A análise crítica desses dados aponta para uma urgência em redirecionar estratégias e práticas dentro do setor filantrópico, para que o financiamento seja mais equitativo e justo, rompendo com as desigualdades raciais que historicamente têm limitado o acesso a recursos. Além disso, a prevalência desta visão entre os participantes sugere que o setor ainda tem muito a evoluir para garantir que o impacto do racismo seja reconhecido e abordado de maneira eficaz, visando um futuro mais inclusivo e igualitário.

**GRÁFICO 54: IMPACTO DO RACISMO NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS**



A maioria significativa das organizações negras são lideradas por mulheres, totalizando 89,2%. As organizações e projetos de mulheres também integram majoritariamente a linha de frente das ações desenvolvidas nas periferias do país, protagonizando 80% dessas iniciativas (PIPA, 2022). No entanto, permanecem em situação bastante desvantajosa quanto ao acesso a recursos, no qual 31% do universo das organizações periféricas contaram, em um ano, com menos de 5 mil reais para a realização de suas atividades. Além disso, 94,4% das organizações lideradas por mulheres negras afirmaram ter dificuldades para acessar recursos (ELAS+, 2023).

O conflito acerca da compreensão dos processos de transformação social tem contribuído para a escassez de acesso a recursos por parte das iniciativas e organizações negras, e, principalmente, de mulheres negras. A falta de investimento, nessas organizações, colocam-nas em um ciclo de reprodução de desigualdades de acesso a recursos sem possibilidades de rompimento, já que uma vez que não acessam recursos diante da incompatibilidade dos perfis demandados pelos financiadores, também seguem sem dispor de recursos materiais e não materiais para o investimento interno e preparação para a criação de condições de competitividade. Os recursos são escassos e aqueles disponíveis ficam concentrados em determinadas áreas de atuação e formas de fazer o trabalho para a transformação social.

O grande debate colocado na mesa é como romper com os vícios e dualismos coloniais e fazer uma filantropia que possa combater desigualdades estruturais e promover justiça social, a partir de experiências práticas e muito concretas: uma filantropia de base comunitária. Aqui, na qual há a inversão da lógica do financiador e o olhar gera-se a partir do que é feito e quem faz o trabalho, é produzido e organizado no território. A ênfase na construção da filantropia a partir das bases aproxima-se de um debate que procura romper com o colonialismo dentro do campo.

Uma reflexão que propõe uma transição linear, como se estivéssemos indo do capitalismo para outro sistema de maneira estática e direta, apresenta problemas. Como apontado, este é um dos principais desafios até para a filantropia progressista: mudar de uma perspectiva ocidental, que é linear, para uma compreensão mais dinâmica dos processos e mudanças nas realidades sociais (Silva e Oliven, 2020).

Segundo a pesquisa do Black Feminist Fund (2023, p. 27), em uma perspectiva global, “o financiamento continua a ser amplamente isolado por questão ou população, tornando difícil para as organizações fazerem um trabalho

interseccional entre questões, populações e movimentos e usar uma variedade de estratégias diferentes para obter financiamento. No entanto, a maioria das feministas negras trabalha de maneira interseccional em várias questões, como justiça racial, econômica e de gênero, entre muitas outras.”

Ademais, a ausência de financiamento para a realização das atividades gera consequências sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas organizações. Implica sobre a possibilidade e a qualidade da contratação de pessoal dedicado à execução dos projetos, pois quando é possível a contratação de profissionais. Os vínculos são precários, com salários baixos e sem a garantia dos direitos trabalhistas previstos e, sobre a contratação de pessoal ou suporte para a gestão da parte financeira da instituição, elaboração de projetos e dedicação à captação de recursos. Segundo os dados da Iniciativa PIPA (2022), para 71,9% das organizações periféricas remunerar uma equipe suficiente para a implementação dos projetos é uma preocupação considerada “relevante” e “muito relevante”. Ao mesmo tempo em que não ter uma equipe específica para a gestão financeira é uma preocupação “relevante” e “muito relevante” para 71,9% delas. A qualificação para a realização da gestão financeira e dos projetos também consistiu em uma preocupação “relevante” e “muito relevante” para mais da metade, 59,2% responderam afirmativamente.

A marginalização também acontece no âmbito da participação nos conselhos das organizações que realizam o investimento social privado no país. Esta realidade possui importância analítica, tendo em vista que se constitui em um espaço de poder, nos quais são deliberadas as decisões sobre a distribuição e alocação de recursos. Em relação à composição de gênero dos institutos e fundações respondentes do Censo GIFE 2022-2023, 68% das organizações possuem maior participação de homens, enquanto 22% delas possuem maioria de mulheres e 10% possuem composição paritária. Apesar das desigualdades na participação, o volume de recursos aos quais acessam também é desvantajoso para os conselhos em que as mulheres possuem maior poder decisório, visto que mobilizam apenas 12% do montante movimentado pelos institutos, fundações e fundos filantrópicos que possuíam conselho deliberativo na pesquisa.

Em termos das desigualdades raciais na participação dos conselhos, os resultados são ainda mais alarmantes. No ano de 2020, 32% das organizações possuíam pessoas negras em seus conselhos. Em 2022, o percentual sofreu expressiva diminuição, passando a 26% das organizações com pessoas negras nesta instância de decisão. “Apenas 4% dos conselhos deliberativos têm maioria de pessoas não brancas” (GIFE, 2023, p.112). Concernente ao montante de recursos sob o qual possuem poder de decisão, equivale a 17% do total do



dinheiro movimentado por institutos, fundações e fundos filantrópicos com conselho deliberativo.

É urgente a inserção de mulheres e homens negros nos conselhos deliberativos das organizações do ISP brasileiro. É preciso que estes espaços de decisão reflitam a realidade da distribuição populacional do país. Caso contrário, mantém-se um infundável ciclo de reprodução de desigualdades econômicas de raça e gênero no âmbito do investimento social, no qual há manutenção do poder político e econômico nas mãos das pessoas brancas e para as pessoas brancas, onde cabe às pessoas negras apenas a qualidade de beneficiárias dos programas e projetos por eles financiados, ainda que sejam as verdadeiras protagonistas da transformação social.

Mecanismos institucionais para a ampliação da diversidade nas diferentes instâncias dessas organizações, incluindo as equipes e os conselhos deliberativos, são ainda muito tímidos e desiguais. Para a perspectiva racial, enquanto as políticas de promoção e ampliação da diversidade nos conselhos são uma realidade de 15% das organizações, em termos de diversificação das equipes, o investimento ocorre em 47% das organizações respondentes. Do ponto de vista do gênero, as políticas para diversidade nos conselhos ocorrem em 19% das organizações, enquanto para as equipes, há em 45% (GIFE, 2023). Demonstrando o restrito espaço dado a distribuição de poder e recursos econômicos no âmbito das organizações que compõem o investimento social privado brasileiro, impedindo que o país dê passos mais audaciosos na promoção da mudança social e resolução dos problemas sociais vigentes.

O cenário complexifica-se quando identificamos a ausência de dados em uma abordagem interseccional para que possamos mensurar e compreender de modo aprofundado acerca da relação entre filantropia e raça, com especial atenção à relação que as organizações de mulheres negras possuem com o acesso a recursos financeiros. Em geral, a produção de dados sobre o investimento social privado e a filantropia brasileira é incipiente (IDIS, 2023; GIFE, 2023). Entretanto, quando ocorrem, não utilizam uma abordagem que permita identificar o perfil interseccional por gênero e raça, tanto das organizações apoiadas quanto da composição dos conselhos, impossibilitando o conhecimento do grau de exclusão das mulheres negras nesses espaços.

A pesquisa do Black Feminist Fund (2023) destacou algumas das consequências da ausência de coleta e análise sistemática de dados sobre as organizações de mulheres negras e o acesso ao financiamento, que pode ser ampliado para o conjunto das organizações negras devido ao contexto semelhante. Salienta-se a invisibilidade do trabalho realizado por essas organizações e

iniciativas, cujo recurso de memória tende a ser mais comumente oral, inviabilizando uma visão abrangente e diversificada dos esforços empenhados por essas atuações e dos aspectos que devem ser considerados para a realização do financiamento.

Soma-se a isso à ausência de informações detalhadas sobre o baixo investimento feito; quais os perfis das organizações que recebem algum tipo de apoio financeiro, às características do financiamento respondem às demandas das organização (flexível ou restrito a execução de projetos), e o quanto esse financiamento atende às especificidades nacionais, como a diversidade regional e territorial, por exemplo. No Brasil, este cenário de baixa produção de dados sobre a atuação das organizações negras e sua relação com o financiamento filantrópico e social privado é reflexo de uma sociedade que historicamente invisibiliza as contribuições da população negra para a construção sociopolítica e cultural do país.

Em suma, o rompimento com a matriz colonial tem sido produzido a partir das organizações negras, majoritariamente lideradas por mulheres negras e mulheres indígenas dentro das iniciativas que elas constroem. Neste processo, há uma conexão direta com a recuperação de práticas de cada grupo, seja através da cosmovisão africana do candomblé, ou por meio da ancestralidade dos povos indígenas, em que a autonomia possui um elemento fundamental para a revisão dos lugares sociais onde esses grupos estão inseridos e a construção de outros futuros possíveis para essas comunidades e territórios. Para Curiel (2003), é importante pensar em projetos de libertação, e este tem que ter como proposta fundamental eliminar todas essas formas de opressões ao mesmo tempo, e, além disso, deve ser composto por homens, mulheres, pessoas trans, cis, meninos, meninas, rio, montanha, tudo. Essa é a proposta do feminismo decolonial, é pensamento, é teoria, mas é prática política, e essa prática política tem que ser coletiva.

A filantropia por justiça social surgiu a partir de um movimento de cientificação da filantropia em detrimento da herança caritativa que constituía o campo até o início do século XX, no contexto da filantropia norte-americana. Duas vertentes emergiram a partir da “filantropia científica” norte-americana contemporânea, foram elas a filantropia progressista ou de justiça social com foco na mudança social, na qual há centralidade dos grupos e organizações de base, nas ativistas e nos movimentos sociais; e o filantropocapitalismo - nomeado enquanto nova filantropia ou filantropia estratégica -, voltado ao atendimento a demandas sociais dos mais necessitados em cobertura a ausência ou morosidade do

funcionamento do aparelho estatal, nesta visão há maior centralidade no filantropo (SILVA & OLIVEN, 2020).

No âmbito do filantropocapitalismo, predominam os valores do neoliberalismo, nos quais a crítica ao Estado, as políticas de bem-estar e as instituições públicas é constante e emerge como proposta de solução a financeirização dos serviços sociais e a privatização deles. De acordo com Bockmann, o termo “neoliberalismo” foi recentemente estendido a uma gama ainda maior de fenômenos, como “[...] a corporativização das universidades, a mudança da política de bem-estar social para a filantropia e o empreendedorismo, a disseminação da ‘maternidade intensiva’ [...], a expansão do trabalho de serviço com baixos salários, o crescimento do encarceramento em massa e assim por diante” (BOCKMANN, 2013). Dessa maneira, em oposição a proposta da filantropia por justiça social que defende o fortalecimento da sociedade civil para monitoramento e reivindicação das ações do Estado para cumprimento dos direitos, tem-se, na filantropia orientada pelo filantropocapitalismo, a proposição de diminuição e restrição do Estado em detrimento da sua atuação.

A proposta levantada pela filantropia de justiça social está centrada nas dinâmicas desiguais de poder na sociedade. O que a distingue é o foco na dinâmica de poder entre diferentes atores políticos, sociais e econômicos. Com isso, dedicam-se fundamentalmente em investir nos atores e organizações que, além de oferecer respostas aos problemas sociais situacionais, empenham-se pela realização de mudanças estruturais na sociedade, tais como a maior participação política, econômica e social de grupos sub-representados nos espaços de poder e decisão.

Essa abordagem torna a filantropia de justiça social um segmento específico dentro do amplo campo da filantropia, tanto nacional quanto internacionalmente. Destaca-se pela priorização dos temas dos direitos humanos, o que reflete a conexão profunda entre a filantropia de justiça social e as injustiças e desigualdades que permeiam a sociedade brasileira, afetando grupos como negros, mulheres, indígenas, população LGBTQI+, entre outros (HOPSTEIN, 2018).

Esta modalidade filantrópica está orientada para o enfrentamento às relações de poder e concebe que este se distribui de maneira desigual na sociedade e estrutura processos de dominação e subordinação que geram vantagens para uns grupos e desvantagens para outros. Com isso, a filantropia por justiça social possui uma compreensão holística dos direitos humanos e das causas das desigualdades. Elemento esse que se diferencia de outras atuações em prol dos direitos humanos,

que não necessariamente estão comprometidas com o enfrentamento às causas das desigualdades.

A atuação da filantropia por justiça social vai além da doação de recursos financeiros e apoio a iniciativas para as possíveis intervenções nas desigualdades sociais aparentes, ela está voltada a promover mudanças individuais e institucionais e transformações sociais. Ela agrega em si uma dimensão comunitária, com o envolvimento com a comunidade, tanto porque está profundamente comprometida com as mudanças que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, iniciativas, famílias, comunidades e organizações apoiadas, quanto porque pressupõe a identificação e ampliação de oportunidades para aqueles que sistematicamente, vivenciam os resultados das injustiças (BAOBÁ, 2022). Dessa forma, o planejamento, monitoramento e avaliação de projetos possuem a intencionalidade de obtenção de novos aprendizados deles oriundos.

O apoio e investimento em lideranças, iniciativas e organizações da sociedade civil ou movimentos sociais são elementos distintivos da filantropia de justiça social (HOPSTEIN, 2018). Ao investir diretamente nessas lideranças, nos movimentos e grupos de base, a filantropia por justiça social valoriza veementemente o fortalecimento dos segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade. Isso proporciona o aprimoramento das ferramentas necessárias para enfrentar as dinâmicas de poder que os prejudicam diretamente. Além disso, esse apoio e investimento promovem um diálogo mais equitativo e direto, sem a necessidade de intermediários ou tutela por parte de organizações privadas ou governamentais.

Em função disso, os fundos independentes possuem um papel fundamental na filantropia de justiça social, pois funcionam como os parceiros diretos com as instituições financiadoras e as lideranças, iniciativas e organizações, uma vez que, na maioria das vezes, surgem a partir do engajamento nos movimentos e nas lutas e/ou por fazerem parte dos grupos sociais com os quais trabalham. Eles têm “um profundo conhecimento das realidades e tecidos territoriais, com uma forte capacidade de articulação, de compreender demandas específicas e de dar resposta imediata às necessidades de grupos, coletivos e movimentos locais” (HOPSTEIN, 2018, p. 20). E é por essa razão que eles não podem ser concebidos como “fundos intermediários” . Esses fundos não se limitam a financiar projetos e organizações; eles se engajam como parceiros na luta política dos grupos apoiados, advogando por causas compartilhadas, coordenando ações conjuntas e promovendo iniciativas de capacitação para fortalecê-los em sua atuação tanto na sociedade quanto na política.

Os fundos intermediários vinculam-se com as organizações e iniciativas apoiadas estritamente a partir do repasse dos recursos, mantendo-se em relações distanciadas das causas e áreas de atuação das beneficiadas e em relacionamentos verticalizados entre fundo intermediário e destinatários dos investimentos. A ruptura com essa lógica postula fundos profundamente engajados e relacionados com as causas e movimentos que compõem as iniciativas e organizações que apoiam. Constituem-se a partir do estabelecimento de parcerias, na medida em que estão comprometidos com a incidência junto ao campo da filantropia e do ISP por destinar recursos aos setores e dos modos apontados como necessários pelos atuantes na linha de frente da intervenção social. São ainda comprometidos com o fortalecimento institucional, oferecendo-lhes, além do dinheiro, recursos imateriais para o crescimento, fortalecimento e sustentabilidade do trabalho que realizam (HOPSTEIN; SOUZA, 2018).

A vertente filantrópica que trabalha em prol da transformação social possui aspectos importantes em detrimento às demais vertentes da filantropia, dentre eles: o financiamento direto e indireto a lideranças, iniciativas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais; o reconhecimento e o comprometimento com o rompimento das relações sociais que produzem e reproduzem estruturas de poder contribuintes diretas para a perpetuação de desigualdades estruturais e violências; a defesa do investimento de base comunitária; o reconhecimento do protagonismo dos atores sociais que estão inseridos na linha de frente da transformação e das violações de direitos.

É necessário destacar que um dos desafios que se mantém no campo é o da incorporação da perspectiva interseccional na centralidade da alocação de recursos, na qual só será possível promover transformação social nesse país quando a justiça racial e de gênero estiverem alinhadas à justiça social. Isso se faz importante, pois, no Brasil, um país com herança colonial e escravocrata, embora as discriminações de gênero e raça possam atuar de forma independente, elas estão interconectadas, gerando uma sobreposição de opressões que impactam as condições sociais e desvantagens/oportunidades das pessoas negras. Após a abolição da escravidão, em 1888, a população negra não foi plenamente integrada à sociedade. Às mulheres negras coube a continuidade do limitado papel de trabalhadoras braçais e domésticas, geralmente mal remuneradas e em condições de trabalho precárias, ou até mesmo ao caminho da prostituição (OLIVEIRA, 2022). Com esta indissociabilidade, a “variável” racial produziu “gêneros subalternizados, tanto no que se refere à identidade feminina estigmatizada (mulheres negras) como a masculinidade subalternizada (homem negro) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas)” (CARNEIRO,

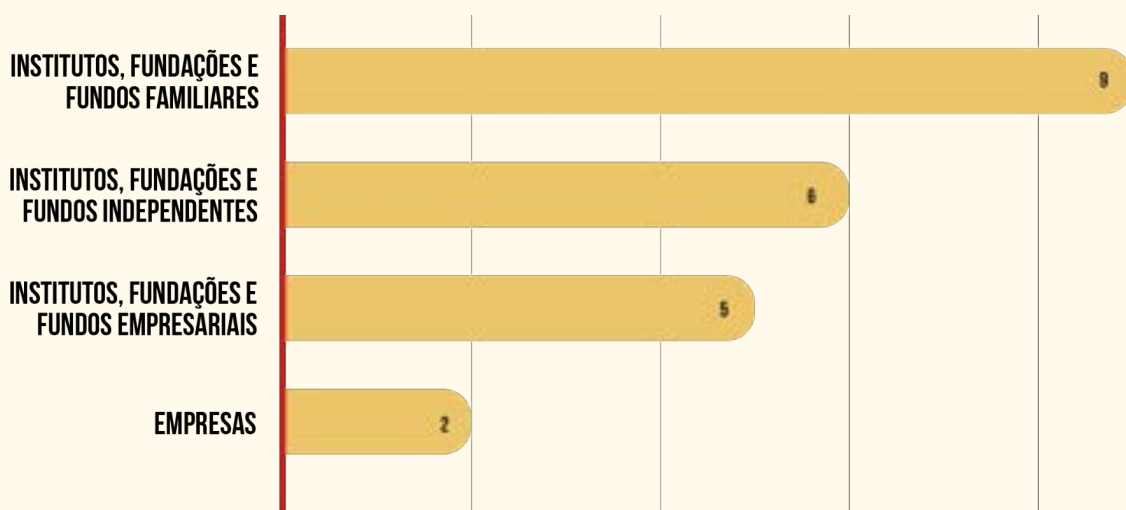
2003). Esse legado constitui uma das causas fundamentais para a realidade social vivenciada pela sociedade brasileira nos dias atuais, e que possui acirramentos e agravamentos quando são observadas as condições de vulnerabilização e violências que acometem às mulheres e homens negros.

# CARACTERÍSTICAS DAS ORGANIZAÇÕES QUE REALIZAM FILANTROPIA E ISP



Ao analisar o Gráfico 55, referente aos tipos de instituições do campo que realizam filantropia e investimento social privado que responderam ao questionário desta pesquisa, observa-se uma alta concentração de institutos, com 20 casos, enquanto as empresas aparecem em apenas 2 casos. Institutos, fundações e fundos familiares são os mais representados, seguidos por institutos, fundações e fundos independentes e empresariais. Essa predominância de fundos familiares sugere que a filantropia brasileira ainda pode ter um forte vínculo com estruturas tradicionais e familiares, o que poderia indicar uma abordagem mais personalizada e sem grande burocracia no apoio às causas sociais. Entretanto, a ênfase nos fundos familiares, em vez dos fundos independentes ou empresariais, levanta questionamentos sobre o nível de compromisso dessas instituições com mudanças estruturais.

**GRÁFICO 55 - TIPOS DE INSTITUIÇÕES DO CAMPO**



Conforme o Gráfico 56, a maioria das Instituições do campo que dizem realizar ação socioambiental e investimento social enquadram-se na modalidade de Filantropia (doações), com 13 respostas, seguidas pelo Investimento Social Privado (ISP), com 7 respostas, e, por fim, pela Responsabilidade Social Corporativa (RSC), com apenas 1 resposta. Essa distribuição pode sugerir que grande parte das iniciativas sociais ainda se orienta pelo modelo tradicional de filantropia, onde predominam doações pontuais, muitas vezes desassociadas de um compromisso com mudanças estruturais ou transformações de longo prazo.

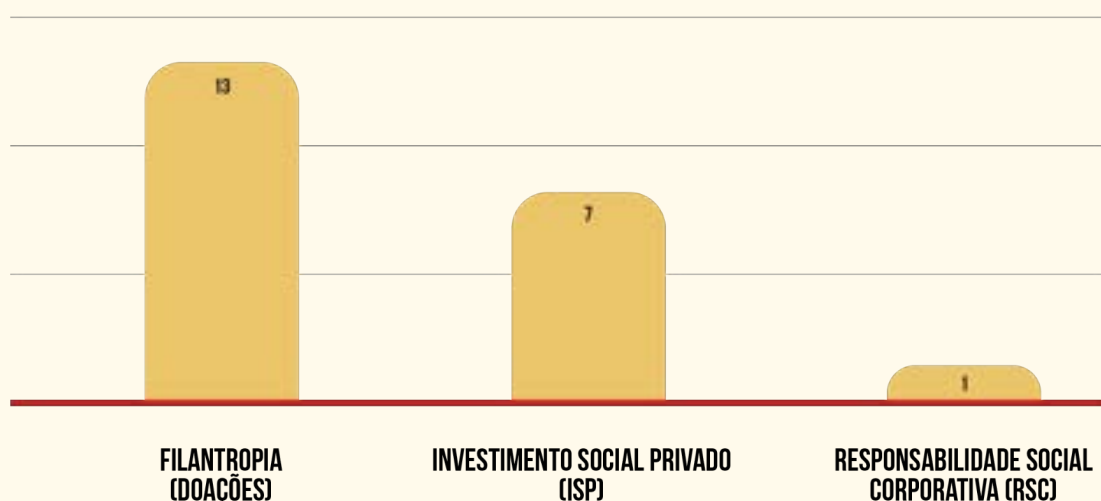
O menor número de organizações identificadas com o ISP, que pode ser uma modalidade mais estruturada, pode sugerir que há espaço para



amadurecimento no campo do investimento social, o que poderia implicar em ações mais planejadas e sustentáveis, alinhadas ao contexto de justiça social.

Além disso, o dado de apenas uma organização enquadrar-se na categoria de RSC pode indicar uma falta de integração entre a responsabilidade social e as operações corporativas. A RSC deveria, em tese, envolver ações contínuas e integradas à estratégia de negócios, indo além de ações pontuais e adotando uma visão mais ampla e estruturada da transformação social. Essa baixa adesão indica uma possível desconexão entre as práticas corporativas e o compromisso efetivo com o impacto social, ou que é crítico no contexto brasileiro, onde há uma demanda crescente por ações sociais comprometidas e alinhadas a mudanças estruturais profundas.

### GRÁFICO 56 - TIPOS DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E DE INVESTIMENTO SOCIAL REALIZADAS



Em relação ao tipo de atuação, o Gráfico 57 revela que a maioria das instituições opta por uma abordagem mista, combinando apoio a iniciativas de terceiros (OSCs, ONGs) com projetos próprios, como indicado pelas 14 respostas na categoria "ambos". Esse modelo amplia o impacto ao fortalecer redes externas e fomentar ações internas, o que parece alinhado a uma filantropia de justiça social e ao fortalecimento de comunidades locais.

No entanto, essa perspectiva de colaboração mútua contradiz-se com a realidade financeira de muitas organizações lideradas por pessoas negras, que não acessam efetivamente esses recursos. Dados mostram que mais da metade dessas organizações operam com menos de 5 mil reais anuais e que 62,5% delas não captaram qualquer recurso no último ano. Embora algumas instituições relatem apoiar exclusivamente iniciativas de terceiros (sete respostas), e apenas uma realize

exclusivamente ações próprias, a distribuição de recursos permanece desigual. Isso aponta para uma necessidade urgente de reavaliar a alocação e direcionamento de recursos, especialmente para organizações negras que enfrentam dificuldades em acessar financiamento adequado.

Essa disparidade sugere que, apesar da intenção de apoiar tanto iniciativas internas quanto externas, a estrutura atual não garante que recursos cheguem a essas organizações. Portanto, é necessário que as instituições revisem suas políticas de financiamento para realmente impulsionar a equidade racial, garantindo que as organizações negras, muitas vezes sem capital operacional, possam acessar fundos consistentes e significativos para impactar suas ações.

**GRÁFICO 57 - TIPOS DE ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E DE INVESTIMENTO SOCIAL**



Em 2023, a maioria das instituições do campo priorizou o apoio a iniciativas de terceiros, com 9 respondentes adotando essa estratégia. Esse foco nas parcerias com OSCs e ONGs aproveita a expertise e o conhecimento local dessas organizações, promovendo um impacto social colaborativo. Em contraste, 5 instituições indicaram preferência por ações próprias, sugerindo uma abordagem mais interna e autônoma, potencialmente voltada para projetos que exigem maior controle ou conhecimento especializado. Além disso, 8 instituições não responderam, o que pode indicar uma falta de clareza ou flexibilidade na estratégia entre ações próprias e apoio a terceiros, possivelmente refletindo ajustes conforme contexto e disponibilidade de recursos (Gráficos 58).

Embora a preferência por apoio a terceiros pareça reforçar um compromisso com a filantropia de justiça social e a criação de redes de apoio locais, o que está impedindo com que essas parcerias fortaleçam financeiramente as organizações

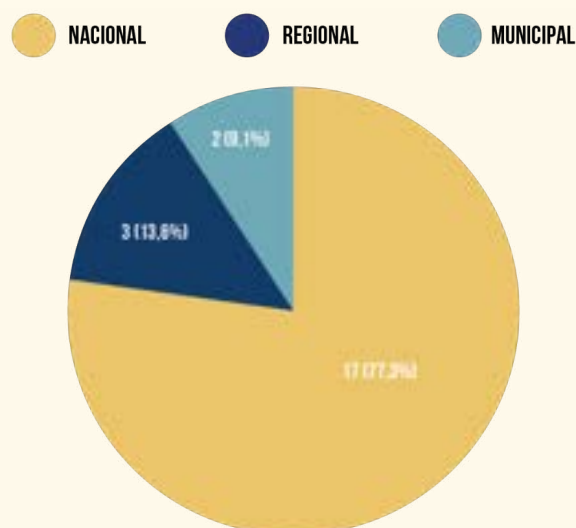
negras, muitas das quais ainda lutam com falta de recursos e dependem de financiamento limitado?

**GRÁFICO 58 - TIPO DE ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E DE INVESTIMENTO SOCIAL MAJORITARIAMENTE DESENVOLVIDA EM 2023**



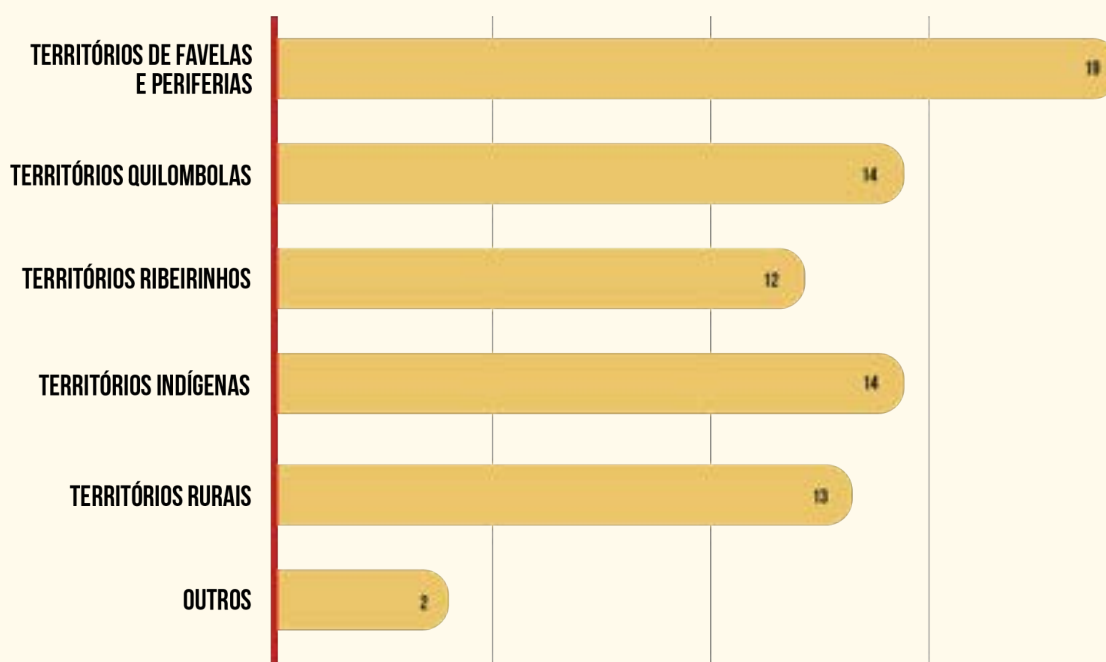
Sobre a atuação, o Gráfico 59 mostra que a maioria das instituições do campo atua em nível nacional (7), enquanto poucas focam nos níveis regional (3) e municipal (2), sugerindo uma tentativa de abordar desigualdades estruturais em todo o país. No entanto, mesmo com essa abordagem ampla, os recursos continuam não chegando às organizações negras de forma significativa, independentemente da região. Esse dado levanta questões sobre a eficácia da distribuição de recursos e reforça a necessidade de estratégias que assegurem que o apoio realmente alcance amplamente essas organizações essenciais para uma promoção genuína da equidade racial.

**GRÁFICO 59- REGIÕES DE ATUAÇÃO**



Em relação ao território, os dados do Gráfico 60 mostram que as instituições do campo atuam em áreas historicamente marginalizadas, como favelas e periferias (19), territórios quilombolas (14), indígenas (14), ribeirinhos (12) e rurais (13), com uma média de atuação em 3 a 4 tipos de territórios distintos. Essa diversidade indica um compromisso com múltiplas frentes de desigualdade social, mas levanta um ponto crítico: mesmo com essa presença em diversos contextos, os recursos seguem insuficientes para alcançar, de forma efetiva, as organizações negras em todos esses territórios. Isso sugere que, embora a intenção de abrangência exista, ainda falta uma estratégia eficaz para assegurar a distribuição equitativa de recursos em áreas onde são mais urgentes.

**GRÁFICO 60- TIPO DE TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO**

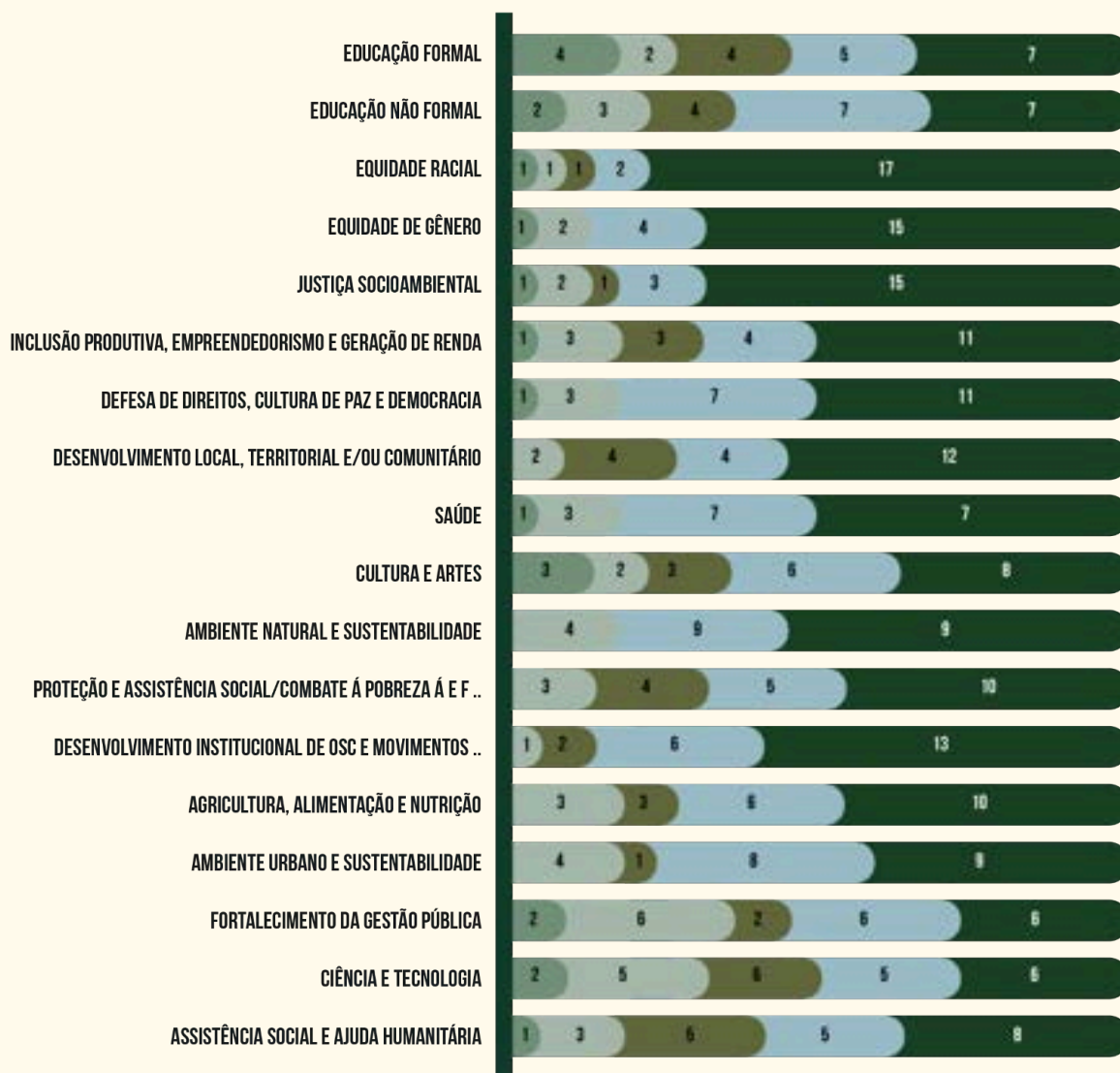


## ÁREAS DE ATUAÇÃO

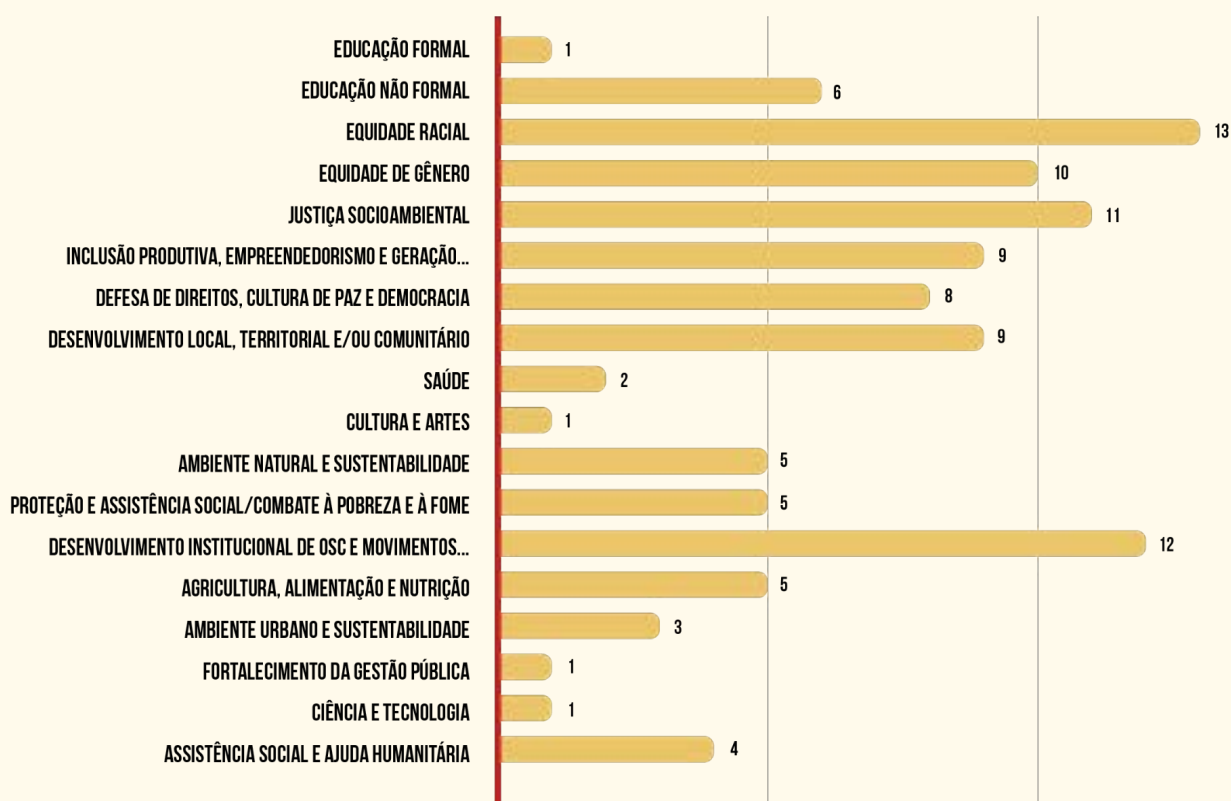
De acordo com o Gráfico 61, a classificação das áreas de atuação por graus de importância revela que a maioria do campo considerou a equidade racial como uma temática muito importante (5), somando-se 17 no total. Seguida das pautas de equidade de gênero e justiça socioambiental que foram consideradas muito importantes (5) por 15 instituições da filantropia e ISP. Em quarto lugar, considerada como muito importante, estava o desenvolvimento institucional de OSC e movimentos sociais foram classificados por 13 instituições respondentes.

Quando são analisados os temas com os quais trabalham (Gráfico 62), observa-se que há certa confluência com os temas apontados como “muito importante”. Em primeiro lugar, consta a equidade racial como tema de trabalho para 13 instituições; seguido do desenvolvimento institucional de OSC e movimentos sociais, somando 12 instituições; justiça socioambiental, com 11 respondentes; e equidade de gênero, que compartilha do mesmo número de 90 respostas com desenvolvimento local, territorial e/ou comunitário. Estes resultados não dialogam com os apresentados pelas organizações negras, pois além de equidade racial não se trata da principal fonte de financiamento deles, tampouco o desenvolvimento dessas instituições têm recebido recursos, tendo em vista as inúmeras dificuldades apontadas para a garantia da sustentabilidade das suas ações e organizações, conforme relatadas na seção anterior.

**GRÁFICO 61- CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO POR GRAUS DE IMPORTÂNCIA**



## GRÁFICO 62- TEMAS TRABALHADOS PELAS INSTITUIÇÕES DO CAMPO



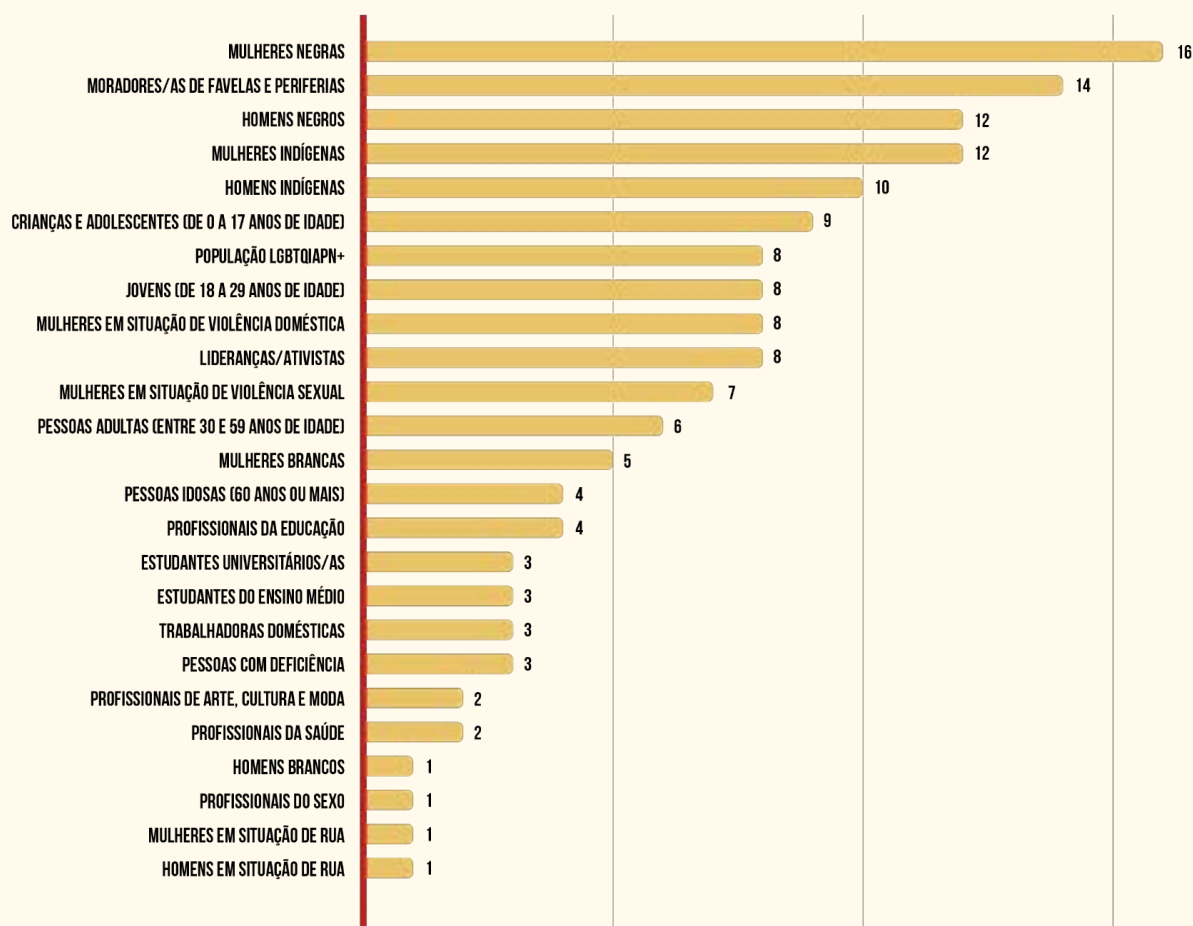
## PERFIL DOS GRUPOS BENEFICIADOS

A maioria expressiva das instituições que realizam filantropia e ISP possui grupos prioritários para as suas ações. Enquanto 18 instituições afirmaram ter público específico, apenas 4 delas responderam negativamente. Quando analisamos quais os perfis majoritariamente desses grupos atendimentos (Gráfico 63), as mulheres negras são o grupo mais citado como foco de atuação das instituições (16 menções), seguido por moradores de favelas e periferias (14), homens negros e mulheres indígenas (12 e 12). Essa priorização sugere um reconhecimento da necessidade de apoiar esses grupos historicamente marginalizados. No entanto, há uma contradição gritante: mesmo sendo o grupo mais priorizado, as instituições lideradas por mulheres negras ainda não recebem recursos significativos.

Esse contraste entre a intenção declarada e a distribuição efetiva de recursos levanta uma questão crucial sobre a coerência dessas ações. Se mulheres negras são apontadas como a população mais vulnerável e prioritária, por que, então, as organizações que elas lideram – e que melhor conhecem suas próprias necessidades e desafios – não recebem o financiamento necessário? Essa falta de

recursos limita a capacidade dessas organizações de desenvolver ações robustas e sustentáveis, enfraquecendo o impacto de iniciativas voltadas a transformar as desigualdades estruturais.

**GRÁFICO 63- GRUPOS MAJORITARIAMENTE BENEFICIADOS**

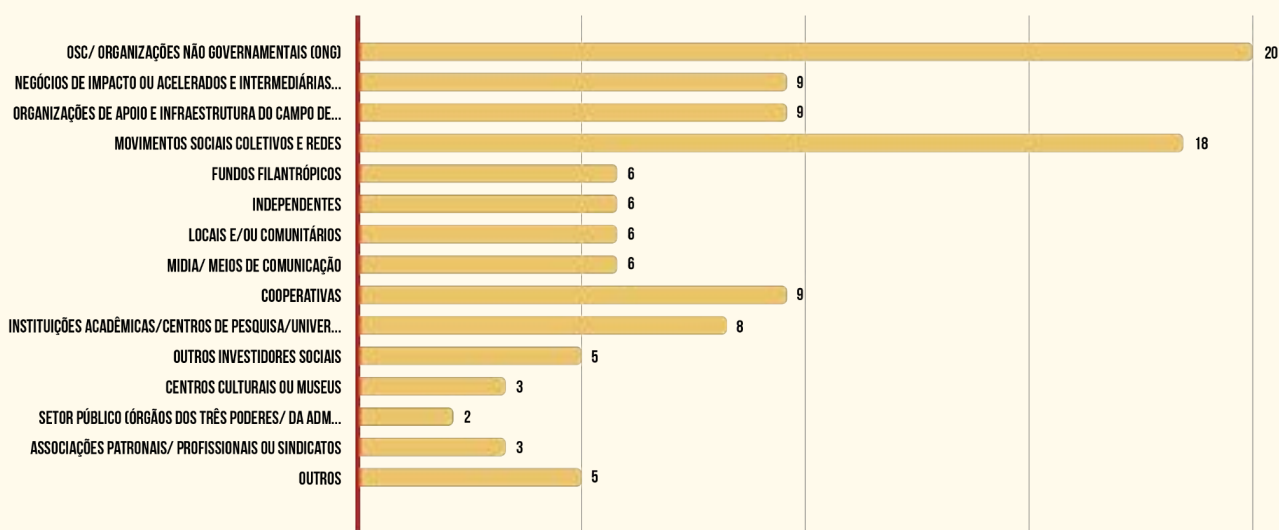


## PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS (ORGANIZAÇÕES)

O gráfico 64 evidencia uma contradição importante: embora o repasse de recursos seja fortemente direcionado para ONGs (20) e movimentos sociais coletivos e redes (18), ainda assim, as organizações lideradas por mulheres negras enfrentam uma severa falta de financiamento. Esse dado é especialmente problemático considerando que essas lideranças, em muitos casos, estão exatamente nessas categorias prioritárias de ONGs e movimentos sociais – como também em áreas com menor repasse, como instituições acadêmicas (8) e mídia (6), associações patronais e sindicais (3), centros culturais ou museus (3).

Ainda mais preocupante é que, mesmo nas categorias que recebem maior financiamento, como ONGs e movimentos sociais, as organizações lideradas por mulheres negras permanecem sub financiadas, evidenciando uma contradição profunda. Embora essas lideranças estejam bem representadas em campos como ONGs, movimentos sociais e cooperativas, o suporte financeiro efetivo não acompanha essa representatividade.

**GRÁFICO 64- PERFIL DE ORGANIZAÇÕES QUE RECEBEM RECURSOS DAS INSTITUIÇÕES**

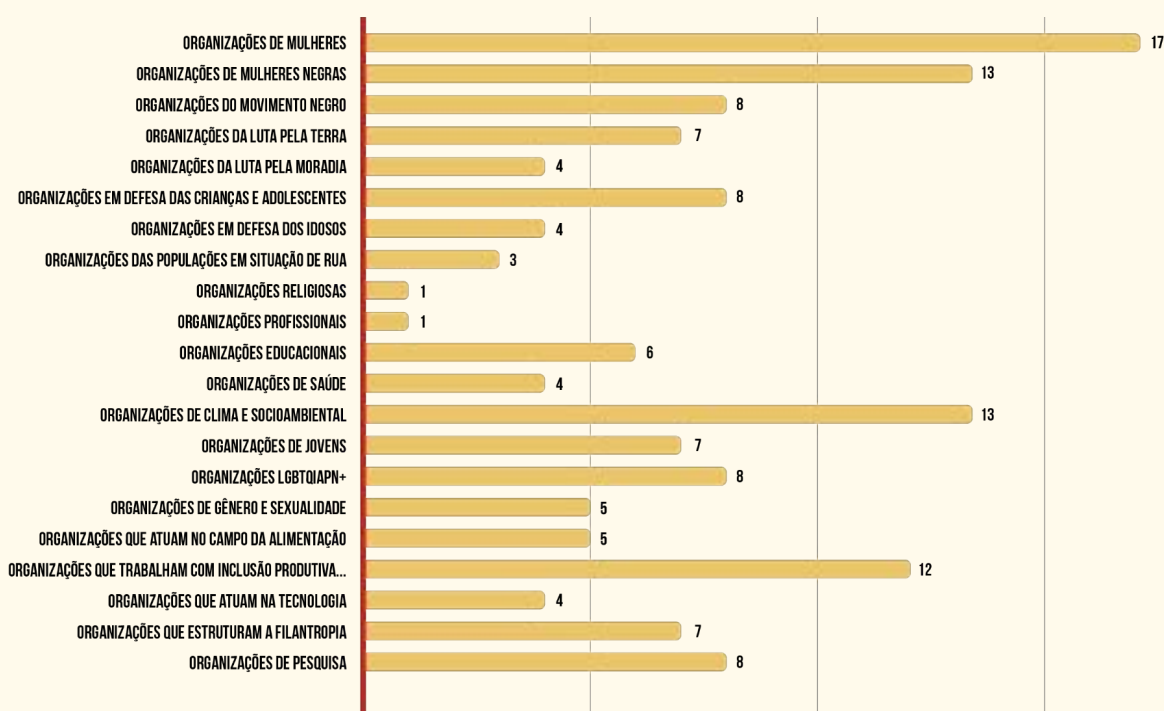


Do ponto de vista do perfil das organizações financiadas no ano de 2023, pela filantropia e o ISP, houve um predomínio destacado das organizações de mulheres (17); organizações de mulheres negras (13); organizações de clima e socioambiental (13); e organizações que trabalham com inclusão produtiva (12).

As organizações do movimento negro foram apoiadas por menos da metade das instituições financiadoras, totalizando 8 menções de financiamento em 2023. Assim como outras organizações de defesa de direitos, como as organizações de defesa dos direitos das crianças de adolescentes (8); as organizações LGBTQIAPN+ (8); organizações de luta pela terra (7); organizações da luta pela moradia (4); organizações de gênero e sexualidade (5); organizações em defesa dos idosos (4); organizações das populações em situação de rua (3).



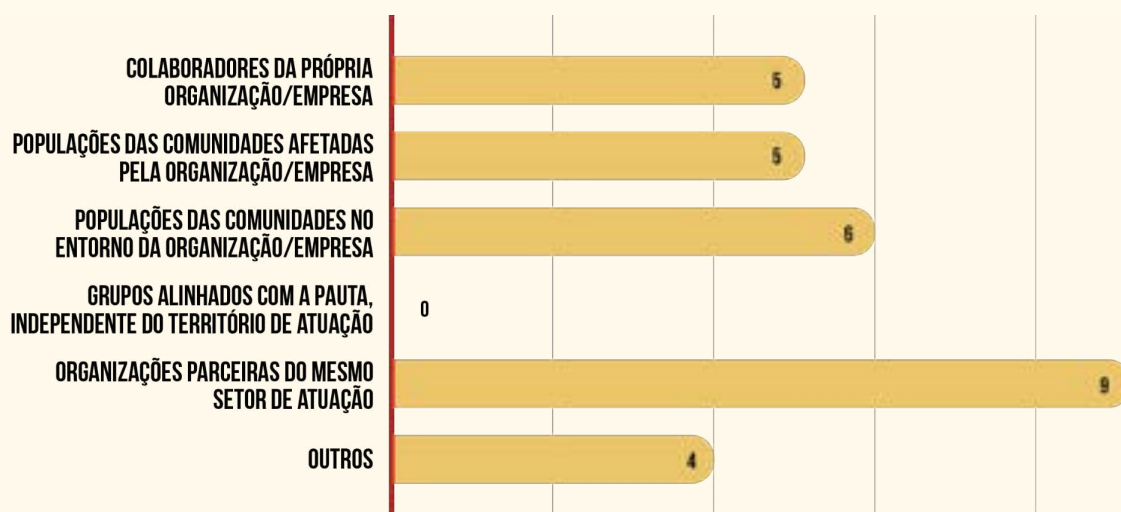
## GRÁFICO 65- PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES FINANCIADAS MAJORITARIAMENTE PELAS INSTITUIÇÕES NO ANO DE 2023



Em relação ao perfil dos participantes beneficiados pelas ações desenvolvidas (Gráfico 66), a maioria das instituições do campo direciona os recursos a parceiros do mesmo setor (9), sugerindo uma abordagem mais voltada à colaboração setorial. Como destacado por Dunning (2023), há uma tendência das instituições de direcionar recursos para atividades que se alinhem com suas próprias agendas e interesses. Esse controle sobre os recursos doados cria uma dependência estrutural em que organizações negras, para obter financiamento, adaptam seus objetivos às expectativas dos financiadores, o que pode desviar o foco de pautas prioritárias para a comunidade negra.

Há um menor foco em colaboradores da própria instituição (5), nas comunidades diretamente afetadas (5) e no entorno (6), indicando um alcance limitado a grupos que poderiam se beneficiar mais diretamente. A ausência de apoio a grupos alinhados com essa pauta em outros territórios sugere uma visão localizada da equidade racial, sem uma abrangência geográfica mais ampla.

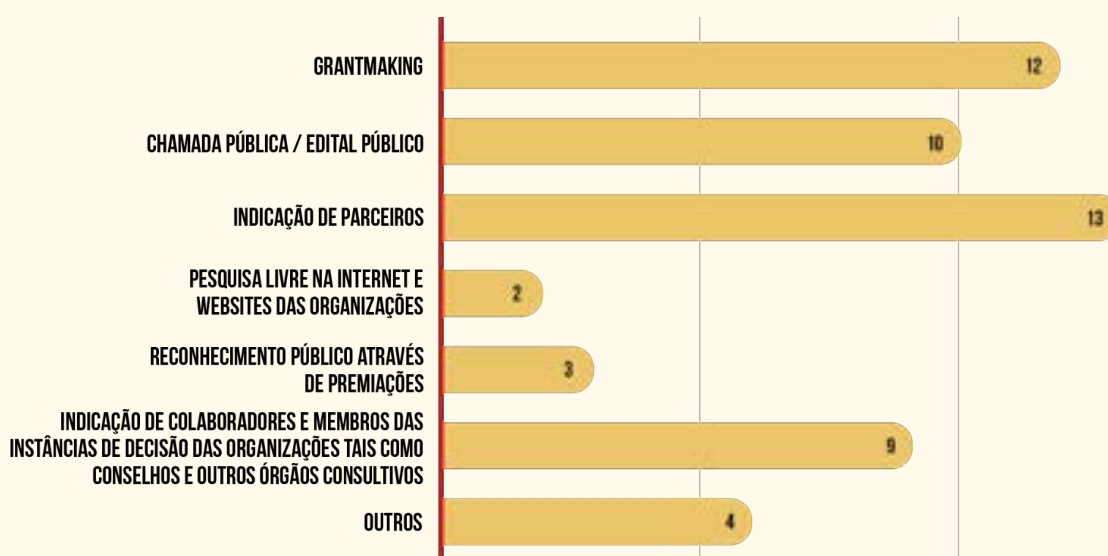
**GRÁFICO 66- PERFIL DOS PARTICIPANTES BENEFICIADOS COM AÇÕES DESENVOLVIDAS  
PELAS INSTITUIÇÕES DO CAMPO**



## PROCESSO DE SELEÇÃO

A análise dos dados sobre o acesso a organizações apoiadas (Gráfico 67) mostra que, embora as instituições do campo utilizem estratégias variadas, também há desafios significativos para organizações negras sem redes estabelecidas. Métodos como *grantmaking* (12) e indicação de parceiros (13) são comuns, refletindo uma preferência por critérios internos e redes de confiança, o que pode dificultar o acesso de organizações negras externas. A chamada pública (10) representa um meio mais transparente e acessível, mas ainda é usada com menor frequência do que abordagens baseadas em indicação. A dependência de conexões internas limita o alcance de organizações negras emergentes e de grande potencial. Ampliar métodos abertos que facilitem a entrada dessas organizações no campo é essencial para garantir que tenham acesso ao apoio necessário, independente de suas redes, promovendo uma equidade real no acesso a recursos.

**GRÁFICO 67- MÉTODOS DE ACESSO ÀS ORGANIZAÇÕES APOIADAS**

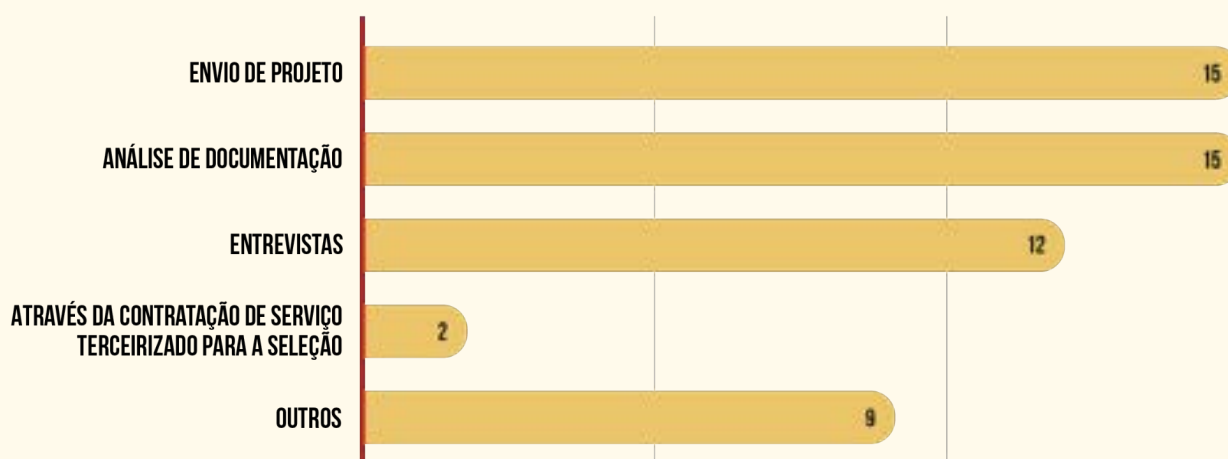


Embora muitas instituições do campo prefiram abordagens baseadas em critérios internos e em relações de confiança com redes já estabelecidas para selecionar organizações apoiadas, o Gráfico 68 mostra uma variedade de práticas nesse processo, refletindo diferentes abordagens dentro do campo filantrópico e do Investimento Social Privado (ISP). Para aquelas organizações que já possuem uma rede de contatos, essa preferência pode facilitar o acesso a recursos e apoio. No entanto, para quem não tem redes estabelecidas, como muitas lideranças de grupos historicamente marginalizados, esse processo representa uma barreira significativa, tornando o acesso ao financiamento ainda mais desafiador. O envio de projetos e a análise de documentação, ambos citados por 15 das 22 organizações, são os critérios mais comuns, sugerindo uma avaliação estruturada e técnica para assegurar que os projetos estejam em conformidade com os objetivos da instituição financiadora. Ou seja, até para organizações que têm redes, há um processo burocrático para análise. Ao considerarmos as organizações que não possuem redes, que não têm familiaridade e apoio na escrita de projetos e aquelas que não têm documentação, essas barreiras burocráticas no processo de seleção tornam-se ainda mais acentuadas.

As entrevistas, empregadas por 12 instituições, ajudam a conectar financiadores e líderes, valorizando o entendimento dos contextos locais. No entanto, a terceirização do processo de seleção é rara (2 instituições), o que reflete uma preferência por uma gestão mais direta no processo. Entre as práticas listadas como "outros", apontadas por 9 instituições do campo, observa-se uma tendência para métodos de acompanhamento próximos, como visitas *in loco* e *due diligence*, destacando-se a importância da validação direta no território.

É crucial implementar medidas que ampliem as oportunidades para organizações, reduzindo a burocracia e criando canais de acesso mais acessíveis. Isso promoveria maior equidade e permitiria que iniciativas importantes, porém menos estruturadas, conseguissem recursos necessários.

**GRÁFICO 68- PROCESSO DE SELEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES APOIADAS PELAS INSTITUIÇÕES DO CAMPO**



Das instituições que definem requisitos obrigatórios para acesso a recursos, os critérios mais comuns, conforme o Gráfico 69, incluem portfólio (7) e mensuração de impacto (6), refletindo uma preferência por organizações que comprovem formalmente suas atividades e resultados. Planejamento estratégico (5) e tempo de existência (5) também são relevantes, indicando uma tendência de apoiar instituições consolidadas com visões estruturadas.

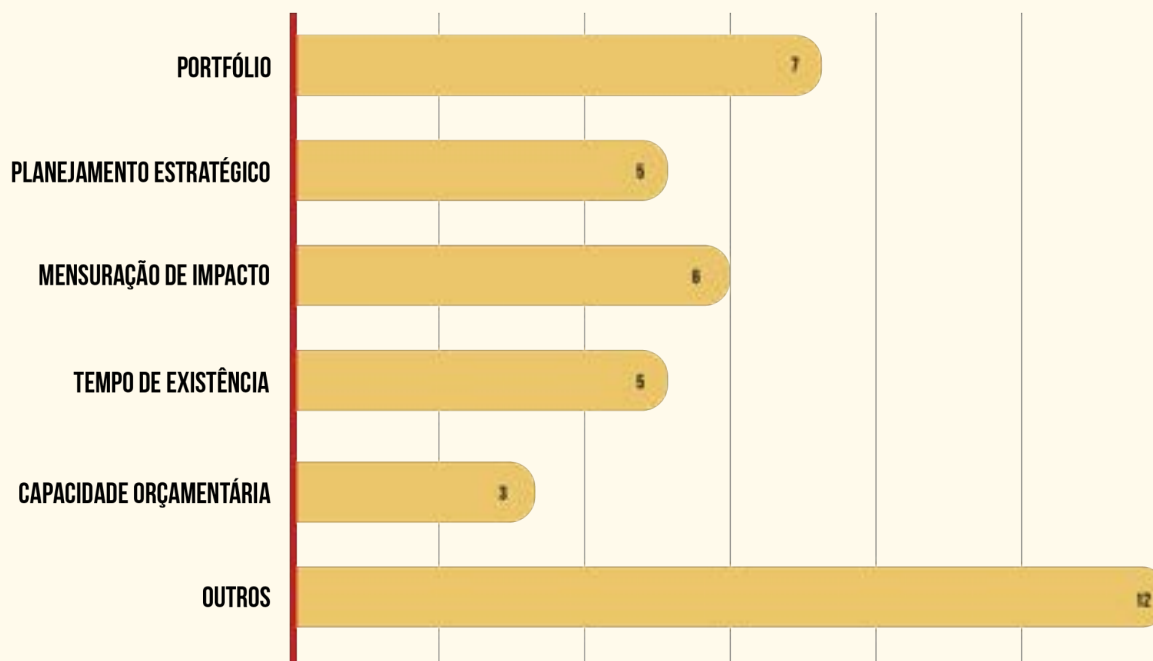
Embora esses critérios ajudem a selecionar parceiros sólidos, criam barreiras para iniciativas emergentes que, apesar de seu potencial de impacto, não atendem a essas exigências. A capacidade orçamentária, mencionada por 3 instituições, é menos frequente, mas favorece organizações com acesso a recursos, em detrimento de outras que dependem de apoio externo.

A categoria "outros" foi citada por 12 instituições, e a análise qualitativa dessas respostas mostra que algumas instituições de campo dão ênfase ao alinhamento com teorias de mudança e compromisso com os direitos humanos, nivelado às prioridades institucionais, indicando que o apoio é destinado a iniciativas cujas missões e atividades estão em consonância com os valores e temas de impacto promovidos pela organização financiada.

Por fim, foram mencionadas condições formais para o financiamento, como a necessidade de possuir estatuto, ata, CNPJ e certificados negativos válidos. Esses requisitos legais impõem barreiras formais que dificultam o acesso de organizações

menos formalizadas, caso de muitas organizações negras, dificultando o acesso de recursos a iniciativas com grande potencial de impacto social.

**GRÁFICO 69- REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS**



A análise dos critérios utilizados pelas instituições para selecionar organizações apoiadas (Gráfico 70), revela uma hierarquia clara de importância. Os critérios mais mencionados foram: confiabilidade e transparência da organização da sociedade civil (OSC) ou de seus líderes (18), conhecimento e expertise sobre temas e causas (18), alinhamento de valores/visão de futuro (18) e capacidade de articulação com redes e outros atores (17). Esses fatores ressaltam a valorização da confiança, reputação e colaboração, além da integridade das lideranças e a afinidade com a visão das instituições financiadoras.

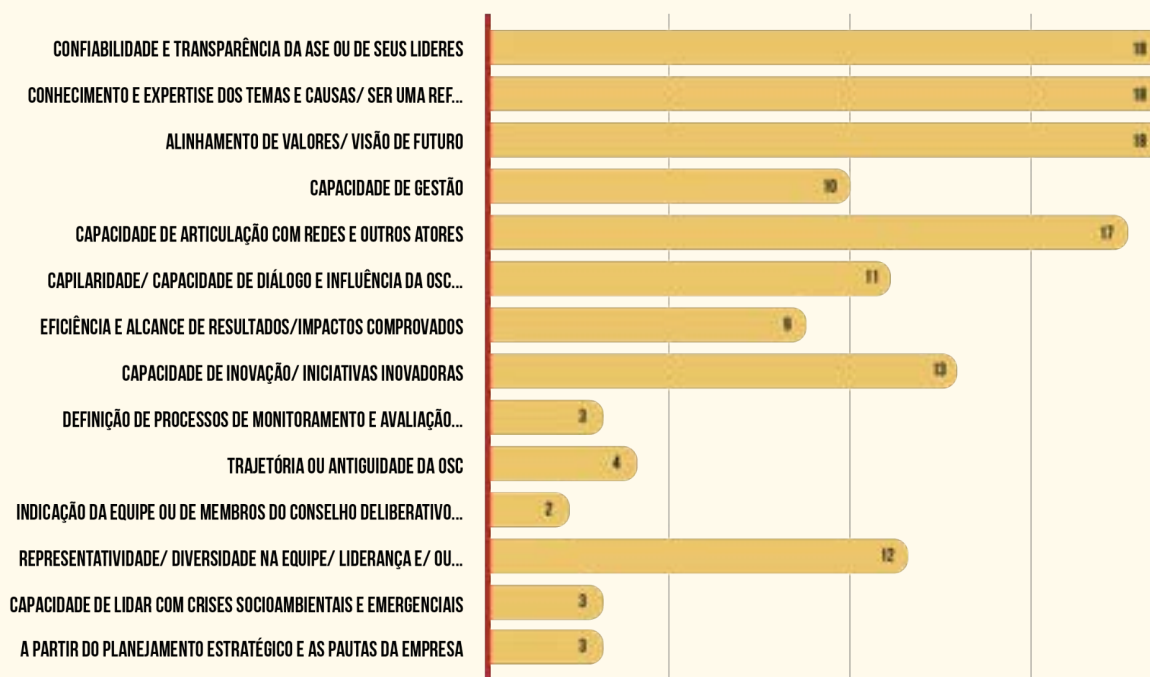
Em seguida, a capilaridade e a capacidade de diálogo da OSC sobre o território (11), capacidade de inovação (13) e representatividade/diversidade na equipe (12) são importantes, mas menos prioritárias. A eficiência e alcance de resultados (9) e a capacidade de gestão (10) também são consideradas, embora não figurem entre os critérios principais.

Crítérios menos mencionados, como processos de monitoramento (3), trajetória da OSC (4) e planejamento estratégico (3) indicam que aspectos como antiguidade e alinhamento estratégico têm algum peso.

A preferência das instituições por critérios como confiabilidade e transparência, conhecimento especializado, alinhamento de valores e capacidade de articulação com redes cria barreiras significativas para organizações negras. Essas organizações, muitas vezes, carecem de redes estabelecidas e visibilidade no campo, o que pode dificultar o cumprimento dos requisitos valorizados pelos financiadores, como a articulação com outros atores e o alinhamento de valores previamente definidos.

Crítérios de impacto e de confiabilidade frequentemente refletem uma visão enviesada sobre competência e merecimento, desconsiderando o contexto específico e as realidades das comunidades negras. Segundo Dorsey, et al. (2020), essa disparidade é agravada por uma falta de diversidade nos conselhos das fundações e entre os tomadores de decisão, que tendem a investir em organizações com as quais têm familiaridade cultural ou relações pessoais. Além disso, seguindo com os autores, as instituições devem tornar seus processos de decisão mais transparentes, esclarecendo os critérios e as motivações para a escolha dos beneficiários. Isso permitiria que organizações lideradas por negros compreendam as expectativas e possam ajustar suas propostas, além de garantir um processo de escolha mais acessível e justo.

**GRÁFICO 70- CRITÉRIOS DAS INSTITUIÇÕES PARA ESCOLHA DAS ORGANIZAÇÕES APOIADAS**

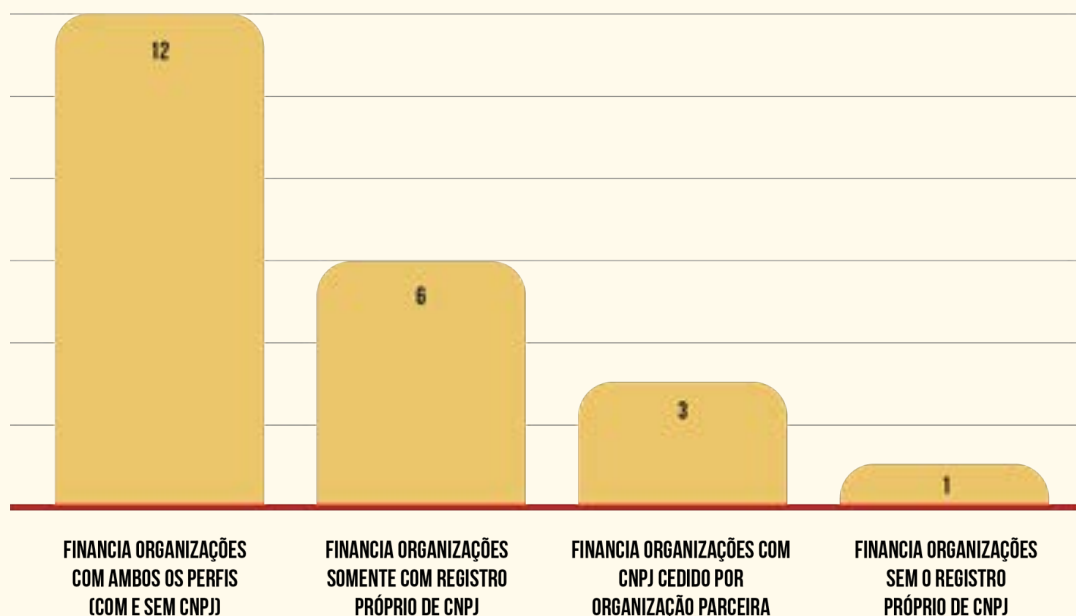


Sobre a exigência de CNPJ, o Gráfico 71 evidencia que, embora a maioria das instituições (12) financie organizações tanto formalizadas quanto informais,

uma parcela considerável (6) apoia apenas aquelas com CNPJ próprio. Essa preferência impacta diretamente as organizações negras, especialmente as que atuam sem formalização completa, limitando seu acesso a recursos. Somente 3 instituições financiam organizações que utilizam o CNPJ de uma parceira, e apenas uma apoia iniciativas sem registro próprio, demonstrando que, apesar de alguma flexibilidade, o campo ainda privilegia estruturas formalizadas.

Essa realidade cria uma barreira crítica para organizações negras informais, que, frequentemente, operam com poucos recursos e sem o suporte necessário para se formalizar. Como resultado, essas organizações, que muitas vezes têm um impacto direto nas comunidades mais vulneráveis, acabam sendo excluídas do financiamento institucional, perpetuando sua dependência de recursos escassos e limitando seu potencial de transformação social.

**GRÁFICO 71- EXIGÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO (CNPJ)**

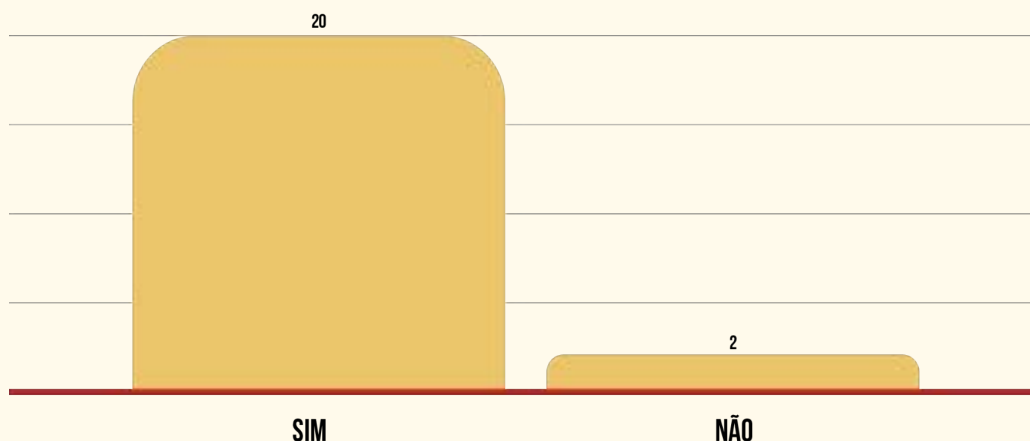


## **APOIO A INICIATIVAS DE TERCEIROS**

A análise dos dados sobre o interesse das instituições do campo em financiar organizações da sociedade civil e outras iniciativas (Gráfico 72) revela um forte desejo, com 20 respondentes afirmando ter interesse e 2 dizendo que não. Esse dado vai de encontro com os gráficos que demonstram que as instituições têm preocupação em investir em apoio e projetos desenvolvidos por terceiros. Essa maioria sugere uma disposição positiva em contribuir para causas sociais,

evidenciando um potencial para o fortalecimento de iniciativas voltadas para a equidade racial. Contudo, essa disposição deve ser traduzida em ações práticas e efetivas que beneficiem organizações que promovem ações em prol da equidade racial.

### **GRÁFICO 72- INTERESSE DAS INSTITUIÇÕES DO CAMPO EM FINANCIAR ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E OUTRAS INICIATIVAS DE TERCEIROS**

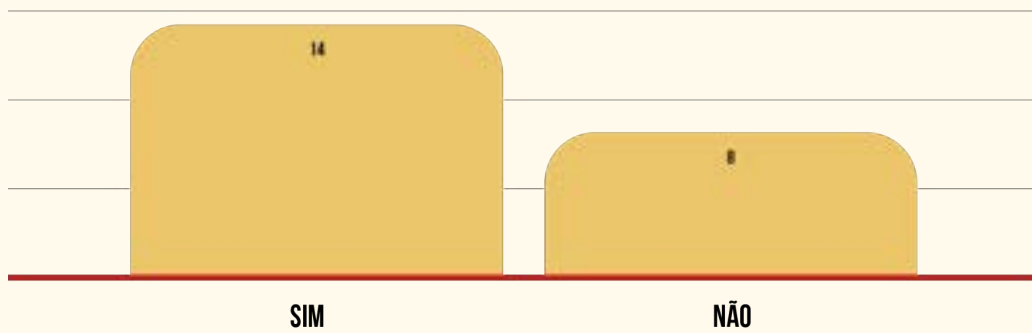


No que diz respeito ao desafio (Gráfico 73), 14 das 22 instituições os reconhecem para o financiamento a organizações da sociedade civil e outras iniciativas de terceiros e o Gráfico 74 indica que 13 das 22 instituições encontram dificuldades nesse processo. Esses dados sugerem que, apesar do interesse e da vontade de investir, as instituições identificam barreiras que dificultam a alocação eficaz de recursos. Dentre os desafios apontados, em ambas questões, destacam-se a falta de recursos recorrentes, limitações na gestão e monitoramento das ações, ausência de institucionalidade por parte das organizações e dificuldade em medir resultados. Além disso, o desconhecimento de organizações que atuam com equidade racial também foi mencionado.

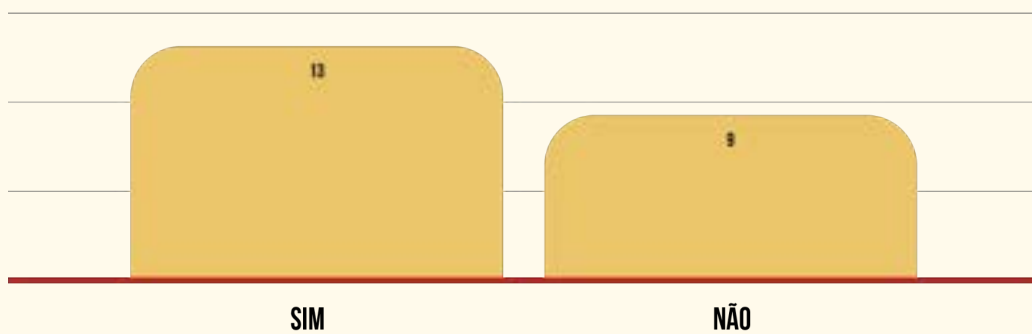
Para que a promoção da equidade racial se torne uma realidade, é fundamental que as instituições enfrentem essas barreiras de forma proativa. Isso inclui não apenas aumentar a transparência e a comunicação com as organizações de base sobre as iniciativas existentes, como também criar mecanismos que garantam mais recursos para a sustentabilidade e o monitoramento eficaz das ações em prol da equidade racial. Ao abordar essas questões, será possível transformar o interesse em ações concretas que beneficiem organizações comprometidas com a equidade racial.



**GRÁFICO 73- IDENTIFICAÇÃO DE DESAFIOS PARA O FINANCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E OUTRAS INICIATIVAS DE TERCEIROS**



**GRÁFICO 74- IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES PARA O FINANCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E OUTRAS INICIATIVAS DE TERCEIROS**



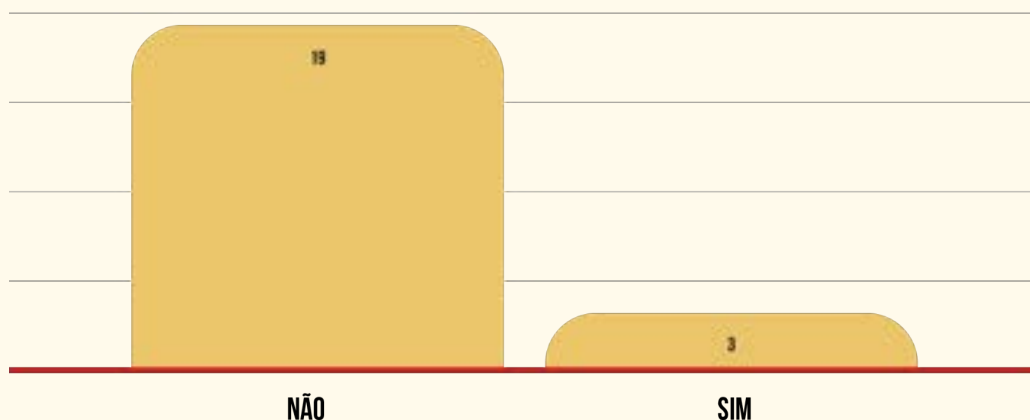
# MÓDULO DE EQUIDADE RACIAL



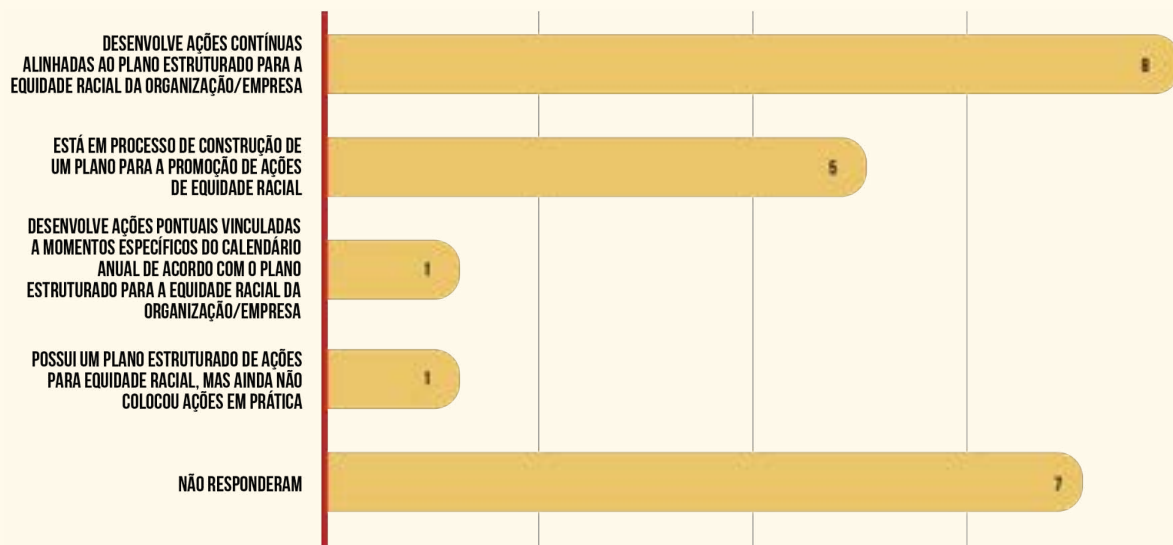
Das 22 instituições do campo que disseram praticar atuação socioambiental e investimento social (Gráfico 75), 15 desenvolvem ações e ou financiam iniciativas de terceiros para a equidade racial, enquanto 7 não o fazem. Embora a maioria tenha indicado realizar esse tipo de financiamento, o número de instituições que não apoiam iniciativas voltadas à equidade racial ainda é significativo, considerando a necessidade de um compromisso efetivo do campo filantrópico e do investimento social privado com a promoção da justiça racial.

Entre as instituições analisadas que desenvolvem ações para promover a equidade racial (Gráfico 76), 8 dessas realizam ações contínuas alinhadas a um plano estruturado, reportam ações contínuas alinhadas a um plano estruturado, o que sugere um compromisso mais sólido com práticas de diversidade e inclusão, ainda que não seja possível garantir que essas ações sejam de fato implementadas de maneira consistente. Outras 5 organizações estão em processo de construção de um plano para ações de equidade racial, o que reflete uma etapa de conscientização e de intenção de alinhamento às demandas por equidade. Entretanto, duas organizações apresentam práticas menos consistentes: uma realiza ações pontuais vinculadas a momentos específicos do calendário, e outra possui um plano estruturado, mas ainda não o colocou em prática.

**GRÁFICO 75- DESENVOLVIMENTO OU FINANCIAMENTO A INICIATIVAS DE TERCEIROS PARA A EQUIDADE RACIAL**



## GRÁFICO 76- FORMA DE INVESTIMENTO PARA A EQUIDADE RACIAL



A análise das abordagens das instituições em relação à promoção da equidade racial (Gráfico 77) revela uma crítica significativa à forma como essa temática é tratada. Dentre as instituições que apoiam ações voltadas à equidade racial, 12 adotam uma perspectiva transversal. Embora isso possa parecer positivo, essa abordagem implica que a equidade racial não é o foco central dessas instituições. Quando as ações são integradas de forma transversal, não há garantias de que as organizações que realmente trabalham com questões raciais recebam o apoio necessário, resultando em um acesso limitado a recursos para aquelas que lutam em prol da equidade racial.

Em entrevista com filantropos do investimento social privado, pudemos constatar, através de suas colocações, que ainda há uma lacuna significativa de entendimento sobre a importância da pauta racial na promoção da equidade:

*“Eu já ouvi pessoas me dizerem assim, grandes empresários, falarem isso para mim na reunião: - (Mas minha pauta não é racial). Então eu falo assim: a gente tá com um problema de interpretação. Porque a gente tá num país cuja maioria da população é negra, ainda que o Estado de São Paulo não, mas o Brasil, sim, e a gente está falando de combate à desigualdade social, porque a filantropia pode ter diferentes causas, mas a missão dela é o combate a desigualdade social, e você me fala que você não está na pauta racial, você está com algum problema.” (Entrevistada 03)*

Muitos reconhecem a necessidade de combater a desigualdade social, mas ainda não compreendem completamente como as questões raciais são intrínsecas. Fica evidente que, mesmo com os avanços na conscientização dos impactos da

desigualdade, há um desafio persistente em integrar de forma adequada a perspectiva racial nas estratégias de investimento social.

A predominância da abordagem transversal evidencia uma limitação que pode perpetuar a marginalização de organizações comprometidas com essa causa, pois o foco disperso dificulta que recursos cheguem efetivamente àquelas que atuam diretamente na luta por justiça racial. Apenas 5 instituições do campo concentram-se exclusivamente em iniciativas voltadas para a equidade racial. Essa abordagem específica permite um direcionamento mais eficaz dos recursos, assegurando que as necessidades e desafios enfrentados por organizações negras sejam abordados de maneira adequada.

**GRÁFICO 77- MODO PELO QUAL AS INSTITUIÇÕES DESENVOLVEM AÇÕES E APOIO PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL**

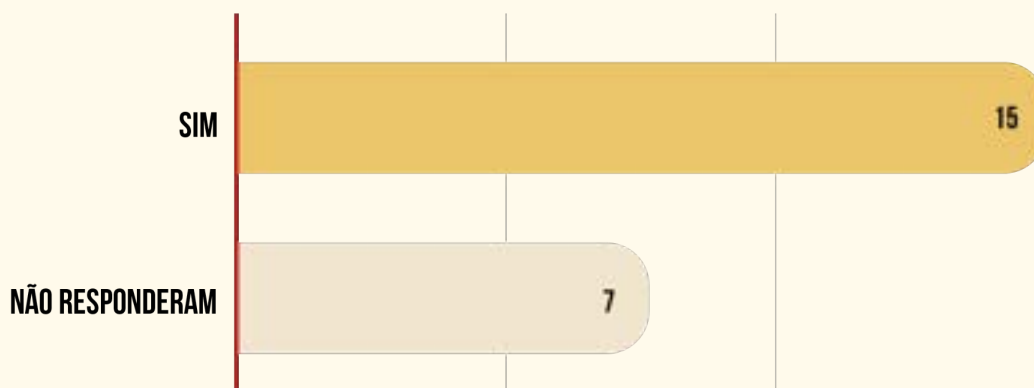


O Gráfico 78 destaca um aspecto positivo nas ações de equidade racial das instituições de campo: entre as 15 organizações que apontaram adotar essa medida, todas disseram considerar a integração da equidade de gênero em suas ações. Isso demonstra um reconhecimento das interseccionalidades presentes nas desigualdades sociais, permitindo uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados por diferentes grupos e considerando as experiências de múltiplas formas de discriminação.

Entretanto, essa abordagem integrada não está garantindo que as organizações lideradas por mulheres negras acessem os recursos necessários para implementar suas ações. Apesar do reconhecimento das interseccionalidades, é fundamental que as instituições integrem a equidade de gênero em suas ações, além de desenvolver estratégias que garantam o acesso a recursos para

organizações lideradas por mulheres negras. Isso é crucial para assegurar que suas vozes e necessidades sejam efetivamente atendidas na luta por justiça sociorracial.

**GRÁFICO 78- CONSIDERAÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO NAS AÇÕES PROMOVIDAS  
PELAS INSTITUIÇÕES DO CAMPO**



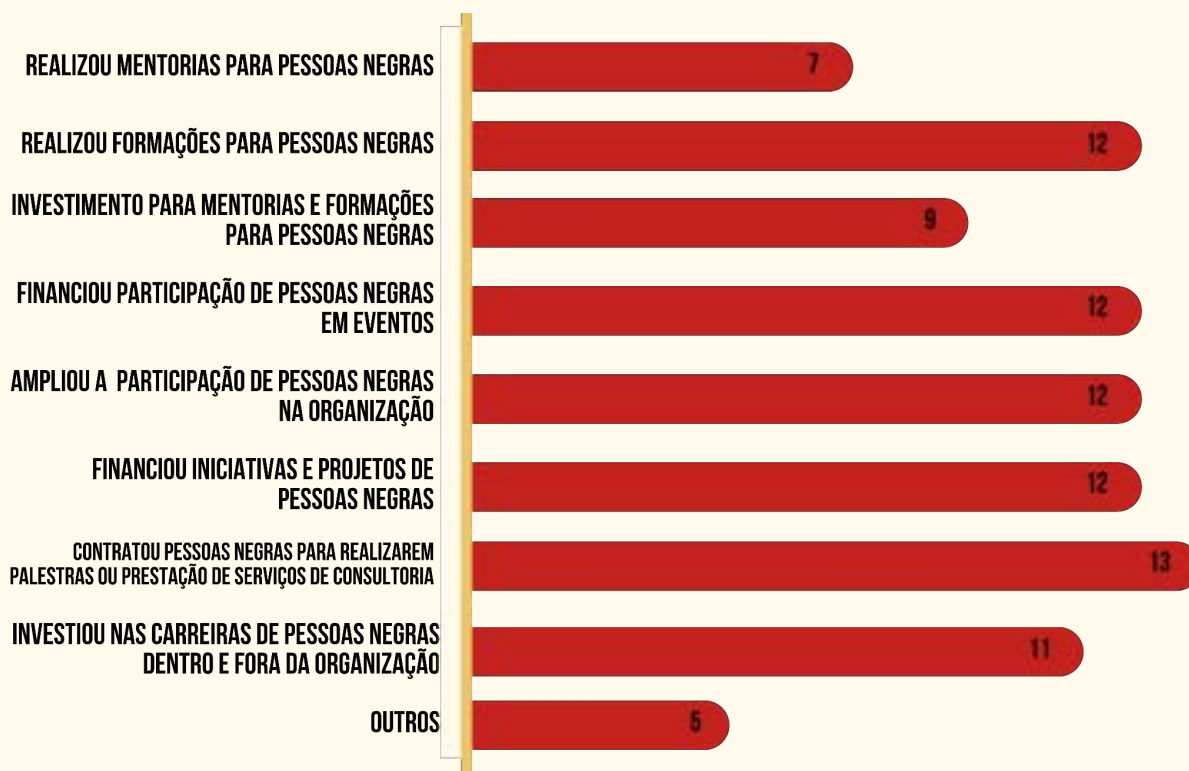
## AS MODALIDADES DA ATUAÇÃO EM EQUIDADE RACIAL

A análise das modalidades de atuação das instituições focadas na equidade racial, conforme os gráficos apresentados, revela uma diversidade de estratégias. No Gráfico 79, a maioria das instituições diz apoiar a promoção da equidade racial por meio de formações, mentorias e financiamento de projetos voltados a pessoas negras, com menções variando de 7 a 13 vezes. Embora essas ações demonstrem um engajamento diversificado, as mentorias foram menos frequentes, e cinco instituições indicaram outros tipos de ações, sugerindo abordagens adicionais.

O Gráfico 80 evidencia que a maioria das instituições disse realizar diferentes tipos de apoio, com ênfase no fortalecimento institucional e na infraestrutura, além do financiamento direto a projetos. A variação de apoio foi mencionada por 11 a 15 instituições, indicando que a maior parte delas adota diferentes formas de suporte. Por sua vez, o Gráfico 81 também aponta diferentes formas de estratégias adotadas pelas instituições do campo e destaca o foco no tipo de ação apoiada pelas instituições de campo; o fortalecimento das instituições que atuam em políticas públicas e relações étnico-raciais foi indicado por 13 instituições. A inclusão produtiva e o letramento racial também são áreas significativas de investimento, com 12 e 9 instituições, respectivamente. Ações voltadas à pesquisa e educação, com 7 e 6, revelam uma possível lacuna em investimento em iniciativas que desenvolvam conhecimento e formação educacional com uma perspectiva racial.

No entanto, mesmo com essas diversidades em tipos e formas de ações, os recursos, inúmeras vezes, não chegam às organizações que operam no dia a dia em prol da equidade racial. Essa situação ressalta a necessidade de que as instituições não apenas diversifiquem suas ações, como garantam que os diferentes tipos e ações desenvolvidas cheguem efetivamente às organizações na base que lutam pela equidade racial.

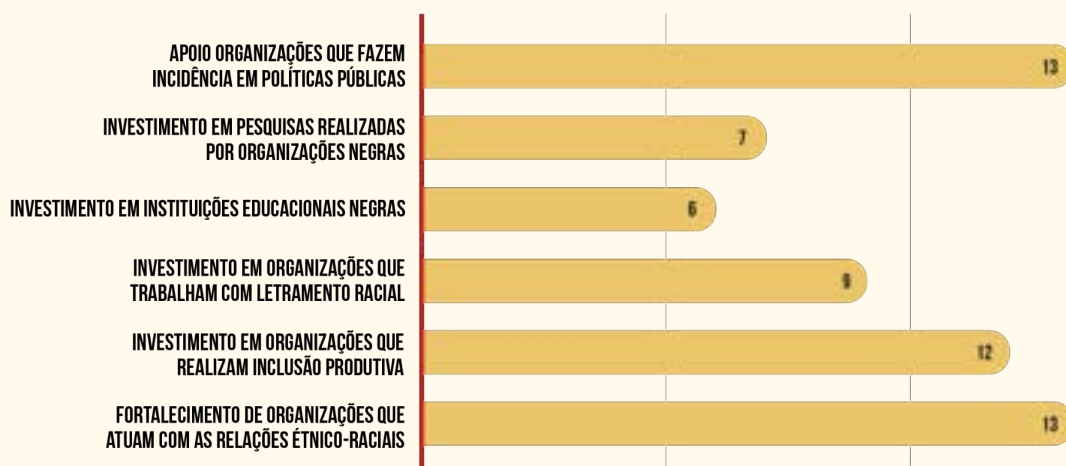
**GRÁFICO 79 - AÇÕES REALIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES PARA A EQUIDADE RACIAL**



**GRUPO 80 - TIPOS DE APOIO PARA ORGANIZAÇÕES OU GRUPOS NEGROS REALIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES PARA A EQUIDADE RACIAL**



## GRÁFICO 81 - TIPO DE AÇÕES PROMOVIDAS PARA ORGANIZAÇÕES OU GRUPOS NEGROS REALIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES PARA A EQUIDADE RACIAL



Para a promoção da equidade racial (Gráfico 82), 11 instituições do campo não identificaram situações desencadeadoras que motivassem a atuação em relação à causa, enquanto apenas 6 afirmaram ter vivenciado tais elementos. As organizações que não responderam são aquelas que não praticam essa promoção.

Em contrapartida, o papel dos colaboradores emerge como um fator crucial na definição de ações e iniciativas voltadas à equidade racial. No Gráfico 83, observa-se que a sugestão de colaboradores de equipe foi mencionada 14 vezes e a influência da média e alta liderança também desempenha um papel importante, com 10 menções. Isso pode ser reflexo da composição de pessoas negras integrando as equipes e de pessoas comprometidas com a equidade racial, refletindo na necessidade de comprometimento das instituições com a causa.

A composição de pessoas negras nas equipes de trabalho do campo da filantropia é uma realidade que se reflete nas falas dos filantropos entrevistados para esta pesquisa, reconhecidos no campo do investimento social. Dos 5 entrevistados, 3 afirmaram ter como iniciativa voltada para a equidade racial a contratação de pessoas negras em suas equipes de trabalho. Uma das iniciativas que podemos citar é a contratação de uma consultoria de recursos humanos focada na diversidade e comprometida com a contratação de pessoas negras.

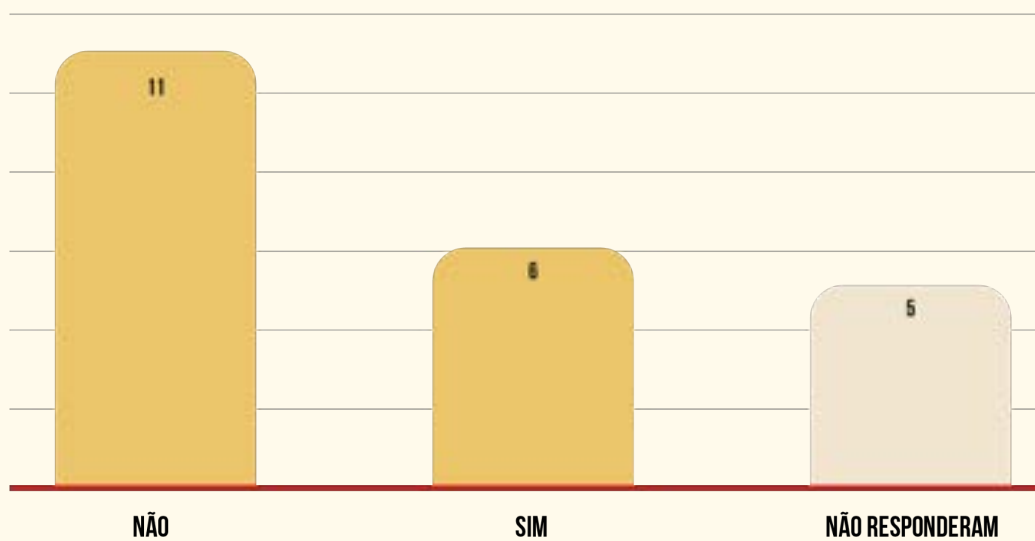
*“A primeira vez que a ficha me caiu foi quando a diretora da RH, dessa consultoria que nos apoia, falou assim: a nossa ação de diversidade nas empresas deixou de ser falar sobre racismo e passou a se falar sobre*



*branquitude. Eu quero educar pessoas brancas e entenderem qual o papel delas porque se não, de novo, a gente pode assumir ah, então vamos aqui, pegar a luta das pessoas negras e ser um apoiador como se a gente estivesse sendo massa legal de apoiar pessoas que não tem nada a ver com...que não é a gente que escolhe e que não é a gente que aprova. E aí eu falei: eita!! é isso, né é sobre isso que a gente tem que falar então, acho que a convivência com ela também tem me letrado muito e esse apoio de um RH que é focado em raça, tem nos feito perceber as diferentes camadas” (Entrevistada 01)*

Ademais, o planejamento estratégico destacou-se, com 12 menções. A teoria da mudança foi mencionada por 7 instituições, enquanto a sugestão do conselho deliberativo, com 4 menções, indicando que as decisões e diretrizes em torno da equidade racial também são influenciadas por essa instância de governança.

### **GRÁFICO 82- MOTIVAÇÃO DESENCADEADORA PARA A ATUAÇÃO NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL**



## GRÁFICO 83- PRINCIPAIS ORIGENS DE IDEIAS SOBRE AÇÕES E/OU INICIÁTICAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL



## NÍVEL DE LETRAMENTO RACIAL INTERNO

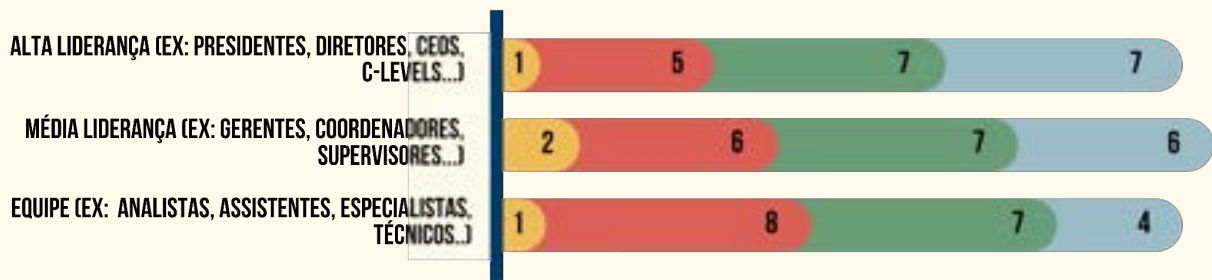
Sobre os níveis de letramento em equidade racial (Gráfico 84), sendo 1, nenhum comprometimento e 5, muito comprometimento, a análise revela que as lideranças, sobretudo nas posições de alta e média hierarquia, apresentam comprometimento significativo com o letramento racial, o que poderia influenciar positivamente a alocação de recursos em ações efetivas. Esse engajamento, no entanto, traz uma questão crítica: a capacidade dessas lideranças de transformar esse compromisso em medidas práticas que beneficiem diretamente as organizações negras na base, considerando a falta de acesso a recursos. Embora o letramento elevado seja um fator essencial para o reconhecimento das desigualdades, ele não garante, por si só, que o investimento chegue onde é mais necessário.

A análise sobre o nível de comprometimento em equidade racial dos membros das instituições (Gráfico 85), também revela um alto nível de engajamento, com destaque para a alta liderança. Nesse grupo, há uma percepção elevada de comprometimento, sugerindo um alinhamento sólido em torno dessa causa. A média liderança também demonstra um bom comprometimento, ainda que com uma leve dispersão, indicando que alguns membros podem estar em diferentes estágios de engajamento, mas com uma visão positiva de modo geral. A equipe, por sua vez, apresenta um perfil de comprometimento próximo ao da média liderança.

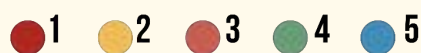
Apesar do letramento e comprometimento significativos, sobretudo da alta liderança, observa-se uma desconexão entre esses dados e a realidade de apoio efetivo às organizações de base lideradas por pessoas negras. A análise indica que,

embora exista uma disposição declarada em prol da equidade racial, tal engajamento ainda não se traduz em ações práticas que garantam recursos e suporte direto a essas organizações. Assim, embora a intenção e o engajamento sejam aparentes, é necessário que as organizações revisem suas estratégias e alocação de recursos, implementando medidas que garantam acesso concreto e sustentado às lideranças negras e suas organizações de base.

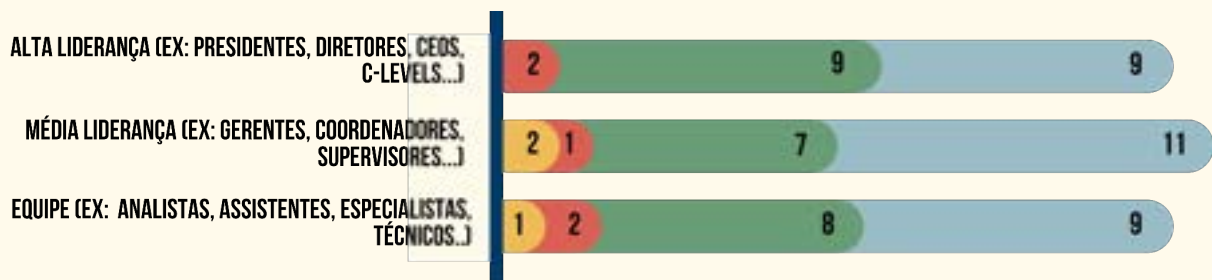
### GRÁFICO 84- NÍVEL DE LETRAMENTO RACIAL DAS INSTITUIÇÕES



CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE LETRAMENTO EM EQUIDADE RACIAL DOS MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES/EMPRESAS



### GRÁFICO 85- NÍVEL DE COMPROMETIMENTO DOS MEMBROS DA EQUIPE DAS INSTITUIÇÕES PARA A EQUIDADE RACIAL



CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE COMPROMETIMENTO EM EQUIDADE RACIAL DOS MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES/EMPRESAS

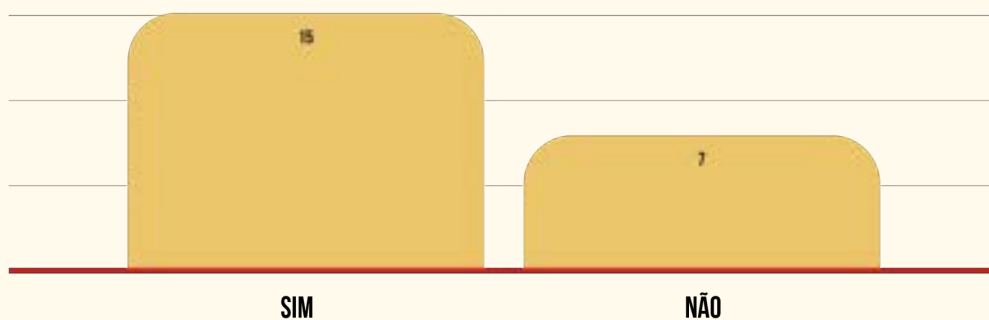


## PROCESSOS DE FORMAÇÃO E LETRAMENTO INTERNO

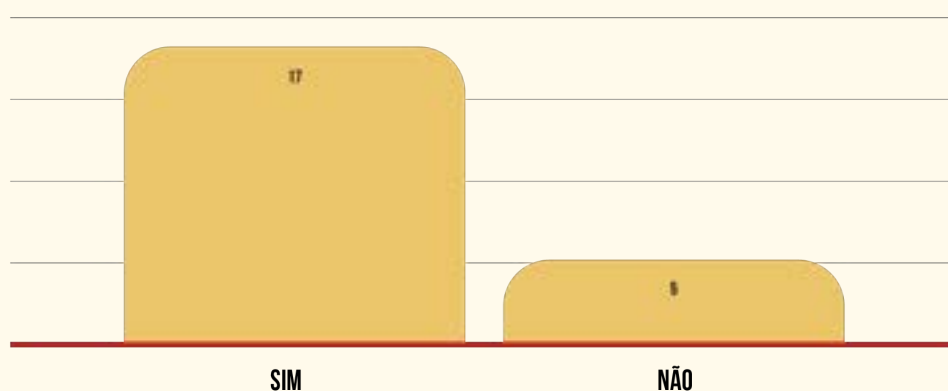
Os dados sobre comprometimento e letramento em equidade racial apontam um cenário onde, embora a maioria das instituições do campo estejam investindo em capacitações, ainda existem lacunas significativas no impacto direto que essas ações geram para organizações de base lideradas por pessoas negras. O fato de,

no universo de 22 instituições respondentes, 17 instituições realizarem treinamentos específicos sobre equidade racial (Gráfico 86) e 15 instituições relataram investir em letramento racial (Gráfico 87) sugere que a maior parte das instituições do campo respondentes têm ciência da importância de tais questões. Contudo, é essencial notar que, apesar desse compromisso, muitas instituições ainda não promovem ações específicas que garantam suporte direto para as organizações negras de base. Isso gera um distanciamento entre a teoria e a prática, onde o esforço em letramento e comprometimento interno não necessariamente traduz-se em apoio direto àquelas que enfrentam as desigualdades raciais e sociais de maneira mais próxima. Assim, ampliar essas iniciativas e assegurar que resultem em apoio prático e sustentável para organizações lideradas por pessoas negras é um próximo passo crucial para que o letramento e o comprometimento não fiquem apenas no âmbito interno, mas reverberem diretamente na promoção de uma equidade racial mais ampla e profunda.

**GRÁFICO 86- INVESTIMENTO EM LETRAMENTO RACIAL PELAS LIDERANÇAS**



**GRÁFICO 87- TREINAMENTOS ESPECÍFICOS A EQUIPE SOBRE A EQUIDADE RACIAL**



## NÃO EXISTEM BARREIRAS NEM RESISTÊNCIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL NA MAIORIA DAS INSTITUIÇÕES RESPONDENTES

Ainda que as instituições de campo afirmem ter dificuldades e desafios para financiar organizações da sociedade civil e terceiros, o Gráfico 88 indica que a maioria das instituições, 15 do total, relatou não enfrentar barreiras internas que impeçam a adoção de práticas de promoção da equidade racial. Este contraste levanta uma questão crítica: já que não há barreiras que impeçam a promoção da equidade racial, por que essas medidas não estão sendo desenvolvidas de modo concreto para as organizações de base?

Entre as sete instituições que identificaram barreiras, as respostas revelam um contexto complexo. O conceito do “pacto da branquitude” é destacado, a alta liderança das instituições, compostas por pessoas brancas, foi apontada por tender a apoiar referências e redes que se assemelham a si. Além disso, o racismo estrutural foi destacado como um obstáculo significativo, limitando a compreensão e o reconhecimento das necessidades das organizações negras. A falta de conhecimento sobre como lidar com a diversidade também foi mencionada. Nesse sentido, percebe-se uma barreira estrutural que limita as ações a favor da equidade racial.

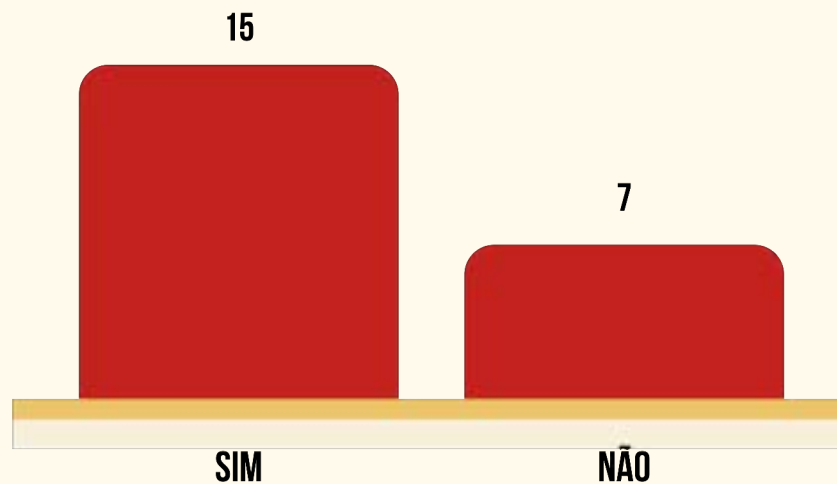
Dorsey, et al. (2020) identificam que a raiz racial influencia o financiamento no setor filantrópico através de preconceitos inconscientes e práticas institucionais que favorecem organizações lideradas por pessoas brancas. Apesar do compromisso crescente dos investidores no campo da filantropia com diversidade e inclusão, diversas barreiras ainda impedem que a equidade racial seja promovida. Podemos destacar o preconceito de colaboradores e líderes, que tomam decisões baseadas em estereótipos racistas, o que impacta na contratação de pessoas negras apenas para cargos subalternizados, sem incluí-las nas tomadas de decisão.

*“Assim que o escritório foi criado, foram contratadas duas mulheres brancas no escritório do Rio de Janeiro, uma era complementar em contratos e a outra da comunicação e não funcionou por uma série de questões[...] as duas pessoas foram demitidas em momentos diferentes, e eu virei para equipe e falei: eu quero uma consultoria. Essas duas vagas vão ser afirmativas, eu vou repor, mas eu vou repor com jovens negros. Tudo bem. E tinha uma amiga próxima de mim que estava ali e ouviu essa conversa - e a secretária do Rio de Janeiro é negra, a copeira é negra, a faxineira é negra - e daí ela vira pra mim e falou assim: então agora vai ser um escritório de negros? Quando ela falou isso, me deu uma dor, sério, me*

*deu uma dor. Eu respondi: - Vai ser escritório de negros e você não vai mais frequentar.” (Entrevistada 03)*

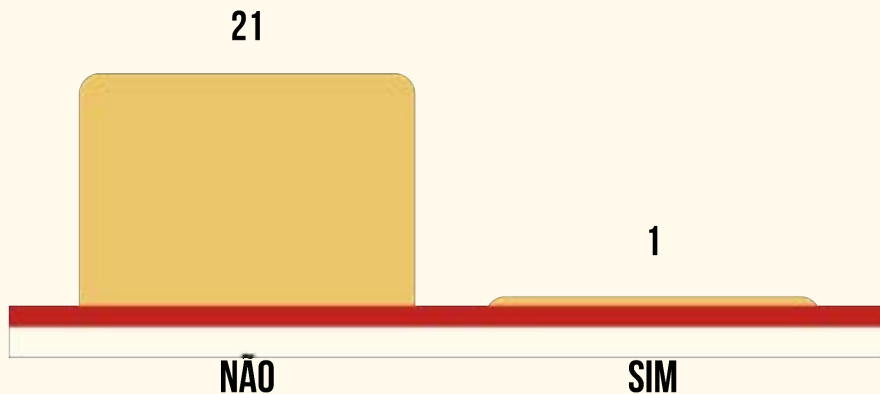
Essa desconexão entre o reconhecimento das dificuldades e a ausência de ações concretas demonstra que, embora exista a intenção de apoiar a equidade racial, as estruturas e práticas institucionais ainda estão longe de serem eficazes. Portanto, é essencial que as instituições revisem suas estratégias, reconhecendo os desafios e implementando ações tangíveis que garantam o acesso a recursos para organizações negras comprometidas com a equidade racial.

**GRÁFICO 88- IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS INTERNAS PARA AÇÕES DE PROMOÇÃO PARA A EQUIDADE RACIAL**



A afirmação de que 21 instituições não enfrentam barreiras internas para discutir questões de raça e equidade (Gráfico 89), evidencia uma contradição significativa entre a disposição para o diálogo e a implementação de ações práticas. Enquanto essas instituições expressam abertura para tratar do tema, as organizações negras continuam a enfrentar dificuldades reais e concretas para acessar apoio financeiro e institucional, o que indica que o problema não reside apenas na discussão em si, mas na capacidade de romper as barreiras que impedem que as intervenções avancem para a prática.

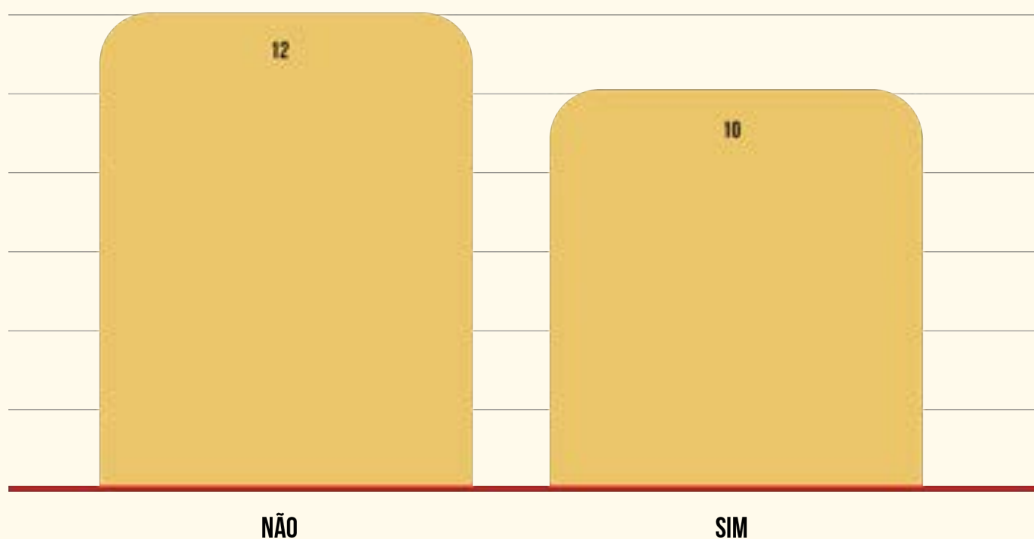
**GRÁFICO 89- RESISTÊNCIA INTERNA PARA DISCUSSÃO DE QUESTÕES SOBRE RAÇA E EQUIDADE**



No que diz respeito à preocupação com a implementação de políticas de equidade racial (Gráfico 90), entre as 10 instituições que demonstraram tê-la, nota-se um foco em torná-las eficazes e transformadoras, refletindo uma possível consciência de que ações formais isoladas não bastam para mudanças estruturais significativas.

Por outro lado, a maioria das instituições respondentes, 12 delas, não expressou essa preocupação, o que pode indicar confiança nas práticas já adotadas, mas também sugere uma possível falta de atenção crítica à efetividade real dessas políticas.

**GRÁFICO 90 - PREOCUPAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DA EQUIPE EM IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE EQUIDADE RACIAL**



A análise dos dados sobre receios em relação à promoção da equidade racial (Gráfico 91) revela que 19 instituições afirmaram não tê-la, sugerindo uma disposição positiva e aberta para implementar políticas inclusivas. No entanto, essa confiança não se traduz necessariamente em ações práticas que garantam o acesso a recursos para organizações de base.

Por outro lado, entre as três instituições que demonstraram receios em promover a equidade racial, as respostas indicam que as preocupações estão enraizadas em interpretações que podem limitar o avanço de ações inclusivas. Um dos receios mencionados é o de polarização, com a ideia de que, ao adotar políticas de equidade racial, a organização poderia ser vista como politizada ou ideológica.

Falar sobre a promoção da equidade racial é falar sobre privilégios, e isso pode levar ao desconforto, especialmente porque implica admitir que a sociedade é injusta. Esse reconhecimento pode ameaçar a autopercepção de que se vive em uma sociedade justa ou meritocrática, o que, possivelmente, leva à resistência em participar de um debate de frente. Sobre isso, destacamos o receio que alguns filantropos entrevistados trazem em suas falas:

*“Tem aquele lado também que existe uma militância bem dura, tipo, fogo nos racistas, né? E aí que faz a pessoa assim pensar: mas ele quer igualdade ou ele quer ter o direito de ser escroto também? E será comigo onde ele estiver? Sinto essa sensação, será que as pessoas têm medo de vingança? De vingança, né? Porque é isso, dinheiro é poder, espaços políticos são os espaços de poder,, conhecimento é poder, tudo que a população negra não acessava, né?”* (Entrevistada 02)

*“O que me preocupa, quando começa a criar essas novas terminologias, sobre branquitude e tal, é um pouco se a gente não faz isso, não num gesto de contraponto vingativo. E se a gente não vai construir mais uma jabuticaba brasileira em cima disso, no contexto de dá chance de que as pessoas falem que é então uma reação.”* (Entrevistado 03)

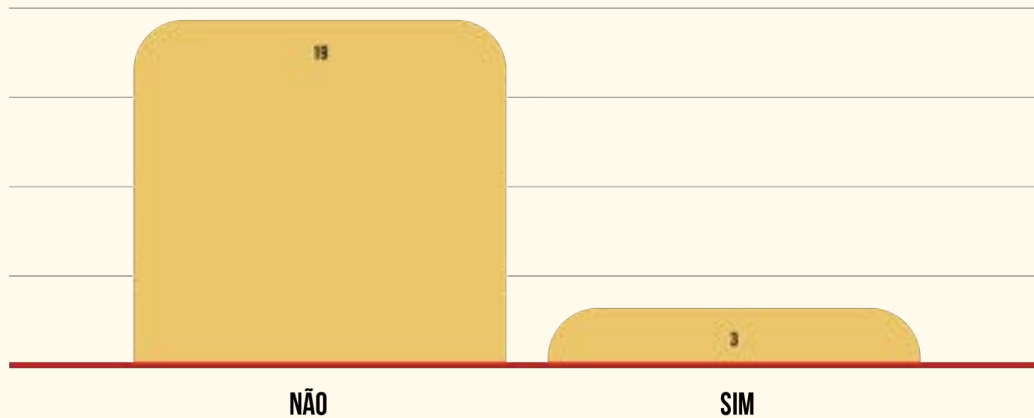
*“Eu acho que é uma das coisas que impede trabalhar a equidade racial é justamente a forma como essas conversas são conduzidas. Porque se você entra numa conversa dessa natureza, numa lógica de julgamento, você perde a aderência e a confiança das pessoas. Agora, quando você entra numa conversa dessas com generosidade, abertura e curiosidade para mover a conversa adiante, você consegue. É... diminuir resistências, aprofundar camadas de entendimento e de reflexão e encontrar espaços de conexão, para que essas pessoas possam aderir cada vez mais ao seu papel de transformadoras dessa realidade.”* (Entrevistado 04)



*“Um ponto que vai contra a natureza das pessoas brancas de uma forma geral que é ter conversas desconfortáveis, topar encarar o desconforto topar sentar numa sala e: vamos falar sobre coisas que eventualmente nos incomodam falar sobre realidades que incomodam as pessoas normalmente não querem fazer isso. Aí entra uma palavrinha mágica que é: se eu perco o privilégio, eu perco o poder, é uma coisa horrorosa na nossa sociedade. Não existe perder poder. Não existe dividir poder. Então é complexo.” (Entrevistado 05)*

Outro receio apontado está relacionado à contratação de pessoas para atender a uma "cota" de diversidade racial, o que expõe uma visão que associa políticas de inclusão a uma possível perda de qualidade ou mérito. Esse tipo de interpretação não apenas reforça estereótipos, mas também demonstra uma falta de compreensão sobre como a diversidade efetiva fortalece equipes em vez de comprometer sua competência. A ausência de informações para práticas concretas em prol da equidade racial é uma realidade que compromete as ações em torno da questão.

#### **GRÁFICO 91 - RECEIOS DAS INSTITUIÇÕES DO CAMPO QUANTO A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL**



No campo da filantropia e do investimento social privado, observa-se que, embora exista um interesse declarado em promover a equidade racial, essa intenção ainda se traduz de forma limitada em ações práticas que garantam o acesso a recursos por organizações negras. As barreiras mencionadas, como receios de polarização e preocupações com supostas perdas de mérito, revelam ainda haver percepções e desafios institucionais que inibem o desenvolvimento de estratégias realmente inclusivas. Para que práticas filantrópicas verdadeiramente inclusivas tornem-se realidade, é essencial que mudanças significativas nas alocações de recursos e nas abordagens sejam adotadas.

Para que a filantropia e o investimento social privado (ISP) possam desempenhar um papel transformador, é essencial que as práticas e alocações de recursos sejam revistas de maneira a refletir, de fato, o compromisso com a justiça social e o fortalecimento de organizações negras que atuam diretamente na promoção da equidade racial, rompendo com a visão “daltônica” da filantropia e do ISP, que falham em reconhecer e combater as desigualdades raciais (DORSEY et al., 2020). Ainda que muitas instituições do campo busquem promover a justiça social, há um histórico de subfinanciamento de organizações lideradas por pessoas negras e de outras minorias, o que limita seu potencial de impacto (SAVAGE et al., 2022).

Para a promoção da justiça social e da equidade racial, é essencial que a filantropia e o investimento social privado (ISP) reconheçam seu papel transformador, adotando um modelo de financiamento flexível e de longo prazo, que valorize e reconheça a experiência das comunidades negras. Um exemplo desse tipo de abordagem é trazido pelo estudo de Savage, Sakaue e Austin-Thomas (2023), que examina uma iniciativa filantrópica externa para a equidade racial e o fortalecimento de lideranças negras na educação. A adoção de medidas flexíveis, oferecendo não apenas apoio financeiro, mas também impulsionando mudanças estruturais e incentivando investimentos que promovam o desenvolvimento sustentável dessas comunidades. Esse modelo desafia práticas tradicionais de filantropia e promove uma abordagem mais inclusiva e alinhada com a justiça social.

Além do financiamento flexível e sustentável que permita autonomia para as organizações negras desenvolverem suas próprias soluções e responderem às necessidades de suas comunidades, é necessária a ampliação do apoio a organizações lideradas por negros. A baixa porcentagem de financiamento destinada a essas organizações é uma realidade presente não só no Brasil, mas em outros países, como os Estados Unidos da América. Para além do financiamento direto, é essencial que os investidores sociais invistam no desenvolvimento das lideranças negras, incluindo treinamentos, capacitação e oportunidades de *networking*, visando ampliar a representatividade e o impacto dessas lideranças em espaços de decisão (BATTEN et al., 2020). Filantropos e investidores sociais também podem estabelecer parcerias próximas e baseadas na confiança com as comunidades negras para construir soluções duradouras.

Para ampliar o impacto dessas lideranças, é igualmente essencial que as próprias instituições filantrópicas aumentem a inclusão e a diversidade em suas equipes, especialmente nas posições de liderança. Conforme destaca Bradach (2020), as instituições devem rever suas práticas internas nos processos de

contratação, promovendo maior inclusão e buscando aumentar a diversidade de sua equipe em todos os níveis. Além disso, investir em parcerias com as organizações negras baseadas na confiança e no diálogo aberto é fundamental. Adotar uma postura de aprendizado contínuo e disposição para ajustes são essenciais, reconhecendo que o caminho para a equidade racial exige ouvir críticas e adaptar as ações. Conforme Dunning (2023), as relações entre as instituições e organizações beneficiárias devem ser redesenhadas para privilegiar a autonomia e o controle comunitário, permitindo que as próprias organizações negras definam como melhor aplicar os recursos de acordo com suas prioridades e desafios específicos.

A ineficácia no atendimento às necessidades das organizações lideradas por negros revela um prejuízo mais amplo. A falta de financiamento equitativo não apenas afeta a sustentabilidade dessas organizações, mas também limita o impacto social em áreas de grande necessidade. Segundo Dorsey et al. (2020), ao subfinanciar essas lideranças, o setor filantrópico perde oportunidades de gerar mudanças significativas nas comunidades que mais precisam de apoio.

Essas abordagens não apenas promovem a equidade racial e fortalecem lideranças locais, mas também incentivam uma mudança estrutural, necessária para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao desafiar práticas filantrópicas tradicionais e adotar um compromisso com o desenvolvimento sustentável, a filantropia e o ISP desempenham um papel essencial na promoção da justiça social e no combate às desigualdades raciais de forma concreta e eficaz. Portanto, cabe aos filantropos e aos investidores sociais privados assumirem o compromisso de liderar essa mudança, trabalhando lado a lado com as organizações negras historicamente marginalizadas para promover uma sociedade mais igualitária e fortalecer as bases de uma justiça social efetiva.



**POR QUE UMA  
FILANTROPIA  
RACIALIZADA E  
INTERSECCIONAL**

O cenário de doação e as percepções que a população brasileira possui acerca do ato de doar revelam um país com grande potencial para o desenvolvimento de uma cultura de doação comprometida com a transformação social. Ao mesmo tempo, o país destaca-se internacionalmente pela forte atuação das organizações da sociedade civil, especialmente, os movimentos negros e de mulheres negras, no cenário global e no território brasileiro, a partir do significativo papel que possuem na mitigação das opressões produzidas pelo racismo e pelo sexismo. Entretanto, é notória a incapacidade da filantropia e do investimento social privado de reconhecer o impacto da trajetória desses atores para os avanços sociais alcançados ao longo da história, e de confiar no poder que o investimento realizado nas mãos dessas(es) protagonistas possui para a geração de expressivo impacto social.

É evidente a magnitude dos efeitos da atuação das organizações negras para os avanços dos direitos da população negra e garantia da democracia. No entanto, a falta de reconhecimento do potencial transformador que essas iniciativas e instituições possuem colocam-nas em um lugar de marginalização dentro do universo do investimento social, seja ele realizado pela filantropia ou por empresas privadas. Dessa maneira, a despeito das barreiras técnicas que são apresentadas como limitações para o investimento de recursos nessas frentes, o que se pode observar é a manutenção de uma lógica ocidental branca que não reconhece negros e negras como agentes de transformação social, elementos que são estruturais e que tem se reproduzido entre aqueles que se propõe a fazer transformação social.

A maneira como a alocação de recursos está dada no Brasil atualmente reproduz um ciclo de discriminação na qual a participação das pessoas negras só se dá na condição de beneficiárias das atividades de ponta. Em outros termos, os desafios não consistem em apoiar iniciativas que atendem às demandas das populações mais vulnerabilizadas: majoritariamente, homens e mulheres negras, tendo em vista que a maior parte dos recursos em diferentes áreas de investimentos traduzem-se em ações voltadas para esse público. A principal barreira consiste no reconhecimento das pessoas negras como protagonistas, portanto, fazedores do trabalhos sociais com as comunidades e territórios dos quais fazem parte ou possuem algum tipo de identificação. Tal percepção torna-se ainda mais evidente quando analisamos que os dois indicadores de maior confiança no campo da filantropia, quais sejam o financiamento direto e o apoio flexível, são ainda excludentes para as organizações negras (Black Feminist Fund, 2023).

O investimento nas organizações de homens e mulheres negras é impulsionar uma outra direção de constituição social que se contrapõe ao que está dado a priori. A trajetória e as características da atuação das organizações negras brasileiras não deixam dúvidas sobre a centralidade que essas iniciativas e instituições possuem para a desconstrução de um status quo que se coloca para a manutenção dos privilégios com as pessoas brancas, portanto, a branquitude, e relega às populações negras as expressões mais violentas da exclusão econômica, do racismo, do sexismo, das questões socioambientais, da fome, do desemprego, entre outros. Com resquícios de uma lógica colonial escravista, negando a essas populações o exercício pleno da própria humanidade.

Destaca-se a urgência pela produção de dados sobre o financiamento da filantropia e do investimento social privado nas organizações negras. É gritante a ausência de informações sobre o financiamento desses grupos, e é ainda mais acirrado quando a busca se dá pela abordagem interseccional nas análises. Quase todas as pesquisas produzidas pelo campo não apresentam dados sobre organizações de mulheres negras e outras interseccionalidades. A ausência de informações é um obstáculo para que o investimento social aprimore a sua função estratégica e de produção de impacto social. A lacuna existe tanto do ponto de vista dos financiadores, quanto do ponto de vista das organizações e iniciativas atuantes. A baixa ou descontínua produção de dados é mais um elemento capaz de contribuir para a reprodução das desigualdades de acesso a recursos no campo da justiça social.

É urgente a materialização da confiança da filantropia e do investimento social privado nas organizações de homens e mulheres negras através do financiamento. Assim como, através do reconhecimento do trabalho que elas realizam, de modo que possam oferecer recursos capazes de atender as complexidades que o trabalho desenvolvido por elas demandam, tenham flexibilidade de planejamento e utilização.

Por fim, não haverá justiça social sem equidade de raça e gênero, isto posto, sem a potencialização do trabalho comunitário e contínuo desenvolvido pelas organizações negras nos territórios tradicionais, de favelas e periferias. Qualquer iniciativa que proponha rompimento de mecanismos estruturais de produção e reprodução de desigualdades precisa ampliar a participação daqueles que historicamente estiveram à frente das lutas pela emancipação nesse país, ainda que suas condições de sobrevivência se colocassem como mais um obstáculo às suas atuações.

# PARA UMA FILANTROPIA POR JUSTIÇA SOCIAL COM EQUIDADE DE RAÇA E GÊNERO, É PRECISO:

Contudo reafirma-se a urgência de romper com estruturas que perpetuam desigualdades raciais e de gênero no campo da filantropia e do investimento social privado, uma vez que o dinheiro não chega nas mãos nas organizações negras e mantém a lógica de exclusão e desigualdades.

O reconhecimento e o financiamento adequado das organizações negras, especialmente lideradas por mulheres negras, são cruciais para potencializar o impacto transformador de seu trabalho. Sem a confiança dessas organizações como protagonistas, perpetuam-se barreiras que dificultam avanços significativos na justiça social. Assim, a construção de uma sociedade mais equitativa depende da centralidade dessas organizações nas estratégias de investimento, garantindo recursos flexíveis e sustentáveis que atendam às suas especificidades e demandas históricas e territoriais.

## 1. Reconhecer e Fortalecer o Protagonismo das Organizações Negras

- \* Reconhecer formalmente o impacto histórico e contemporâneo das organizações lideradas por homens e mulheres negras para o avanço da democracia e dos direitos humanos.
- \* Destacar a centralidade dessas organizações no combate ao racismo e ao sexismo, promovendo a justiça social em comunidades vulnerabilizadas.

## 2. Reduzir Barreiras de Financiamento

- \* Garantir que o financiamento direto e o apoio flexível sejam acessíveis a organizações negras, reconhecendo o impacto estrutural do trabalho realizado por esses grupos em prol da equidade racial e social.
- \* Modificar os critérios de financiamento para incluir organizações negras como protagonistas, ao invés de apenas beneficiárias de projetos sociais.

### 3. Incentivar Produção de Dados Inclusivos

- \* Desenvolver e divulgar dados sobre o financiamento das organizações negras, com foco em abordagens interseccionais para incluir mulheres negras e outros grupos marginalizados.
- \* Investir em estudos que explorem o impacto específico das organizações negras e suas necessidades, melhorando a transparência e a estratégia de investimentos sociais.

### 4. Promover Confiança e Apoio Contínuo

- \* Fortalecer o compromisso da filantropia e do investimento social privado, oferecendo financiamento flexível que permita o planejamento de longo prazo e atenda às complexidades do trabalho desenvolvido por essas organizações.
- \* Reconhecer e valorizar o conhecimento comunitário das organizações negras, ampliando sua autonomia para desenvolver soluções a partir de suas realidades e experiências.

### 5. Priorizar Equidade de Raça e Gênero no Investimento Social

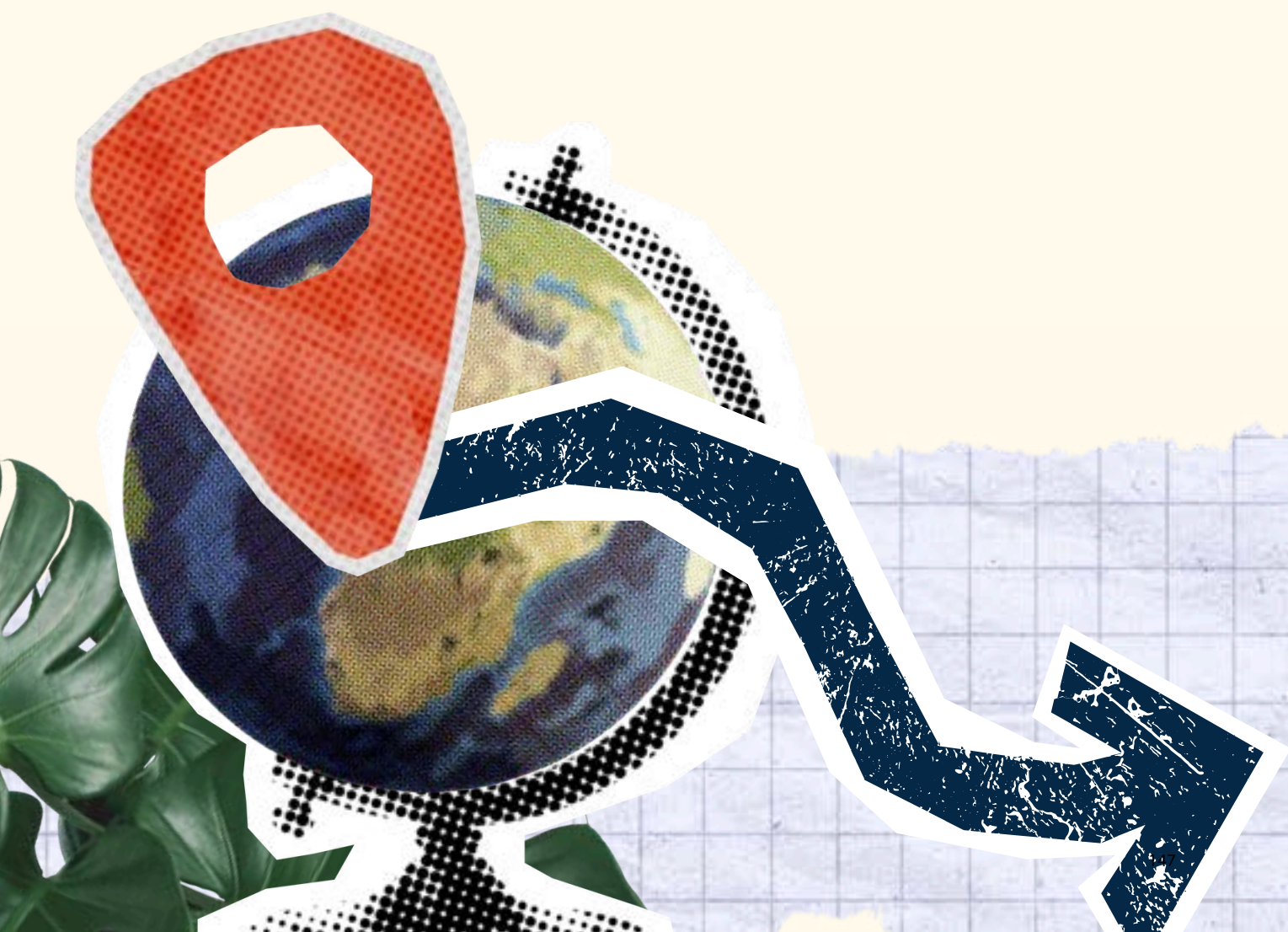
- \* Alocar recursos para o fortalecimento das organizações que atuam diretamente nas periferias, favelas e territórios tradicionais, onde as desigualdades são mais intensas.
- \* Apoiar iniciativas que rompem com os mecanismos estruturais de desigualdade, potencializando o trabalho de quem historicamente está na linha de frente pela justiça social.

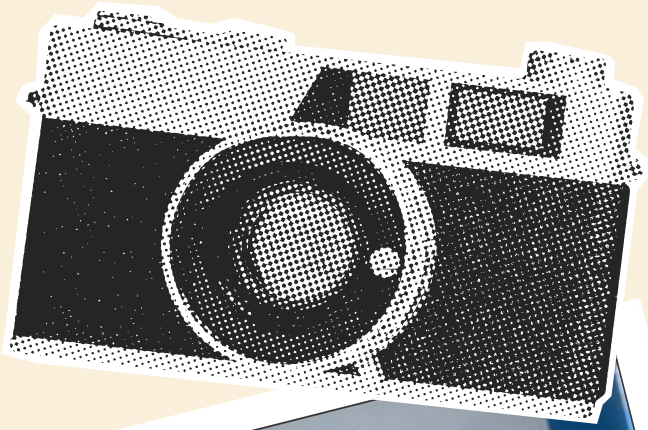
### 6. Parcerias estratégicas

- \* Formar parcerias entre instituições do ISP e grupos que promovem a equidade racial como uma oportunidade fundamental para ampliar o impacto das ações realizadas pelas organizações negras.



# O CAMPO





**PARÁ**



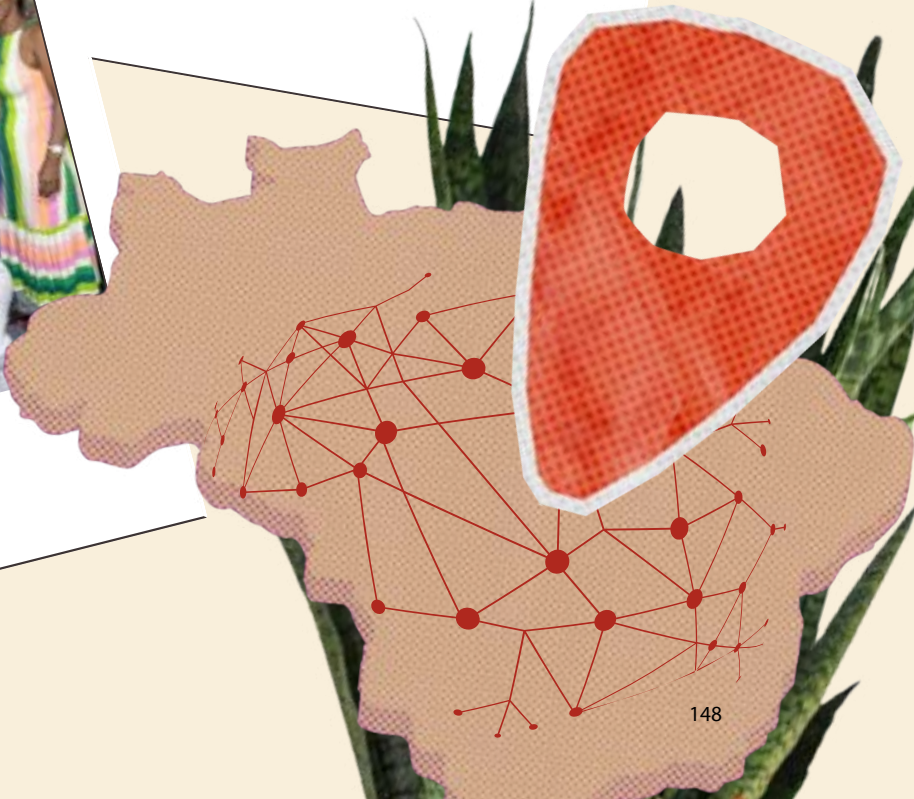
**MINAS GERAIS**



**MANAUS**



**MARANHÃO**



## REFERÊNCIAS

ALBANESI, Stefania; KIM, Jiyeon. **Effects of the COVID-19 recession on the US labor market:** Occupation, family, and gender. *Journal of Economic Perspectives*, v. 35, n. 3, p. 3-24, 2021.

ALMA PRETA. **Mulheres negras são as protagonistas do Fórum de Afrodescendentes da ONU.** Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/mulheres-negras-sao-as-protagonistas-do-forum-de-afrodescendentes-da-onu/>. Acesso em: 25 out. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Letramento, 2018.

AMORIM VOGAS, Alice de Moraes; FRANÇA, Cassio. **O papel da filantropia na adaptação climática.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 maio 2024. Coluna Papo de Resposta. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/papo-de-resposta/2024/05/o-papel-da-filantropia-na-adaptacao-climatica.shtml>. Acesso em: 5 out. 2024.

ANDRADE E SILVA, Allyne; HOPSTEIN, Graciela. **Is decolonising philanthropy making headway?** Alliance Magazine. Disponível em: <https://www.alliancemagazine.org/feature/is-decolonising-philanthropy-making-headway/>. Acesso em: 25 out. 2024. Texto traduzido para o blog da Rede Comuá.

BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994.** Afro-Ásia, n. 23, p. 0, 1999.

BAOBA. **Consolidando capacidades e ampliando fronteiras: filantropia para equidade racial no Brasil.** [s.l.]: Baobá, 2022. Disponível em: <https://baoba.org.br/wp-content/uploads/2022/08/BAOBA.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2024.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Contribuições históricas do Movimento Hip Hop para a luta contra o racismo e para a comunicação da juventude negra e periférica.** Revista de Comunicação Dialógica, n. 3, p. 65-80, 2020.

BATTEN, S. T. et al. **Guiding a Giving Response to Anti-Black Injustice: A collaboration of ABFE and The Bridgespan Group.** 2020.

BLACK FEMINIST FUND. **Onde está o dinheiro para os movimentos feministas negros?** [livro eletrônico]. 2023. Disponível:<[Onde está o Dinheiro para os Movimentos das Feministas Negras? – Fund Black Feminists](#)>. Acesso em: 19 abr. 2024.

BOCKMANN, J. Markets in the Name of Socialism: **The Left-Wing Origins of Neoliberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2013.

BORGES, Pedro. Mulheres negras são as protagonistas do Fórum de Afrodescendentes da ONU. **Alma Preta**, São Paulo, 19 de abr. de 2024. Disponível em: <[Mulheres negras são as protagonistas do Fórum de Afrodescendentes da ONU \(almapreta.com.br\)](#)>. Acesso em: 22 mai. 2024.

BORGES, Roberto. O Movimento Negro Educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2017.

BRADACH, J. **The Bridgespan Group and Racial Equity: Reflections on Our Journey**. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PIB dos municípios mostra que economia do país continuou a se desconcentrar em 2021*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38683-pib-dos-municipios-mostra-que-economia-do-pais-continuou-a-se-desconcentrar-em-2021>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. *Nota Informativa nº 2*. Disponível em: [https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7\\_Orgaos/SNCF\\_Secretaria\\_Nacional\\_da\\_Politica\\_de\\_Cuidados\\_e\\_Familia/Arquivos/Nota\\_Informativa/Nota\\_Informativa\\_N\\_2.pdf](https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_2.pdf).

BRADACH, J. **The Bridgespan Group and Racial Equity: Reflections on Our Journey**. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese de Doutorado.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2024. 2020.